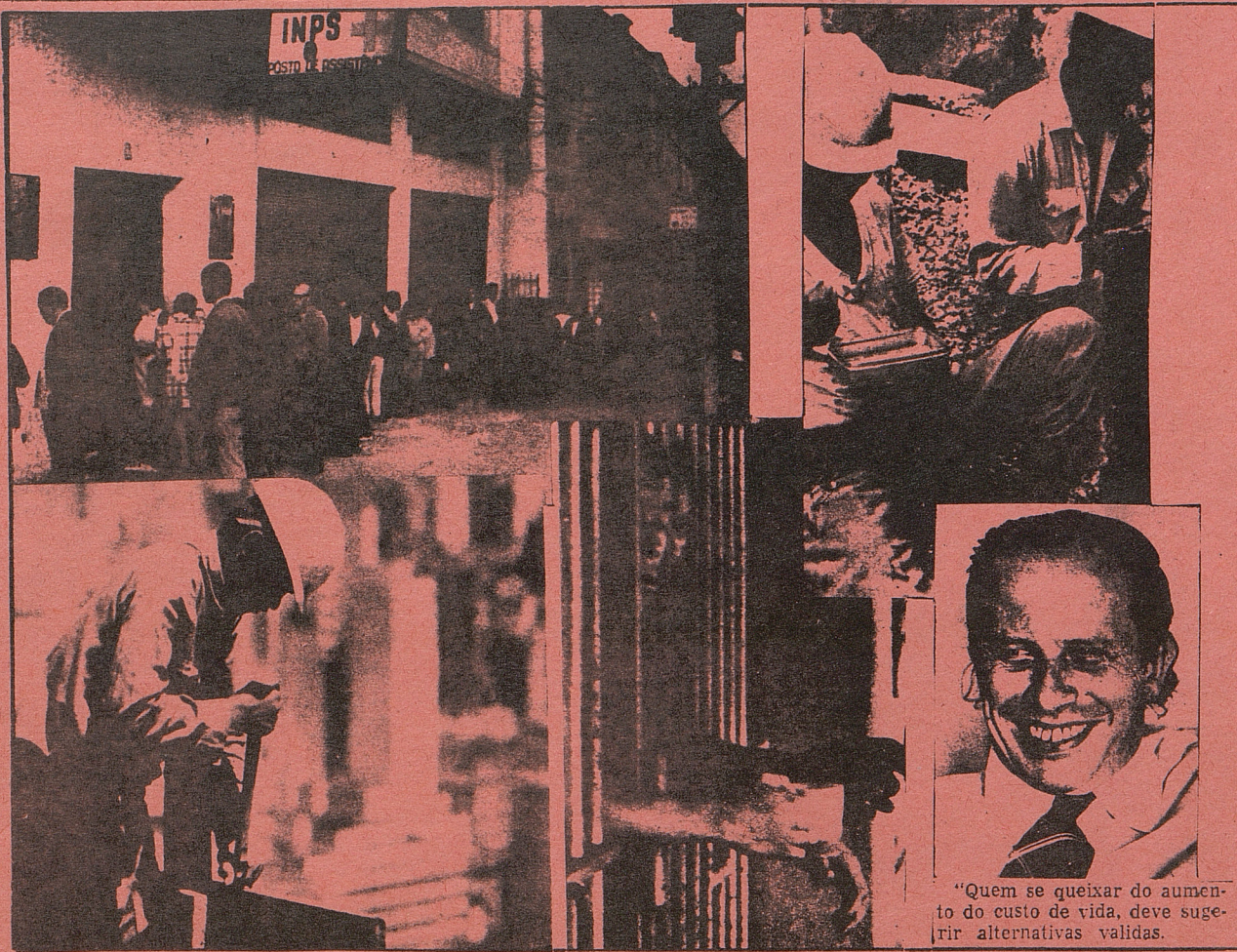


1376

conjuntura brasileira



"Quem se queixar do aumento do custo de vida, deve sugerir alternativas válidas."

Índice

guia de leitura	2	militares	25
economia	6	politica nacional	27
agricultura	12	operários	33
comércio exterior	16	noticias diversas	38
repressão	22	estudantes	46

ano 2 - numero 9 - jan./fevereiro - 1976 - 6 ff

40 P 8821

Neste número apresentamos alguns indicadores sobre a economia brasileira em 1975. O crescimento do PIB de 4,2% confirmou as previsões "pessimistas", com o setor agrícola apresentando uma minguada taxa de crescimento - 3,2% - menos da metade dos 7% projetados pelo governo para o período 75/79.

A elevada taxa de inflação - 29,4% - não refletiu o extraordinário aumento do custo de vida, forma através da qual a inflação atinge a grande maioria dos trabalhadores. No Rio o custo de vida subiu 31,2% e em B. Horizonte 39,5%, bem acima dos reajustes salariais. Reproduzimos na pág. 37 um quadro do informe estatístico do DIEESE, indicando que a ração alimentar mínima do trabalhador correspondia em dez. de 75 a 64% do salário mínimo. Importante notar que nos meses que antecedem o reajustamento salarial - maio - essa porcentagem aumenta: 70% em abril de 75. O fato do número de horas de trabalho necessárias a aquisição da ração alimentar em dez. de 75 ter sido ligeiramente inferior a dez. de 74 vem sendo usado pela ditadura, mesmo que timidamente, como característico de uma "nova política salarial". Os corifeus da ditadura chegam mesmo a ver aí um foco(?) inflacionário. Entretanto essa minúscula diminuição relativa do número de horas necessárias à aquisição da ração alimentar não elude a questão central: entre dez. de 1970 e dez. de 75 o tempo de trabalho necessário à aquisição da ração alimentar aumentou de 50%!

O centro das medidas de política econômica da ditadura no atual período é o balanço de pagamentos. O CDE define como objetivo principal "superar as limitações do balanço de pagamentos", eufemismo para definir a imperiosidade de diminuir o déficit do balanço comercial. O recurso à obtenção de créditos no exterior para financiar o déficit vai se tornando problemático (ver cb 7 e 8), apesar do Brasil estar pagando juros mais altos. As inquietudes dos banqueiros internacionais correspondem em parte a manobras para aumentar as pressões sobre o governo brasileiro (vinculando mais estritamente os empréstimos, aumentando os juros, etc.), mas indicam também uma expectativa cautelosa quanto a capacidade do Brasil em resgatar os compromissos crescentes da dívida externa numa situação de recessão.

As sucessivas medidas para conter as importações - no começo de fevereiro foi proibida a importação de vários produtos nos próximos 6 meses - não tem produzido resultados. O déficit do balanço comercial vem se alargando enormemente, situando-se em torno a 837 milhões de dólares nos dois primeiros meses do ano, contra 628 milhões de dólares no mesmo período do ano passado. Nesse ritmo as previsões do governo de um déficit máximo de U\$ 2 bilhões para todo o ano estarão superadas em poucos meses. A queda dos preços no mercado internacional dos produtos exportados, contribui fortemente para o crescimento do déficit. No ano passado as exportações dos produtos básicos do setor agropecuário aumentaram em volume 20,3% e em valor somente 5,6%. Em janeiro passado as exportações de açúcar caíram em volume e sobretudo em valor, passando de 1.000 dólares a tonelada em jan. de 75 para 320 dólares em jan. de 76.

A recessão da economia brasileira, com a diminuição do número de empregos mesmo na indústria de transformação de São Paulo, não impediu a extraordinária elevação dos lucros do setor financeiro. A ditadura vem sendo pródiga na concessão de favores ao setor, sem conseguir em contrapartida modificar essencialmente a natureza de suas operações. Com efeito, a concentração bancária e o crescimento dos depósitos não tem resultado num carreamento substancial de recursos para investimentos produtivos. Prevalecem no setor as operações especulativas e de financiamento do capital de giro.

O setor agrícola, apesar das proclamações e ameaças do delirante ministro da agricultura, responde debilmente às diferentes políticas de estímulo à produção. As quebra da produção do café - cujo preço subiu 50% in

ternamente - e do trigo - com importações previstas para este ano de 3 milhões de toneladas - agravarão o balanço comercial. A ditadura, incapaz de intervir na determinação dos preços dos produtos agrícolas no mercado internacional, considera atualmente a possibilidade de conceder incentivos fiscais aos produtos agrícolas exportáveis.

Ano de eleições, o governo lançou no começo de fevereiro o PRONAN-Programa Nacional de Alimentação e Nutrição -, oportunidade em que foi destacada por Geisel "a colaboração valiosa dos companheiros da ARENA" para o projeto. Entre os objetivos do PRONAN está o fortalecimento do pequeno produtor de alimentos e a pesquisa. Poucos dias depois do seu lançamento o Superintendente da SUDENE criticava o POLONORDESTE - outro dos programas para a agricultura - por não ter levado nem crédito nem pesquisa ao pequeno agricultor da região. Com respeito à política agrícola da ditadura tínhamos notado no guia do cb 8 que "impressiona a sucessão grotesca de leis, decretos e organismos conformando um emaranhado de leis ineficazes".

Um dos resultados da política de modernização agrícola da ditadura pode ser observado na prolongada estiagem nas regiões de Irecê na Bahia, norte de MG e sertão de Pernambuco, com a tradicional sequela de fome, miséria e desemprego. Em Irecê a busca da rentabilização máxima e os incentivos à exportação conduziram à substituição da cultura de víveres (feijão milho) pela agricultura de exportação (mamona). Com a superprodução, os preços caíram fortemente e os pequenos agricultores endividados quebraram. As dificuldades para retomada do plantio de feijão foram potencializadas pela seca, perdendo-se três semeaduras sucessivas. O desemprego em massa nas grandes propriedades completa o quadro de um drama que de forma alguma é um acidente natural, como buscam fazer crer os tecnocratas do regime. Em consequência desta situação, os retirantes famintos se dirigem aos centros urbanos no sul do país, onde são aliciados para a execução dos trabalhos mais duros, percebendo baixíssimos salários. Os desempregados do setor da construção civil, em particular, se revelam bastante satisfeitos frente a possibilidade de solucionar a crise da oferta de mão-de-obra e de poder fazê-lo com um dispêndio mínimo.

"Aumentar as exportações e conter as importações" tornou-se a palavra de ordem central dos últimos discursos.

No contexto da crise mundial do capitalismo e da recessão da economia brasileira, o encaminhamento da política externa da ditadura assumiu uma relevância crucial. Dois componentes articulam-na, orientando toda a ação do Itamaraty:

- A diversificação e o aprofundamento das relações econômicas e políticas com regiões do chamado Terceiro Mundo; a busca do incremento das exportações de mercadorias e de capitais (com especial destaque para as empresas estatais) e a tentativa de tornar-se tomadores secundários de empréstimos ou participações dos países da OPEP - tudo isso caracterizou uma nova política de comércio exterior em relação a países africanos, latino-americanos, árabes e também socialistas.

- A busca da renegociação com países imperialistas da posição do Brasil na hierarquia do capitalismo mundial; a ditadura militar reivindica uma parcela de poder na "nova ordem econômica internacional" que está emergindo da crise mundial.

Em resumo, a política externa da ditadura, reafirmando sua solidariedade fundamental com o Ocidente, pretende firmar um pé no chamado mundo desenvolvido solicitando uma quota de poder imperialista (a idéia da "potência emergente") e o outro pé no dito mundo subdesenvolvido, engrossando o coro dos que pedem maior justiça nas relações econômicas. Esta dupla tática da política externa é o que chamamos nos números anteriores do cb "terceiro mundismo expansionista".

A conjuntura atual ilumina concretamente o que apontamos.

Nas visitas dos chanceleres dos EEUU e da França ao Brasil, a diplomacia brasileira reafirmou os interesses próprios do Estado e do capitalismo no Brasil. No seu discurso ideológico, as noções de "interdependência econômica" e de crítica aos "alinhamentos automáticos", cumprem esta função. A ditadura militar deseja deste modo reservar-se o direito de:

- desenvolver uma política africana munida de uma autonomia capaz de preservar seus interesses próprios; reconhecer todos os Estados nacionais saídos das lutas de libertação contra o colonialismo português, sem exceção, não pode significar nenhum aval político aos seus regimes; é a condição necessária, em termos táticos, para a consecução de sua estratégia de formação de uma "Comunidade Luso-Afro-Brasileira" que traduz uma política imperialista para a região; a ditadura já demonstrou sua disposição de fazer frente a quaisquer obstáculos internos e externos que se lhe anteponham neste terreno;

- criar uma "área de influência" própria na América Latina;
- estreitar relações econômicas com o mundo árabe;
- incentivar as relações diplomáticas com o campo socialista, como condição para um intercâmbio comercial crescente;

De outra parte, as visitas de Kissinger e Sauvagnargues ao Brasil e a viagem de Ueki ao Japão ilustram também a reivindicação de um "tratamento diferenciado" ao Brasil na sua suposta condição de "potência emergente". Frente aos déficits comerciais crescentes que o Brasil apresenta com aqueles países, a ditadura militar buscou sistematicamente:

- criar mecanismos para a revisão das barreiras protecionistas às exportações brasileiras (com os EEUU, o "memorando de entendimento" e o que dele resulta, além do "Conselho empresarial Brasil-EEUU; com a França a "Grande Comissão"; com o Japão, os prolongados encontros de Ueki com empresários e ministros japoneses); nestes encontros, a ditadura sempre buscou publicitar a excepcionalidade do vigor da economia brasileira numa situação de crise mundial, assim como a decantada estabilidade política;

- carrear recursos financeiros para a execução de grandes projetos, fazendo alarde das vantagens fiscais e do baixo custo da mão-de-obra; particularmente, a ditadura se esforça por convencer os capitalistas e banqueiros internacionais de que é capaz de submeter os trabalhadores a uma quota ainda maior de exploração e miséria, se necessário for, para cumprir os chamados "compromissos internacionais";

- ameaçar veladamente aos governos do Japão e dos EEUU de mudar de parceiro, caso suas reivindicações não sejam atendidas, chegando mesmo a colocar a possibilidade de retaliação; neste sentido, até mesmo a retórica de um acercamento alternativo ao campo socialista foi aventada; porém o argumento de maior impacto que apresenta a ditadura militar neste terreno é o de uma associação mais consequente com outros países dependentes na formação de cartéis ou grupos de pressão nos organismos internacionais; contudo, os laços de dependência que o Brasil apresenta com os centros imperialistas e a própria hegemonia do capital imperialista no processo de acumulação no país, desacreditam todo afã independentista do aparelho burocrático-militar do Estado; no entanto, não há que descartar uma certa eficácia da exploração das contradições inter-imperialistas, sobretudo quando mediadas por seus próprios interesses na sua política de expansão na A.L., África e Ásia.

É desta forma que deve ser entendido o tom conciliante do discurso de Kissinger no Brasil, retomando algumas noções que a diplomacia brasileira havia consagrado ("interdependência", "colapso da ordem bipolar", etc) Algumas aspirações da ditadura militar são reconhecidas e estabelece-se um mecanismo consultivo permanente. No plano formal, portanto, houve um tratamento diferenciado, o que gerou uma onda de protestos em outros

países latino-americanos. Na prática, este mecanismo consultivo pode representar um meio de controle dos atos da ditadura militar, institucional e diplomático, ao invés da política do big stick de épocas passadas. Afirmar a condição de "potência emergente" e a liderança do Brasil na AL interessa ao governo dos EEUU pela própria fidelidade básica que lhe dedica a ditadura. Mas o verdadeiro objetivo da visita deve haver sido a reformulação do sistema de defesa do Atlântico Sul e do papel nele reservado ao Brasil. A deferência no tratamento ao Brasil deve ter sido a contrapartida de um acordo fundamental neste plano, cujo teor exato é desconhecido.

O assassinato brutal do operário metalúrgico Manuel Fiel Filho nas câmaras de tortura do DOI-CODI é perpetrado nas condições de um crescente repúdio à violência repressiva da ditadura. Se o assassinato de W. Herzog havia mobilizado a pequena burguesia de SP e de outras grandes cidades, a ditadura deve ter temido que a tensão produzida pela divulgação deste novo crime, no meio operário e especialmente metalúrgico, pudesse estimular alguma reação deste setor. Em termos mais amplos, esta sucessão de assassinatos não coaduna com a imagem de "distensão social" que Geisel tenta impor neste período pré-eleitoral. Portanto, a remoção imediata do general Ednardo do comando do II Exército, ao qual está subordinado o DOI-CODI, respondeu ao objetivo de isentar a ditadura militar de responsabilidade.

No contexto do afastamento do general Ednardo, mais de 1.000 jornalistas de todo o país subscreveram um abaixo-assinado onde pedem uma revisão do relatório do Inquérito Policial-militar. Criticando sua inconsistência, o documento dos jornalistas constitui uma denúncia a mais do aparelho repressivo da ditadura. A indissociabilidade entre a exoneração de Ednardo e o assassinato de outro preso político nas masmorras do DOI confere ao documento especial oportunidade e importância.

Há que destacar o corajoso documento dos presos políticos de São Paulo, descrevendo com profusão de detalhes as violências a que são submetidos e seus verdugos. A ampla divulgação deste documento no Brasil e no exterior representa uma nova e inestimável contribuição dos presos políticos brasileiros a luta contra a ditadura.

A conjuntura política está marcada por uma reviravolta nas posições de força detidas pela corrente "distensionista" dentro das FFAA. O setor encabeçado por Geisel-Golberri se fortalece de forma surpreendente, após um período de concessões e recuos. O episódio mais significativo desse fortalecimento é a verdadeira depuração no quadro de oficiais do II Exército, baluarte da oposição à chamada "doutrina Geisel". Antes mesmo do afastamento de Ednardo - sem dúvida o mais importante - outros comandos fundamentais tinham sido mudados. A sua saída precipita outras transferências, cuja rapidez e ausência de repercussões chega a surpreender. Também na Marinha e Aeronáutica ocorrem mudanças significativas. Transforma-se assim, rapidamente, o que parecia ser o bastião principal de resistência dentro das FFAA à política da setor Geisel-Golberri, daqueles para os quais "a distensão é uma balela" (Ednardo).

Houve portanto um reequilíbrio da estrutura do poder militar favorável à corrente "distensionista/institucionalizante". Ao exercer um maior controle sobre o aparelho repressivo e ao encaminhar-se para a remodelação do Alto Comando (ver pags. 26 e 27) com oficiais de sua confiança, a equipe de Geisel terá forjado melhores condições para a retomada do processo de "distensão". O chamado "debate institucional" poderá converter-se numa série de iniciativas visando a reformular o quadro político e jurídico do país.

A falta de espaço nos impediu de tratar mais especificamente da conjuntura política nacional e de outros temas, o que faremos no próximo guia

economia

CRESCIMENTO DO PIB EM 75: 4,2%

C&P-6-3-76

A revista "Conjuntura Económica", da Fundação Getúlio Vargas, publicará na sua edição retrospectiva de 1975 uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto de 4,2%, e não a de 4,0% que no dia 20 de janeiro, nota da Presidência da República divulgou, com base nas informações recebidas principalmente do IBGE. Esta segunda estimativa, soube-se ontem, em Brasília, ainda não computou todos os dados, esperando-se que a taxa definitiva seja ainda maior.

Por setores, os índices revisados e que serão publicados pela FGV apontam:

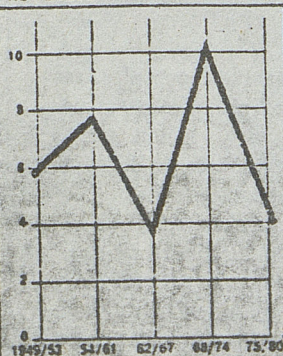
Agricultura	3,4%
Indústria	4,2%
Comércio	3,3%
Transportes e comunicações	9,3%
PIB real	4,2%

Na nota do dia 20, foram dados os seguintes índices setoriais: agricultura — 3,4%; indústria — 4,0%; comércio — 3,0%; transportes e comunicações — 9,3%; e PIB real — 4,0%. Mudaram para mais, portanto, os índices da indústria e do comércio.

No comércio, seus dados são inferidos a partir da evolução dos setores agrícola e industrial, com exceção do comércio externo.

PIB BRASILEIRO

(MÉDIAS ANUAIS DE EXPANSÃO NO PERÍODO — EM PORCENTAGEM)



Fonte: Banco Central, Contas Industriais de 1976 e Contas Nacionais da Fundação Getúlio Vargas (edição de setembro de 1975).

CDE DIRETRIZES PARA 1976

C&P-15-1-76

O Conselho de Desenvolvimento Econômico entende que o País estará neste e no próximo ano numa fase de transição, na qual o objetivo principal será "superar as limitações do balanço de pagamentos", preparando-se a economia para voltar a apresentar "taxas de crescimento muito elevadas, mais para o final da década". Em 1975, concluiu o CDE, "mantive-se a relativa normalidade na economia nacional", a despeito da crise, inflação e recessão no mundo ocidental.

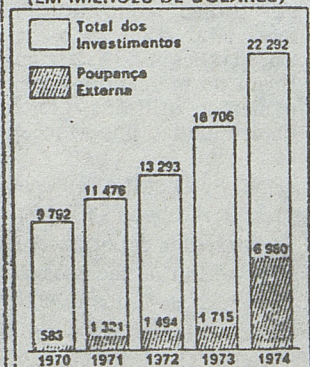
Avaliação de 1975

A evidência já disponível indica, em primeira aproximação, que o crescimento do PIB situou-se consideravelmente acima da taxa de expansão demográfica. E isso após um primeiro trimestre de crescimento praticamente nulo na indústria.

É relevante salientar que o afluxo de capitais ao país, tanto de risco como de empréstimo, continuou apresentando altos níveis, de todas as procedências. Pode-se estimar a entrada líquida de investimentos diretos em 830 milhões de dólares, quando em 1972 o nível foi de 318 milhões de dólares. Os empréstimos em moeda devem ter alcançado aproximadamente 4 bilhões 600 milhões de dólares. E os créditos de fornecedores das agências internacionais, 2 bilhões 350 milhões de dólares.

PARTICIPAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS

(EM MILHÕES DE DÓLARES)



Obs.: O conceito de poupança externa é o utilizado pelas contas nacionais.
Fonte: Banco Central do Brasil e Fundação Getúlio Vargas (FGV).

DIRETRIZES E PRIORIDADES PARA 1976.

Diante disso, a ação do Governo deverá voltar-se, principalmente, para a execução dos programas e projetos já aprovados.

Neste ano e o próximo, estará o Brasil numa fase de transição, preparando a economia para voltar a apresentar, progressivamente, taxas mais elevadas de crescimento.

Trata-se, principalmente, de superar o condicionamento representado pela situação de balanço de pagamentos.

Na presente fase de implementação do II PND, é importante tornar bem claras quais são as prioridades, de um lado, para as importações, que irão constituir o fator limitativo por excelência, e devem ser utilizadas principalmente para os objetivos básicos do plano. E, de outro lado, para o programa de investimentos.

Quanto às importações, através da nova legislação, consubstanciada, particularmente, no Decreto-Lei 1423/75, sua utilização irá destinar-se, notadamente a (além de petróleo e trigo):

a) Preservar o funcionamento das empresas já em operação e garantir o nível de emprego, pela utilização de matérias-primas e componentes considerados indispensáveis;

b) Apoiar projetos de exportação.

c) Apoiar os programas de substituição de importações, e notadamente os de resultados mais imediatos: siderurgia; metais não ferrosos; minerais não metálicos; indústria de máquinas e equipamentos; indústria naval e aeronáutica; papel e celulose; fertilizantes e defensivos agrícolas; produção de insumos básicos para a indústria química e farmacêutica; indústria petroquímica; produção de componentes para as indústrias elétrica, eletrônica e mecânica;

No tocante ao programa de investimentos, as prioridades do II PND são:

1) Setores de substituição de importações: petróleo, bens de capital (equipamentos, máquinas, aparelhos), componentes para bens de capital e para bens de consumo duráveis, construção naval, insumos básicos (siderurgia, petroquímica e química, fertilizantes, defensivos agrícolas, matérias-primas para a indústria farmacêutica, etc.).

Tais setores, em revisão recente, correspondem a investimentos previstos de cerca de Cr\$ 230 bilhões, entre 1976 e 1979, permitindo uma economia bruta de divisas de 25 bilhões de dólares, até o fim da década.

2) Setores de exportação, particularmente de manufaturados.

3) Novos setores motores do desenvolvimento, menos dependentes de importações: agropecuária, agroindústria, construção (principalmente indústria imobiliária), indústrias tradicionais com alto índice de nacionalização, para produção interna e exportação (calçados, têxteis, indústrias alimentícias).

4) Setores sociais; obras públicas e infra-estrutura em geral (estas últimas, principalmente, com objetivo de manutenção de atividade e emprego, obedecido o condicionamento da disponibilidade de importação já fixada).

A orientação a adotar quanto ao programa de investimentos será:

a) Os programas prioritários (principalmente nas três primeiras categorias acima e na parte social) devem ser mantidos. Tem eles prioridade na importação, que é o fator mais limitante, e certamente não lhes faltará recursos internos. Pode haver até elevação de valor, pelo fato conhecido de, nas estimati-

vas iniciais de programas, ser comum certa subestimação dos recursos a se tornarem realmente disponíveis, assim como dos custos;

b) Quanto a obras públicas e infra-estrutura em geral, há interesse em manter tais programas no mais alto nível, para fins de política anti-recessiva e levando em conta que o setor privado ou é fornecedor ou executor de tais programas. O volume de importações, nesses campos, se deverá comportar rigorosamente dentro dos tetos que vierem a ser estabelecidos por Nossa Excelência, sendo proporcionada aos setores a alternativa de recorrer mais ao mercado interno, inclusive utilizando, para compra de equipamentos, os Cr\$ 10 bilhões de que irá dispor a Finame em 1976.

Também o BNDE concentrará a massa de seus recursos nas áreas cruciais para o atual estágio: equipamentos básicos, insumos básicos e fortalecimento da empresa privada nacional (modernização e capitalização de empresas, fortalecimento da pequena e média empresas). Para isso, o Banco executará, em 1976, um programa da ordem de Cr\$ 40 bilhões.

É importante realçar outros destaques da ação de Governo em 1976, como sejam:

1) A atuação prática no sentido do apoio à empresa privada nacional, e particularmente à pequena e média empresas.

2) O impulsionamento dos novos setores motores, ou de preservação do nível de atividade, como a área de construção, as indústrias de base, a agricultura e pecuária, a mineração, que vem crescendo a taxas muito elevadas, as obras públicas de caráter prioritário.

3) O esforço adicional na área de exportação, impulsionando o Baflex, inclusive, para pequenos projetos; realizando mobilização nacional para engajar o empresariado dos principais Estados nesse esforço; ativando programas especiais por setor; procurando melhorar as condições e aperfeiçoar o instrumental de comercialização de produtos agrícolas para o exterior.

No tocante à exportação de manufaturados, deverá produzir bom efeito o recente programa especial de estímulo às exportações, autorizando crédito adicional para capital de giro, correspondente a 100% dos aumentos de exportações efetivados pelas empresas.

4) Na área das importações:

a) A aprovação do Orçamento de Importações para os diferentes Ministérios, correspondendo a um teto autorizado de cerca de 1 bilhão 500 milhões de dólares (fora petróleo e trigo), para equipamentos, matérias-primas e bens de consumo. Isso representa uma redução de 25% em relação às importações efetivas de Governo em 1975.

b) No tocante ao controle da inflação, e, principalmente, do custo de alimentação, cuidar-se-á de manter esquemas especiais de abastecimento para os produtos críticos, inclusive com os adequados níveis de estoques reguladores (carne, arroz, feijão).

Quanto aos bens e serviços produzidos pelo setor público, propõe-se o limite de 20% para quaisquer reajustamentos de preços e tarifas.

BALANÇO DE PAGAMENTOS/1975

Estimativa - US\$ milhões

1º BALANÇA COMERCIAL	
- Exportações	+ 8 650
- Importações	- 12 170
- SALDO	- 3 520
2º BALANÇA DE SERVIÇOS	
	- 3 200
3º MOVIMENTO DE CAPITAIS	
- Ingressos de financiamentos	+ 4 600
- Empréstimos e suppliers credit	+ 2 200
- Amortização da dívida	- 2 050
- Investimentos diretos	+ 800
- SALDO TOTAL	+ 5 600
4º DEFICIT	
	- 1 120

ESP-21-1-76

ENORME QUEDA DAS EXPORTAÇÕES DE AÇÚCAR

JB-6-3-76

As exportações brasileiras de açúcar, durante o mês de janeiro, produziram uma receita cambial de apenas US\$ 26,5 milhões, correspondendo a uma queda da ordem de 89% em confronto com janeiro do ano passado, quando atingiram a US\$ 235,5 milhões. O volume embarcado foi de 82.652 toneladas, contra 222.690 toneladas em 1975, ou seja, uma queda de aproximadamente 65%.

Deficit brasileiro

JB-21-276

Eis o deficit da balança comercial entre o Brasil e os países árabes:

Com a Líbia, 309 milhões de dólares; com o Iraque, 423 milhões; com o Kuwait, 129 milhões; com a Arábia Saudita, 1 bilhão 181 milhões de dólares.

Em relação à Arábia Saudita, importamos petróleo um pouco acima daquele montante e só exportamos 5 milhões e 400 mil dólares em automóveis, camionetas, café, massa de tomate, furgões, pick-ups e farelo de soja.

BALANÇA COMERCIAL: DEFICIT DE US\$837 MILHÕES EM DOIS MESES

JB-21-2-76

As exportações de fevereiro, segundo as primeiras previsões do comércio exportador, não deverão atingir a 450 milhões de dólares. As importações, conforme as estimativas do Banco do Brasil, serão de 794 milhões de dólares (20% de redução sobre o mês anterior) o que resultará num deficit de 344 milhões de dólares, pouco menor que o de janeiro, que foi de 493 milhões de dólares.

O presidente da Associação dos Exportadores Brasileiros, Sr. Giulite Coutinho, disse que as exportações no primeiro semestre serão bastante fracas. Mas ele espera que no encontro do Governo brasileiro com o Secretário norte-americano Henry Kissinger sejam tomadas "posições fortes contra as medidas protecionistas dos Estados Unidos".

QUEDA

Nos dois primeiros meses deste ano, as exportações brasileiras vêm apresentando uma significativa queda em relação ao ano passado. Em janeiro calcula-se uma exportação de 500 milhões de dólares, para 757 milhões de dólares em 1975. No mesmo mês, ao contrário das exportações, as importações cresceram, passando de 814 milhões de dólares em 1975 para 993 milhões em 1976.

As previsões para fevereiro indicam que as exportações continuam caindo (537 milhões de dólares no ano passado contra 450 milhões de dólares este ano). As importações, entretanto, caíram de 1 bilhão 108 milhões de dólares no ano passado para uma expectativa de 794 milhões de dólares este ano.

O deficit entre importação e exportação no mês passado está estimado em 493 milhões de dólares, caso se confirmem as previsões do Ministro da Fazenda de exportação de 500 milhões de dólares. Isso porque, na opinião dos exportadores, as vendas no mês de janeiro não ultrapassaram a 450 milhões de dólares. Para este mês, as expectativas são de um deficit de 344 milhões de dólares e, o acumulado nos dois meses é de 337 milhões de dólares.

SOLUÇÃO

Apesar dos esforços do Governo no sentido de aumentar as exportações, concedendo incentivos fiscais, empréstimos e outros benefícios o problema maior para os exportadores continua sendo a conquista do mercado importador. Para o Sr. Giulite Coutinho, a opção ideal para responder à política protecionista dos Estados Unidos, que ainda é o

ANO:	DÍVIDA BRUTA		DÍVIDA LÍQUIDA	
	US\$ MILHÕES	VARIACIONES ANUAIS	US\$ MILHÕES	VARIACIONES ANUAIS
1969	4.403,3	—	3.747,8	—
1970	5.295,2	+20,3%	4.108,5	+9,6%
1971	6.621,6	+25,0%	4.898,7	+19,2%
1972	9.521,0	+43,8%	5.337,8	+9,0%
1973	12.571,5	+32,0%	6.155,7	+15,3%
1974	17.165,7	+36,5%	11.898,6	+93,3%
1975 (1)	21.520,7	+25,4%	17.420,7	+46,4%

(1) Estimativa para o fim do ano calculando reservas de US\$ 4.100 milhões. Os últimos dados oficiais são relativos a março de 1975, com uma dívida externa bruta de US\$ 18.360,9 milhões e uma dívida líquida de US\$ 13.863,7 milhões.

Fonte: Banco Real

maior mercado importador de produtos brasileiros, "é a troca de correntes comerciais".

Entretanto, fontes credenciadas do Governo acreditam que ainda seja melhor tentar um diálogo "franco" com autoridades norte-americanas do que voltar o mercado exportador brasileiro para a Europa. Segundo estas fontes, as restrições à importação no mercado europeu não são tão claras, mas o método utilizado, proibir os bancos de financiar determinadas importações, surtem os mesmos efeitos.

O Sr. Giulite Coutinho disse ainda que a Cacex já está recebendo propostas de financiamento para aumento das exportações, conforme a Resolução 353, que destina os recursos do depósito prévio para este fim. O depósito prévio das importações, que começa a vigorar a partir de dezembro já atingiu a cifra de Cr\$ 5 bilhões.

IMPORTAÇÕES

Das importações do ano passado, que alcançaram 12 bilhões 168 milhões 840 mil dólares, o petróleo e o trigo foram os produtos que mais oneraram a Balança Comercial. O valor da importação de petróleo foi de 2 bilhões 704 milhões 73 mil dólares FOB (ou 3 bilhões 224 milhões de dólares CIF) e do trigo, foi de 325 milhões 528 mil dólares FOB.

Dos produtos básicos importados, excluindo o petróleo e o trigo, os produtos que mais se destacaram em valor foram: o carvão de pedra, que atingiu a 165 milhões 183 mil dólares; maçãs frescas — 56 milhões 958 mil dólares; fosfatos de cálcio naturais — 46 milhões 668 mil dólares; bacalhau, salgado e seco — 42 milhões 291 mil dólares e sebo bovino fundido — 14 milhões 220 mil dólares.

O RISCO DE EMPRESTAR AO BRASIL

ESP-20-1-76
WASHINGTON — A preocupação norte-americana com o risco que os empréstimos a países em desenvolvimento representam para as instituições financeiras do país voltou a manifestar-se. As edições de ontem do "Wall Street Journal" e desta semana do semanário "Barron's" insistem no problema levantado na semana passada pelo "New York Times".

Em sua edição da última quinta-feira, o diário nova-iorquino afirmou que a própria Securities and Exchange Commission (agência governamental) e duas comissões do Congresso dos EUA estavam pressionando os bancos privados, para obter maiores informações sobre esses empréstimos e as atuais condições dos países tomadores. O Brasil foi citado como um dos países que despertam maior preocupação.

Na coluna "The World at Work", do semanário "Barron's", seu responsável, Neil Molnes, diz que a descoberta desses riscos, apresentada pelo NYT, não chega a ser novidade. Enquanto isso, o "Wall Street Journal" dedica seu editorial mais importante ao problema, citando diretamente o Brasil e sua atual política de importações.

Referindo-se diretamente ao Brasil, o jornal diz que, "alarmado por uma dívida externa de 22 bilhões de dólares, o ministro do Planejamento Reis Velloso determinou que importar o pecado. Ao mesmo tempo, o ministro da Fazenda, Mario Simonsen, irrompeu à frente dos países da Terceira Mundo em busca de aumento nos empréstimos do Fundo Monetário Internacional. Infelizmente, o Brasil não notou a sorte que teve quando os banqueiros ocidentais avidamente jogaram seu capital no país, vindo ali um enorme investimento".

O jornal cita o caso da divisão brasileira da Widget International, "empenhada por vários milhões de dólares ao Chase Manhattan Bank e ao City Bank, quando está para abrir sua fábrica no Rio. Tudo o que precisa é de uma máquina de polimento, de um modelo só fabricado na Bélgica. Aliás, o sr. Velloso declarou que importar é pecado e um sonolento burocrata do Ministério da Indústria e Comércio colocou essa máquina na lista das importações proibidas".

Simonsen refuta

ESP-21-1-76
O ministro Mario Henrique Simonsen, da Fazenda, refutou ontem as críticas do Wall Street Journal, segundo as quais pa-

íses em desenvolvimento, como o Brasil, recolhem empréstimos sem critérios para depois, quando a dívida externa cresce, adotar "medidas de desespero", como os cortes radicais nas importações. Simonsen disse que "não faz sentido temer o nível atual da dívida brasileira", — de 22 bilhões de dólares, mas rigorosamente escalonada — e observou que jornais como Wall Street e New York Times, que fez críticas semelhantes, devem estar mal informados ou então guardam alguma antipatia em relação ao Brasil. É uma estranha aritmética — comentou — essa que permite condenar o nível da dívida externa e, ao mesmo tempo, atacar a política de contenção de importações, cujo objetivo é precisamente reduzir a dívida.

BANQUEIROS: INQUIETAÇÃO PELO BRASIL

ESP-17-76
NOVA YORK — O Brasil e o México terão "novas dificuldades financeiras" durante os próximos 12 meses afirmaram círculos bancários internacionais. Citando fontes do First Chicago National Bank, o "Journal of Commerce" de Nova York comentou, ontem, que o alto grau de endividamento desses e de outros países latino-americanos é motivo de preocupação das esferas financeiras internacionais e, particularmente, do mercado de eurodólares.

Lembrando a "inquietação" sentida recentemente nesses meios pela incerta situação financeira de alguns países da região central da África, fontes bancárias observam que a preocupação é ainda maior, agora, em relação a países como o Brasil e o México, que têm uma dívida externa bem maior que a dos Estados africanos — assinala o jornal.

Segundo o "First Chicago", a soma bruta da dívida externa brasileira alcançará nos próximos meses, aproximadamente 22 bilhões de dólares. De acordo com o "Journal of Commerce", o iminente vencimento dos períodos de carencia de importantes empréstimos acentuará, no decurso do próximo ano, os problemas do Brasil e de outros países latino-americanos.

BIRD condiciona

ESP-20-1-76
"Não é necessária qualquer renegociação do empréstimo de US\$ 260 milhões, do Banco Mundial (BIRD), para o financiamento da 3.a Fase do Plano Siderúrgico, pois, após examinar o contrato, conclui que o governo brasileiro está inteiramente livre para negociar as condições de licitação do restante do Plano, no valor de

US\$ 1,14 bilhão, sem os condicionamentos do BIRD". A afirmação foi feita ontem pelo presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), Marcos Pereira Vianna, durante debate promovido pela Associação dos Jornalistas de Economia e Finanças do Rio de Janeiro, sob o tema "Painel de debates sobre a indústria de bens de capital", e que contou com a presença de representantes de indústrias e entidades do setor.

Para reforçar essa posição, Lima Neto, diretor do BNDE, acrescentou que "os contratos do governo são todos feitos por escrito". Além disso, Pereira Vianna ressaltou que a maior parte das cartas-convites para licitação ainda não foi distribuída.

dívida não preocupa

ESP-6-2-76
O ministro João Paulo dos Reis Velloso, do Planejamento, voltou de sua viagem aos Estados Unidos ainda mais otimista quanto à situação cambial do Brasil: nos contatos com os meios financeiros norte-americanos não encontrou qualquer preocupação em relação ao endividamento externo brasileiro e se tem a certeza de que o Brasil voltará rapidamente a uma plena normalização das contas externas.

Tradicionalmente, lembrou, a balança comercial do País era superavitária ou equilibrada, enquanto existia um déficit nas contas de serviços. Este representava o valor da importação de capital considerado necessário para manter um nível de poupança externa adequado. Nos últimos anos, admitiu, a poupança externa devia ser inferior a 20% do total dos investimentos no País. Com a crise do petróleo, este esquema sofreu um grande abalo, mas o governo pretende voltar à situação anterior, embora o ministro não queira fixar datas para isso.

O ministro mostrou a importância da mudança da estrutura de nossas exportações nos últimos anos. No ano passado, com uma exportação de US\$ 8.620 milhões, os produtos manufaturados participaram com 37%, contra cerca de 3% em 1963; os minérios e produtos primários não tradicionais com 53%; o café com apenas 10%, contra 53% em 1963. A mudança ocorre, também, no plano dos investimentos diretos: em 1969, os investimentos norte-americanos representavam 48%, em 1974 caíram para 34% e devem ter caído ainda mais em 1975; para a Europa, a participação, de 1969 a 1974, passou de 30% para 40%, e a do Japão de 3% para 10%. Esta diversificação é muito importante.

Vida em 75 subiu 31,2%

ESP-13-1-76
O custo de vida na cidade do Rio de Janeiro subiu 31,2 por cento em 1975, contra os 33,8 por cento verificado em 1974, conforme indicam os cálculos da Fundação Getúlio Vargas, divulgados ontem. A taxa de inflação, no ano passado, foi de 29,4 por cento, resultado que já havia sido antecipado pelo ministro Mario Henrique Simonsen, e que revela uma queda de cinco pontos em relação ao índice de 1974. Aluguéis e impostos foram a causa principal do aumento de 52,8 por cento no "grupo habitação", o que mais subiu entre todos os itens que compõem o índice do custo de vida. O índice de preços por atacado, disponibilidade interna, subiu 29,3 por cento, medido normalmente, e 27,1% quando eliminados os fatores acidentais.

39,5% em BH

ESP-14-1-76
O Instituto de Pesquisas Econômicas e Administrativas de Minas Gerais informou ontem que o custo de vida em Belo Horizonte subiu 39,5% em 1975, com uma elevação de 1,5% em dezembro. Em comparação com o ano anterior, houve recrudescimento de alta, pois o índice de 75, segundo o Instituto, representou uma elevação de 5,4 pontos em relação ao índice de 74.

OS AUMENTOS DE JANEIRO

ESP-3-1-76
Desde o dia primeiro de janeiro os cigarros estão custando 40% a mais do que em 1975, enquanto as tarifas de energia elétrica tornaram-se 10% mais caras. Esses são os primeiros aumentos aprovados pelo governo em 1976, a serem seguidos por vários outros: no próximo dia 16, subirão os pedágios nas rodovias Dutra e Oso-

rio-Porto Alegre e na ponte Rio-Niterói; em fevereiro, prevê-se aumento de 10% nos preços da gasolina. E, para o decorrer do ano, já foram admitidas majorações nos preços do pão, do leite (em maio) e de carne, dentre outros produtos essenciais. Espera-se, contudo, que alguns produtos tenham seus preços reduzidos.

EM JANEIRO:

INFLAÇÃO - 3,1%

CUSTO DE VIDA - 4,1%

ESP-19-2-76

Os índices de inflação (3,1%) e do custo de vida (4,1%), registrados em janeiro, foram considerados normais pelo ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, apesar de terem alcançado um ponto percentual acima dos apurados em janeiro do ano passado.

Segundo o ministro, no primeiro mês do ano sempre ocorrem elevadas taxas inflacionárias. Mas assegurou que, já a partir deste mês, haverá um declínio nessas taxas, apesar do reajuste no preço da gasolina. Simonsen responsabilizou principalmente os cigarros pela elevada taxa de aumento do custo de vida, item cujo peso é tão significativo quanto a carne e, seguramente, mais do que a gasolina. Esta, disse o ministro, repercutirá em fevereiro de forma direta como indireta, sendo, no entanto, bastante difícil quantificar essa repercussão.

O ministro da Fazenda nega-se a arriscar estimativas sobre o crescimento da inflação neste ano, assegurando apenas que ela será substancialmente reduzida, e que o governo fará todo o esforço necessário para controlar a sua expansão, inclusive mediante rígida administração de liquidez e ação mais efetiva do CIP. Extraoficialmente, no entanto, estima-se que a inflação deverá atingir a 25% no fim do período, mesmo percentual fixado no orçamento monetário para a expansão dos meios de pagamento, tomando como referência o cálculo de dezembro de 1975 a dezembro de 1976.

S.P. - RECUPERAÇÃO DO SETOR IMOBILIÁRIO

ESP-2-76

O mercado imobiliário de São Paulo, em 1975, recuperou substancialmente a vitalidade perdida logo após o "boom" ocorrido em 1973. O número de novos edifícios lançados à venda — apartamentos e comerciais —, cresceu 16,8% (cerca de seis vezes mais que a indústria automobilística) e as ofertas tiveram um incremento de 34,4% em relação ao ano anterior.

Essas taxas de crescimento, porém, situam-se bem abaixo das de 1973, quando estiveram à venda 1.248 edifícios de apartamentos, mas superiores às de 1974, ano em que a oferta reduziu-se a 679 edifícios. No ano passado foram publicados 17.609 anúncios de vendas de edifícios, contra os 13.937 de 1974, o que significa aumento de 12,1%.

SIDERURGICAS EXEMPLO DE ALTO CUSTO DE PRODUÇÃO

JB-22-2-76

Um dos exemplos citados pelo secretário-executivo do CIP, Sr Paulo Roberto Campos Lemos, para ilustrar os elevados custos de produção com que funcionam as indústrias no Brasil, é o caso das usinas siderúrgicas. Aliado aos problemas da produtividade do setor siderúrgico, está o ônus financeiro assumido recentemente pelas usinas em face do programa de expansão e a própria interferência da expansão nas siderúrgicas.

Um dos últimos levantamentos feito pelo CIP na estrutura de custos de uma das mais importantes usinas estatais constatou o fato de que o seu custo financeiro era da ordem de 27%. Este mesmo fator numa usina do Japão se situa hoje em 4%.

Baixa produtividade

Para o secretário-executivo do CIP a situação dos custos do setor siderúrgico afeta diretamente outros setores. A produção de vagões ferroviários é um deles. A depender dos preços do aço, eventualmente nenhum fabricante nacional desses veículos terá condições no momento de participar de concorrências internacionais para o fornecimento. Perderão em face do fator preço: os vagões são construídos quase 100% de chapas de aço, e o seu custo é composto basicamente pelo preço da matéria-prima, soldas, mão-de-obra e alguns outros poucos itens.

A conjuntura do aço nacional é agravada pelo fato de que os preços do produto lá fora estão deprimidos. "E têm que estar — frisou Paulo Roberto Lemos — pois, 40% dos altos-fornos do Japão estão apagados." Outra causa apontada para explicar o nível atual do preço do aço no Brasil — o dobro do internacional — "é a possível tendência do setor de viabilizar o plano de expansão das usinas via preços".

S.P. - VENDAS CAIRAM EM JANEIRO

JB-26-2-76

São Paulo — As vendas do comércio apresentaram uma queda no último mês de janeiro, frustrando expectativas do empresário do, segundo revelou ontem a Federação do Comércio do Estado. Os valores nominais das vendas de janeiro foram apenas 20% superiores às de janeiro de 1975, representando uma queda no valor real das vendas, já que a inflação no período foi de aproximadamente 30%.

As lojas que apresentaram maior queda real de vendas foram as de vestuário, calçados e tecidos, que registraram um aumento nominal de apenas 7%, enquanto as lojas de ótica e de cinefoto-som venderam 72% e 61% a mais, embora representem apenas 5% do volume total de vendas mensais do varejo.

Os demais ramos apresentaram a seguinte participação: supermercados, 12%; farmácias, drogarias e perfumarias, 6%; revendedores de veículos, 25%; lojas de departamento e de utilidades domésticas, 23%; vestuário, 10%; calçados, 6%; tecidos, 2%; móveis, 4%; materiais e construção, 7%; cinefoto-som, 5%.

VOLUME DE VENDAS

Segundo a Federação do Comércio, "a queda real das vendas em janeiro último também é explicada pelo volume de vendas excepcional de janeiro de 1975. Assim é que, em janeiro de 1976, o comércio varejista vendeu 33% a menos em relação a dezembro de 1975, enquanto as vendas de janeiro de 1975 foram 30% inferiores às vendas de dezembro de 1974".

VENDAS E EMPREGADOS

TIPOS DE ATIVIDADE	Valor nominal		Nº de Empregados	
	Janeiro 1976	Janeiro 1975	Janeiro 1976	Diff.
Comércio pouco sensível à conjuntura	+ 19%	- 17%	-	55
Comércio de itens de grande valor utilitário	+ 22%	- 41%	-	2 51
Comércio especializado: calçados, vestuário, tecidos +	7%	- 47%	+	245
Outros	+ 34%	- 13%	+	128
Comércio global +	20%	- 33%	-	2 193

PETROBRAS: EDITAL DO RISCO

ESP-17-2-76

Sob o título "Pré-qualificação para contratos de risco", a Petrobrás divulgou no domingo nota oficial de 39 linhas, que contém basicamente as mesmas informações do edital de pré-qualificação. O único dado adicional da nota é a confirmação de que 44 companhias internacionais, dos Estados Unidos, Europa e Japão, manifestaram seu interesse à Petrobrás por escrito e estão recebendo diretamente o edital.

O edital da Petrobrás adianta que os contratos serão cele-

brados sob a modalidade de prestação de serviços, ficando a remuneração da contratante condicionada à obtenção de produção comercial, sendo que

Dez áreas são oferecidas pela Petrobrás à licitação, áreas essas cuja localização acompanha o edital. Situam-se nos seguintes Estados: em terra, uma no Estado do Amazonas; e nove, na plataforma continental, das quais: duas no Amapá, duas no Espírito Santo, uma no Estado do Rio de Janeiro, duas em São Paulo, uma em Santa Catarina e uma no Rio Grande

do Sul.

Curiosamente, o edital de pré-qualificação não utiliza, em nenhum momento, a palavra risco. No item 1, por exemplo, a Petrobrás se dirige às "empresas interessadas na execução de contratos para exploração e desenvolvimento de campos produtores de petróleo no Brasil". E, no item 2, afirma que "os contratos serão celebrados sob a modalidade de prestação de serviço", acrescentando, nesse e nos itens seguintes, as condições expressas na nota oficial.

VELLOSO:

VIABILIZAR O MODELO

O ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, disse ontem, no Rio, em discurso pronunciado durante o jantar com que as classes produtoras o homenagearam, no Copacabana Palace, que "o Brasil está procurando viabilizar o seu modelo de capitalismo industrial, para proporcionar ao empresário nacional, no estágio do II PND, a oportunidade de participar ativamente do novo surto de substituição de importações que temos pela frente, em bens de capital e em toda a gama de insumos básicos".

Velloso lembrou que "já está aumentando a participação da produção interna no investimento realizado. A indústria de bens de capital, no País, cresceu na ordem de 15%, quando o aumento da importação de equipamentos, em volume físico, foi de 5%. Queremos que (o empresário) tenha agora, quando o Brasil se prepara para ser auto-suficiente em siderurgia, petroquímica, metais não-ferrosos, fertilizantes, papel e celulose, etc., a oportunidade que, só de forma muito limitada, ele teve durante o surto anterior de substituição de importações, quando se instalaram as indústrias automobilística, de construção naval, de bens de consumo duráveis".

Sobre o apoio que o governo dará ao empresário nacional, para que ele possa aproveitar as novas oportunidades, Velloso afirmou que "o sistema BNDE está viabilizando, no momento, dezenas de projetos, sob controle de empresas nacionais, cujo investimento se situa entre o correspondente a US\$ 100 milhões e US\$ 500 milhões, cada um, conjugando esquemas de capitalização e financiamentos com correção monetária de, no máximo, 20%".

O ministro do Planejamento acentuou que o governo pretende atuar apenas nas áreas de infraestrutura, reservando os setores diretamente produtivos à iniciativa privada. Quanto aos "chamados vazios econômicos, as áreas novas, um tanto cinzentas, como as indústrias básicas, o que se deseja é que sejam ocupadas pela empresa privada".

Ao referir-se aos reflexos

na economia brasileira das elevações dos preços do petróleo, nos últimos dois anos, Velloso disse que "o País vem experimentando uma das mais profundas transformações estruturais das últimas décadas, no esforço de alcançar a auto-suficiência em energia, no mais breve prazo".

No atual estágio, salientou ainda o ministro, nada é "mais premente que superar a limitação representada pelo balanço de pagamentos. No CBE, ou em sua ação diária, o governo tem e terá de cuidar, quase diariamente, dos problemas dessa área".

Afirmando que a redução do déficit comercial, de cerca de 25%, não foi melhor por fatores como a queda de preços dos produtos primários exportados, no segundo semestre, e a deterioração nas relações de troca, em cerca de 7%, depois de uma queda de 11% em 1974, Velloso concluiu que "a diminuição no valor absoluto das importações, em cerca de 25%, não dá, por isso, a medida exata do nosso esforço. Em termos de volume, houve uma redução de 34% nas importações de bens de consumo, e de 23% nas de matérias-primas".

O EQUIVOCO DO MODELO

Rômulo de Almeida, diretor-presidente da CLAN — Consultoria e Planejamento, de Salvador, ex-coordenador geral de projetos como os da Petrobrás, Eletrobrás e Banco do Nordeste do Brasil:

A crise não veio dos preços do petróleo. O modelo era equivocado. De

tal forma foram agravadas as distâncias sociais, expressas no subemprego e no absurdo dos salários de fome como salário mínimo, em contraste com os padrões de vida das elites brasileiras, que todo o sistema produtivo e financeiro está deformado em consequência. O efeito dessa estrutura de distribuição é que os bens de consumo essenciais têm crescimento limitado de demanda, inclusive a agricultura e habitação. E são as atividades mais empregadoras.

Num encaqueamento de efeitos, o pauperismo urbano leva os governos a manterem tradicionalmente baixos os preços para os agricultores, a fim de acalmar a marginalidade e a pequena classe média. E compensa-os com alguns subsídios. Mas a situação da agricultura não é favorável. Os centros urbanos, inchando de marginalidade, pela maior migração, pelo menor emprego e pela baixa remuneração do trabalho, não têm condições de se sustentar. Aí o governo começa a realizar obras dispendiosas para resolver os problemas de transporte, enquanto o problema de fundo continua intocado e se agravando.

Na conjuntura atual, mais que o aperto no balanço de pagamentos, temos três possibilidades: a primeira, que o pânico do balanço de pagamentos, em vez de conduzir a esforços próprios e internos de correção de rumos, inspire uma fu-

VEJA,

31 DE DEZEMBRO,

1975

O fantástico lucro dos bancos em 1975

Joaquim Fernandes
MOVIMENTO 16/2/76

De um modo geral, os bancos comerciais privados tiveram em 1975 lucros surpreendentes para um ano considerado como difícil para toda a economia brasileira. Deve-se ressaltar, no entanto, que essa tendência não foi observada apenas no sistema bancário. Grandes empresas comerciais e industriais, com ações cotadas em bolsa, registraram também lucros bastante expressivos, como foi o caso da Docas de Santos, da Samitri, da Belgo Mineira e de diversas outras.

Mas voltemos aos bancos comerciais, porque sem dúvida foram estes os que mais se destacaram em "lucratividade" no ano de 1975. A campanha contra o chamado processo de estatização da economia é antiga, mas teve sua ação reativada principalmente em 1970 pelos líderes do sistema bancário. A campanha parece ter proporcionado excelentes resultados aos bancos, pois desde aquela época as autoridades monetárias vêm fazendo concessões em cima de concessões aos banqueiros.

Da atual administração do Banco Central, os banqueiros não têm do que se queixar, podendo-se afirmar, inclusive, que o relacionamento do BC com o sistema bancário tem sido melhor que na administração anterior. Salvo as intervenções em grupos financeiros que não tiveram suas origens nos bancos comerciais conservadores (Halles, Ipiranga, Crecif) as medidas adotadas pelo Banco Central nos dois últimos anos só têm favorecido ao sistema bancário.

E dentro desse quadro é que deve ser analisada

A economia foi mal, mas o lucro dos bancos foi alto

a "lucratividade" dos bancos em 1975. Quais seriam então as fontes da receita que proporcionaram tamanhos lucros?

No final de 1974, as autoridades monetárias aceitaram uma antiga reivindicação dos bancos, permitindo que estes cobrassem taxas e tarifas pelos serviços que prestavam ao público.

Assim, em janeiro de 1975 os bancos passaram a cobrar uma tarifa de Cr\$ 2,00 por cada talão de 10 cheques fornecido ao cliente, taxas sobre ordens de pagamentos e cheques visados, uma comissão de 0,08% sobre os cheques de viagens vendidos aos turistas brasileiros (sem contar com lucro realizado na diferença de câmbio), Cr\$ 50,00 como taxa de cadastro para cada pedido de empréstimo, e etc. Os bancos quiseram também cobrar taxas para receber contas de luz, gás, telefone, água e esgoto, mas o Banco Central achou que eles estavam exagerando, e que se alguma tarifa tivesse que ser paga, a cobrança deveria ser feita pelos bancos junto às concessionárias de serviço público e não junto aos consumidores. Mas os bancos têm se mostrado bem mais fortes quando tratam de questões relacionadas com o consumo do que com as grandes empresas.

Em suma, os bancos passaram a ter uma receita extra, que certamente serviu para cobrir uma boa parte de suas despesas. Mesmo assim, considerando as tarifas de serviços, os resultados de câmbio e os juros dos empréstimos concedidos (ou seja, suas rendas operacionais), foram poucos os bancos que conseguiram receitas nessas áreas suficientes para cobrir todas as suas receitas

operacionais e administrativas, embora se possa dizer que a situação em 1975 foi mais favorável nesse aspecto do que em anos anteriores, quando todos os bancos, sem exceção, apresentavam prejuízos operacionais.

Isso significa que as rendas não operacionais continuaram a ter uma participação expressiva nos lucros dos bancos, em particular a correção monetária e os juros das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, o deságio das Letras do Tesouro Nacional, e mais as negociações com títulos no mercado aberto.

Os bancos comerciais sempre exigiram uma compensação do governo por suas taxas de juros serem tabeladas. E essa compensação é dada através do depósito compulsório (o compulsório é um instrumento de política monetária que serve para limitar a concessão de empréstimos pelos bancos. Sem ele, teoricamente a capacidade dos bancos em multiplicar seus empréstimos seria infinita. Isso quer dizer que quanto maior o percentual de depósito compulsório, menor a capacidade dos bancos emprestarem). No Brasil, os percentuais do compulsório sempre foram altos por ser a expansão do crédito (dos meios de pagamento) considerada uma das causas crônicas da inflação. Embora esse percentual tenha diminuído bastante nos últimos anos, atualmente ele ainda se encontra em níveis considerados altos (23% sobre o total de depósitos dos bancos que operam na região Centro-Sul e 19% para os bancos do Norte-Nordeste).

Os bancos nunca aceitaram tranquilamente esse recolhimento compulsório, e por isso, as autoridades monetárias decidiram em 1965 remunerar uma parcela do depósito. Os bancos podem recolher hoje 55% do seu depósito compulsório em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, sobre as quais o governo paga juros e correção monetária.

E os juros e correção monetária do compulsório sempre tiveram uma participação significativa nas receitas não operacionais dos bancos (diz-se não operacionais porque estas não são as operações básicas dos bancos, cujo objetivo maior seria a realização de empréstimos e prestação de serviços ao público. É a mesma coisa que uma indústria de aço garantir a maior parcela de seu lucro em especulação com imóveis e ter prejuízo na sua atividade principal. Em valores absolutos a empresa pode ir bem, mas numa análise mais profunda a companhia sempre seria vista com reservas).

De agosto de 74 a fevereiro de 1975, o governo suspendeu as emissões de Obrigações do Tesouro, o que favoreceu a especulação com esses papéis no mercado aberto. Muitos bancos chegaram a preferir recolher o compulsório em dinheiro e ficar com as ORTNs para especular no *open market*. Mas o resultado é que os valores do mercado das ORTNs subiu bastante, superando em muito o seu valor nominal. Como os bancos são obrigados a contabilizar as ORTNs do compulsório pelo valor nominal, os banqueiros observaram que se cumprissem exatamente as normas do Banco Central iriam ter um prejuízo contábil (já que estariam comprando os títulos por um valor mais alto e os contabilizando por um preço menor).

Em julho de 75, as autoridades atenderam novas reivindicações dos banqueiros, e permitiram que os bancos comerciais substituíssem as ORTNs do compulsório por Letras do Tesouro Nacional. As LTNs são compradas com deságio (com um desconto; no momento em que o comprador adquire o título no Banco Central ou no mercado paga por ele, suponhamos, Cr\$930 mil, para receber Cr\$ 1 milhão no seu vencimento), mas o Banco Central permitiu que os bancos contabilizassem esses papéis no compulsório pelo seu valor de face. Ou seja, pelo seu valor de resgate. Nesse caso, ocorreu o fenômeno inverso do verificado com as ORTNs.

No final do ano passado, a maioria dos bancos substituiu as ORTNs do seu compulsório por LTNs. Isto quer dizer que uma boa parte dos lucros que apresentaram é puramente contábil e que só deve se concretizar na medida em que as Letras do Tesouro do depósito compulsório forem vencendo e sendo resgatadas pelo Banco Central, no decorrer de 1976.

O ano de 1975 também foi excepcional em termos de política monetária. No final do primeiro

trimestre do ano, o sistema bancário enfrentava uma grande crise de liquidez, em decorrência da queda de seus depósitos (enquanto os empréstimos se mantinham estatizados), quando o Banco Central decidiu creditar cerca de Cr\$ 5,2 bilhões nas contas de todos os bancos do país — a distribuição dos recursos foi feita de acordo com determinado percentual do compulsório recolhido por cada um. Esses Cr\$ 5,2 bilhões foram chamados de "refinanciamento compensatório". Por esses recursos, o Banco Central cobrou uma taxa de juros de apenas 6% ao ano. O prazo de resgate do "refinanciamento compensatório" era de 120 dias, mas acabou sendo prorrogado por mais um mês.

Os bancos emprestaram uma parte do refinanciamento compensatório e o restante dos recursos aplicaram em títulos no mercado aberto. Os bancos multiplicaram os recursos do refinanciamento compensatório e hoje ainda estão se beneficiando dessa maneira governamental.

Esses fatos explicam porque o Banco Mercantil de São Paulo (grupo Gastão Vidigal) com Cr\$ 3.015 milhões de empréstimos — Cr\$ 3.800 milhões de depósitos — conseguiu um lucro de mais de 500 milhões; porque o Bradesco (Amador Aguiar) conseguiu nos dois últimos meses do ano aumentar os seus depósitos em mais de Cr\$ 2,5 bilhões; porque o Nacional (Magalhães Pinto) conseguiu dobrar os seus depósitos no ano de 1975; porque o Real (Aloysio Faria) teve um crescimento no lucro de 68%; porque o Bamerindus lucrôu mais 73%; porque o Comind lucrôu mais 138%; porque o Mercantil de São Paulo lucrôu mais 149%; porque o Itaú lucrôu mais 105% e etc.

NORDESTE

O otimismo do presidente do BNB

Visão, 9 de fevereiro de 1976

"O Nordeste vai bem, obrigado. Preciso, estamos às ordens." A declaração, embora nada original, dá a medida do exagerado otimismo do presidente do Banco do Nordeste do Brasil, professor Antônio Nilson Craveiro Holanda, ao analisar o comportamento da economia nordestina no ano passado. "Em 1975", declara Holanda, "o Nordeste cresceu a uma taxa de 7% a 8%, contra 5,8% no ano anterior. O crescimento regional foi portanto superior ao da economia nacional, que esteve entre 5% e 6%" (na realidade, o país cresceu 4%).

Considerando 1975 como ano de recuperação da economia local (em 1974 houve queda na produção agrícola), Holanda classifica de "surpreendentes" as taxas de crescimento registradas na região. A agricultura recuperou-se de sua *performance* anterior, a indústria enfrentou problemas no primeiro semestre mas reagiu no segundo (expansão total de apenas 7,8%, segundo a Sudene, contra 12,4% em 1974), enquanto que o setor terciário teve desenvolvimento pouco uniforme e possivelmente terá taxa de crescimento menor do que em 1974 (9,5%).

O presidente do BNB estima que na área agrícola o crescimento do Nordeste esteve em torno de 7%. Das nove principais culturas da região, que respondem por 86% do valor agrícola bruto, apenas o algodão — principal produto da pauta de exportações do Ceará — e o coco-da-baía registraram quedas de produção. As demais cresceram: mandioca, 17%; arroz, 45%; feijão, 9,2%; cacau, 12,8%; milho, 11,6%; cana-de-açúcar, 7%; e sisal, 12,8%. A evolução da agricultura nordestina, segundo Holanda, pode ser demonstrada inclusive pelo montante dos empréstimos das carteiras de crédito rural do BNB e do Banco do Brasil, que atingiu 13 bilhões de cruzeiros em 1975, contra 8,5 bilhões em 1974.

Indicadores econômicos

De acordo com apuração feita pelo BNB, os indicadores conjunturais da região apresentaram dados como:

crescimento do consumo industrial de energia elétrica, 16%; aumento da produção de cimento, até outubro, 4,2%; aumento da arrecadação do IPI até setembro, em termos reais, 4,6%, com estimativa de 7% para o ano todo, sem considerar o crescimento industrial e a redução de alíquotas.

Em setembro de 1975, os empréstimos do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste ao setor industrial (além dos devedores) atingiram 8,4 bilhões de cruzeiros, contra 4,4 bilhões em todo o ano de 1974, o que corresponde a um crescimento nominal de 87% e real de 50%.

Nilson Holanda chama também a atenção para o bom desempenho da indústria extrativa mineral, que teve um incremento de 45% na produção física. Na construção civil, houve aumento superior a 10% no consumo de cimento. E, na área de edificações licenciadas, esse aumento, até novembro, esteve em torno de 23%.

O presidente do BNB afirma que o desenvolvimento do setor terciário foi pouco uniforme em 1975, devendo apresentar uma taxa de crescimento menor do que os 9,5% de 1974. A oferta global de crédito, segundo Holanda, cresceu 39% em termos reais e as exportações tiveram um desempenho que pode ser considerado "razoável", diante dos 7% de aumento (1,5 milhão de dólares) do ano anterior. Ressalte-se, porém, que o setor deve esse bom desempenho em 1974 à considerável melhoria dos preços no mercado internacional.

Especificamente sobre o Banco do Nordeste, Holanda afirmou que em 1975 a instituição "bateu todos os recordes desde sua criação e cumpriu todas as metas estabelecidas". As aplicações globais atingiram 9,3 bilhões de cruzeiros (para uma meta fixada de 9,1 bilhões).

Holanda adiantou também que em 1975 foi desenvolvido intenso trabalho de mobilização de recursos estáveis no BNB e os recursos de longo prazo superaram os de curto prazo pela primeira vez nos últimos sete anos. Os recursos especiais evoluíram da seguinte forma, segundo o presidente: em 1973, 341 milhões de cruzeiros ou 7,9% do total de recursos; em 1974, 772 milhões ou 11,3%; em 1975, 2,3 bilhões ou 22,2% do total.

Perspectivas

Em 1976, o BNB prevê aplicações globais de 14 bilhões de cruzeiros, com expansão nominal de 50% sobre o saldo de empréstimos no final de 1975 (9,3 bilhões). Os recursos globais irão a 16 bilhões, com expansão de 51%. Recursos de médio e longo prazo deverão atingir 8,8 bilhões de cruzeiros, crescendo 44%. E a participação do BNB no total de recursos à sua disposição deverá atingir 55% neste exercício.

Para situações de estagnação, como as que se manifestaram em Ouricuri, Pernambuco, e Irecê, Bahia, o presidente do BNB anunciou novas linhas de ação, com medidas de longo alcance e sem precedentes, "dentro de uma visão mais ampla do problema, considerando seus aspectos econômicos e sociais e não simplesmente a preocupação com o retorno dos créditos concedidos".

Assim, os agricultores e pecuaristas das regiões atingidas por estiagem serão alvo das seguintes instruções ao banco: aumento do prazo para composição de dívidas de cinco para dez anos; redução das taxas de juros de 15% para 7%; garantia para o produtor rural e sua família de uma parcela de recursos para sua manutenção ("capital de giro de emergência", segundo Holanda); e composição a dívida para as parcelas de crédito não acobertadas pelo seguro agrícola.

"Além disso", acrescentou Holanda, "os gerentes do Banco do Nordeste tiveram sua alçada de decisão aumentada cinco vezes, o que significa inteira autonomia de ação para esses casos, sem consulta à direção geral. Caso a situação se agrave, o BNB tomará outras providências, mesmo que tenha de sacrificar seu desempenho."

Distorções emperram a revolução verde

Visão, 26 de janeiro de 1976

Um balanço da agricultura em 1975 mostra que recursos abundantes não foram suficientes. As críticas, explicações e expectativas para 1976.

Ainda não foi em 1975 que a agricultura deslançou. Entre as metas de crescimento de 7% previstas no II PND e o otimismo do ministro Alysso Paulinelli, para quem "o setor crescerá até 10% se tudo dependesse de planejamento", registrou-se um número bem mais modesto: 4%.

Apesar de o Governo perseguir as metas que se propôs, alguma coisa falhou. E não foram recursos. Em 1975, os empréstimos bancários oficiais cresceram 51,5% em relação a 1974 (a previsão era de 42,2%). O próprio orçamento do Ministério da Agricultura cresceu 175% em relação a 1974, que, por sua vez, já superara em 105% o de 1973.

Quanto aos créditos, parte dinâmica do problema, o diretor do Banco do Brasil, Mário Pacini, ao relacionar os programas criados pelo Governo na atual gestão (paralelamente a outros já existentes), lembrou-se, de cabeça, de onze: 1) Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas de Nordeste (Polonordeste); 2) Programa de Pólos Agropecuários e Agremiações da Amazônia (Poloamazônia); 3) Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro); 4) Programa de Subsídios ao Preço de Fertilizantes; 5) Programa Nacional do Calciário Agrícola (Procal); 6) Programa Nacional de Pastagens (Pronap); 7) Programa de Estímulos Técnicos e Financeiros para o Desenvolvimento da Pecuária Leiteira (PDL); 8) Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Corte (Prodepe); 9) Programa de Incentivos à Produção da Borracha Vegetal (Probor); 10) Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra); 11) Programa Nacional de Armazenagens (Pronazem).

Além disso, Pacini citou o elenco de medidas em benefício da cafeicultura, planejadas após as geadas, apesar de as queixas apresentadas por ruralistas de todo o país deixarem dúvidas quanto à sua eficiência.

Governo estar assistindo particularmente o programa do sisal". No ano passado o próprio Governo amargou os dissabores da burocracia bancária: em três dias apresentou um plano de emergência para reparar os estragos das geadas, mas só conseguiu vê-lo em execução dois meses depois.

A soma desses problemas todos, mais a dos preços recebidos, que sofreram incremento inferior a 1974 (Quadro 1), e dos preços pagos (Quadro 2) pelos agricultores (apesar do subsídio de 40% no caso de fertilizantes), revelam importantes razões para os baixos resultados obtidos pelo setor em 1975.

É verdade, porém, que as geadas causaram alguns prejuízos irreparáveis, com sérios reflexos no balanço de pagamentos. O trigo, por exemplo, terá que ser importado à razão de 2,5 milhões de toneladas; já em 1975, os gastos de importação pularam de uma previsão de 80 milhões de dólares para 600 milhões. Por sua vez, o café e a cana-de-açúcar, produtos de grande peso nas exportações, tiveram e terão problemas.

O país sofreu também uma sensível perda de hortigranjeiros, mas, como dispõe de quatro safras anuais, o setor não se ressentiu tanto.

Quadro 1 - Variação nos Preços Recebidos pelos Produtores, Janeiro a Setembro - 1973, 1974 e 1975

Discriminação	ANOS		
	73 (%)	74 (%)	75 (%)
Leguminas	39,4	20,7	33,0
Arroz com casca	57,8	14,5	3,2
Arroz sem casca	93,9	4,6	20,5
Algodão	4,0	56,5	23,5
Batata	40,9	34,3	20,5
Café	107,5	-13,5	68,0
Cana-de-açúcar	113,7	52,3	-26,2
Dois em um coco	47,4	27,8	72,9
Castanha-do-pará	13,3	46,6	44,3
Feijão	159,8	-20,1	54,3
Fumo em folha	16,7	21,8	23,2
Laranja	19,7	-20,7	15,8
Mandioca	23,3	19,9	35,2
Milho	25,9	4,2	12,9
Trigo	21,9	55,1	15,1
Pecuária			
Bovinos (leite)	59,5	25,3	-8,3
Bovinos (carne)	48,7	12,2	-3,3
Caprinos e ovinos	26,2	43,2	-3,3
Fringido de corte	35,9	3,3	17,5
Leite	30,8	40,9	25,4
Carne	84,8	2,7	-26,2
Ovos	43,9	18,9	19,8
Matadouro	31,2	32,2	13,2
Agropecuária	39,7	23,3	18,2

FONTES: FGV/IRRE (dados elaborados pela SUPLAN-MA)

NOTA: Os resultados refletem a variação, nos nove primeiros meses de cada ano, dos índices de preços recebidos pelos produtores em 17 unidades da federação. A ponderação utilizada para a construção do índice de preços se baseia no valor médio da produção das leguminas e produtos animais, a nível estadual no período 1972-74.

Quadro 2 - Variação nos Preços Pagos pelos Agricultores, Janeiro a Setembro, 1973, 1974 e 1975

Estados	1973 (%)	1974 (%)	1975 (%)
	Ceará	46,3	54,7
Pernambuco	45,1	51,2	25,2
Mato Grosso	35,1	54,4	10,7
Espirito Santo	63,2	70,4	15,6
São Paulo	42,6	77,1	22,0
Paraná	46,9	82,5	19,4
Santa Catarina	40,8	72,4	14,1
Rio Grande do Sul (1)	55,8	44,2	13,5

FONTES: FGV/IBGE (dados elaborados pela SUPLAN-MA)

(1) Janeiro a Agosto

NOTA: O índice de preços pagos corresponde à média mensal dos preços de 63 produtos utilizados pelos agricultores em sua atividade produtiva, tomando como base a média mensal dos preços verificada no ano de 1969. Os subgrupos de insumos são os seguintes: sementes e mudas; adubos; fertilizantes e corretivos; defensivos e corretivos; vacinas, medicamentos e desinfetantes; combustíveis e lubrificantes; peças e materiais diversos; materiais de construção; máquinas e implementos para o preparo de terra e para o plantio; motores e bombas; outras máquinas e implementos. Os dados representam variações médias nos nove primeiros meses do ano.

que "o Governo autorizou os abatimentos de acordo com as consequências das geadas e comprou o que havia para evitar maiores prejuízos". A pecuária de leite não teve a mesma sorte; precisou antecipar sua entrega, o que obrigou os criadores a grandes gastos com ração balanceada.

Todos os setores técnicos ligados à agropecuária, a nível oficial ou privado, ouvidos por Visão foram unânimes em afirmar que a atual política federal "nada tem a ver com o possível fracasso no alcance da meta setorial". A opinião geral é de que "tudo o que o Governo faz hoje só terá efeitos práticos dentro de três ou quatro anos".

Quanto à argumentação oficial de que o mercado interno não apresenta problemas aparentes de abastecimento, o senador Orestes Quercia levanta dúvidas: "Isto se deve à diminuição do consumo ou ao aumento da oferta? A inflação superou os 30%, mas o salário do trabalhador só vai ser reajustado em maio e uma vez por ano". "O que continuo a perguntar, e não obtendo resposta, é se a atual tranquilidade do abastecimento interno não se deve, afinal, à falta de poder aquisitivo do comprador."

Perspectivas em 1976

Mas o Governo está otimista com relação à safra de 1976, apesar dos percalços do ano passado. Fazendo uma análise global da situação agrícola do país, o diretor-executivo da Comissão de Financiamento da Produção, do Ministério da Agricultura, Paulo Vianna, disse: "A conclusão é que realmente teremos uma safra nacional abundante, principalmente no que se refere a cereais". As safras de milho, soja, arroz e amendoim serão bem superiores às do ano passado.

Mas Paulo Vianna garante que os recursos dobrarão. O nível dos financiamentos concedidos, que era de 7 bilhões de cruzeiros, com uma previsão de chegar aos 12 bilhões em agosto próximo, deverá superar essas expectativas; prevê-se que o total dos financiamentos chegue aos 17 bilhões, se acrescido o que será gasto com a compra de parte da produção, de acordo com a política de garantia de preços mínimos. Hoje, a lista de produtos beneficiados com a fixação de preços mínimos já chega a 32, com a recente inclusão da castanha de caju. Estudada-se, agora, a inclusão de novos produtos, entre os quais a pimenta-do-reino e o guaraná.

Produtividade e advertência

Entretanto, o que se nota é que os aumentos de produção se vêm verificando à custa da expansão da área cultivada, principalmente porque os preços agrícolas são considerados baixos em relação aos altos preços dos fertilizantes, particularmente nas regiões menos desenvolvidas.

Além disso, em relação à política de preços mínimos, os membros da

QUADRO 3 - Área Colhida e Produção das Principais Culturas, Brasil, 1974 e 1975

Produto	Área Colhida (1.000 ha)			Produção (1.000 t)		
	Variação			Variação		
	1974	Nov. 1975 (1)	(%)	1974	Nov. 1975 (1)	(%)
Algodão	3.721	3.875	+4,1	1.959	1.755	-10,4
Amendoim	559	344	-4,2	439	441	0,4
Arroz	4.463	5.250	+17,8	5.483	7.538	+16,3
Batata	187	190	+1,6	1.672	1.669	-0,2
Cacau	512	451	-11,9	165	224	+35,2
Café	2.270	3.220	2.429	-24,6
Cana-de-açúcar	2.088	2.122	+2,8	96.412	88.412	-8,3
Folhagem	4.258	4.121	-3,7	2.238	2.271	+1,5
Mandioca	2.138	2.176	+1,8	24.715	26.683	+7,9
Milho	11.008	10.678	-3,0	16.285	16.415	+0,8
Soja	5.143	5.747	+11,2	7.876	9.717	+23,4
Trigo	2.480	2.947	+19,8	2.858	2.091	-26,9
Banana	305	302	-0,9	8.974	7.068	-20,7
Laranja	375	411	+9,6	6.252	6.334	+1,3
Outros (2)	1.527	1.370	-10,3	3.707	3.269	-11,9

FONTES: Fundação IBGE, EAGRU/SUPLAN-MA; IBGE (1) estimativa; (2) 10 produtos (cebola, coco-da-bahia, fumo, juta, malva, mamona, pimenta-do-reino, siso, mate e uva).

mão-de-obra. Para falar a verdade, eu não conheço um lugar onde a máquina provocou desemprego ou problema social."

Faixa de 100 quilômetros. Para muitos estudiosos, a ida para os centros urbanos seria uma tentativa de encontrar uma vida melhor. Mas, sem conseguir emprego nas cidades, os fugitivos se agrupam em barracos nas periferias e acabam voltando ao campo, como passageiros empoeirados dos caminhões de boias-frias. Essa situação assume aspectos relevantes no nordeste, onde quase 80% das propriedades rurais são minifúndios, com área média de 20 hectares — quatro vezes inferior ao módulo de 80 hectares estabelecido para a região pelo INCRA. E a minifundização aumenta. Em 1960, havia na região 870 000 estabelecimentos rurais com menos de 10 hectares. Em 1970, eram 1,5 milhão. Na década de 60, enquanto a população rural nordestina crescia 1,2%, a taxa da população urbana registrou 4,6% de aumento. Cerca de 40% da população do nordeste se concentra na estreita faixa de 100 quilômetros de largura, que corre ao longo da costa marítima e que representa apenas 12% da superfície regional. Na região do Grande Recife, que cresceu 4,5% por ano na década passada, aglomerou-se hoje uma população

superior a 1,6 milhão de habitantes.

De acordo com Hélio Augusto de Moura, do Banco do Nordeste do Brasil, o crescimento desordenado da periferia do Grande Recife talvez possa ser explicado pela transformação da mão-de-obra permanente em boias-frias. As populações dos municípios de Jaboatão e Cabo, na zona canavieira, duplicaram no último decênio. A de Muribeca dos Guararapes, perto de Jaboatão, quintuplicou no mesmo período. "Os engenhos tão botando a gente pra fora. Eu era fichado e me mandaram embora. Não sei qual é o pior, com documento ou sem documento. Não trabalha que nem burro de carga", queixa-se Júlio Ferreira da Silva, de 62 anos, que mora no Cabo e trabalha nos canaviais desde os 9 anos. É um boia-fria ou "clandestino", como se diz na região.

Dilema — A vida desses clandestinos é bem mais dura que a de seus companheiros nas lavouras da região centro-sul. Trabalhando por dia, ganham a metade do salário. Por empreitada também têm rendimento baixo, porque as terras são mais fracas e a topografia mais acidentada. Segundo o INCRA, a produtividade média do nordeste é de 75 cruzeiros por hectare enquanto no sul é de 256 cruzeiros. Por isso, pequenos sítiantes ou agricultores médios vivem submetidos a um permanente dile-

ma: porque a terra não rende, não fazem investimentos; e, por falta de investimentos, as lavouras não progredem. Como concluiu uma análise da agricultura do Rio Grande do Norte feita pela Elektroconsult do Brasil, a pedido do governo estadual, há subutilização dos recursos disponíveis, baixa rotação de capitais e baixa rentabilidade dos estabelecimentos agrícolas.

Mas não é difícil encontrar sítiantes capazes de prover o sustento de uma família de oito filhos com a renda de 5 mediocres hectares de terra. E o que acontece com Severino Benedito dos Santos, 46 anos. Ele paga apenas 600 cruzeiros anuais de arrendamento por uma área desse tamanho no município de Gilbrina de Goitá, a 78 quilômetros do Recife. Com o aubão produzido por suas quatro vacas, cultiva 5 hectares com cana, milho, feijão, batata, verduras, inhame e mandioca, produzindo ainda 1 tonelada anual de farinha de mandioca em seu engenho manual. Arrendatário há dezenove anos, em toda sua vida fez apenas dois empréstimos: um de 150 cruzeiros e outro de 200, há quatro anos. Tem uma idéia definitiva sobre operações bancárias: "Num quero mais, pois é um aperto danado pra pagá".

Tentativas de solução — Para resolver os problemas de sítiantes como Severino, ou mesmo de outros mais pobres

discute-se a reforma agrária no Brasil desde o governo de Getúlio Vargas, no início da década de 50.

Em 1971, foi instituído o Proterra, com a função de adquirir ou desapropriar terras para venda a pequenos e médios produtores rurais, conceder empréstimos e apoiar agroindústrias nascentes.

Os grandes proprietários foram convocados a aderir ao Proterra e naturalmente o fizeram, pois tinham o direito de escolher as áreas que gostariam de vender, com pagamento a vista. Mas o número de beneficiados não passa de 1 000 famílias no Ceará e em Pernambuco. Em muitos casos, os latifundiários indicaram como beneficiários seus parentes, amigos e trabalhadores-problemas, com muitos anos de serviço ou que reclamavam muito. Tais fatos levaram o ministro da Agricultura Alysson Paulinelli, em 1974, a admitir que o Proterra era uma tentativa de reforma agrária que agravava as distorções do meio rural brasileiro. Num novo esforço de resolver os problemas, foi criado então o Polonordeste, que recentemente recebeu uma injeção de 3 bilhões de cruzeiros para colonizar 27 áreas situadas no nordeste. Abandonou-se agora a idéia de redistribuir terras; o governo deseja difundir técnicas modernas no campo, para aumentar a produtividade.

GEISEL LANÇA PRONAN E AGRADECE A "COMPANHEIROS DA ARENA"

GSP-5-2-76

O presidente Ernesto Geisel assinou ontem o decreto que instituiu o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição — Pronan, o qual estabelece investimento de 30,7 bilhões de cruzeiros, nos próximos três anos, no fortalecimento de pequenos produtores de alimentos, em pesquisas destinadas ao enriquecimento de alimentos com proteínas e nutrientes básicos, bem como na distribuição de alimentos a nutrízes, gestantes, crianças, escolares e trabalhadores carentes de recursos financeiros.

O general Geisel ainda citou a "colaboração valiosa de companheiros da Arena".

O presidente da República também encaminhou ao Congresso projeto-de-lei que permite às pessoas jurídicas deduzir, do lucro tributável, para fins do imposto de renda, o dobro das despesas realizadas em programas de alimentação do trabalhador.

PRONAN TAMBÉM PRÓ MERCADO INTERNO

Visão, 23 de fevereiro de 1976

O Programa Nacional de Alimentação e Nutrição — Pronan, recentemente lançado pelo presidente Ernesto Geisel, prevendo aplicações de 25 bilhões de cruzeiros até 1979, tem objetivos bastante ambiciosos: racionalizar a alimentação do povo brasileiro, modificar hábitos alimentares, estimular a produção de alimentos, além de corrigir deficiências alimentares de crianças, gestantes e trabalhadores de baixa renda.

Mais louváveis, ainda, são as medidas adotadas que prevêem a participação da empresa privada e até a beneficiam, como é o caso das recentes decisões do Governo que incluem a expansão do sistema de alimentação do trabalhador, através de concessão de financiamentos e de incentivos às empresas e instituições civis de empregados e empregadores. Dando objetividade às intenções do Governo, já foi encaminhado ao Congresso um projeto

de lei estabelecendo que as pessoas jurídicas poderão deduzir do lucro tributável, para fins do imposto sobre a renda, o dobro das despesas realizadas no período-base em programas de alimentação do trabalhador, previamente aprovados pelo Ministério do Trabalho. A empresa privada também será beneficiada tanto pela organização da produção e distribuição de alimentos, principalmente ao nível do pequeno produtor e das cooperativas, como pela compra de produtos alimentícios para o programa de suplementação alimentar contemplando o atendimento a gestantes, nutrízes e crianças de zero a seis anos e a alimentação do escolar de sete a catorze anos e do pré-escolar.

Os mais importantes resultados do Pronan não poderão ser cobrados a curto prazo, não beneficiando politicamente, por conseguinte, o Governo que o implanta. Um deles é o ingresso

de boa parcela da população no mercado consumidor brasileiro e a manutenção, por mais tempo, de parte desse mercado. O ingresso decorrerá da redução da taxa de mortalidade infantil atual, pela eliminação das carências nutricionais, e da melhoria do estado de saúde daquela parcela da população que, hoje, por desnutrição ou subnutrição, é incapaz de incorporar-se à população ativa do país. A manutenção do mercado decorrerá do declínio da taxa de mortalidade em geral, da maior duração da vida do brasileiro e da ampliação do período de tempo em que ele se apresenta dotado de toda a sua capacidade física e mental para o desempenho de suas atividades.

As providências contidas no Pronan virão, pois, em favor da saúde do brasileiro e, conseqüentemente, do mercado interno do país.

CDE APROVA CR\$3. BILHÕES PARA POLONORDESTE

GSP-12-2-76

O presidente Ernesto Geisel, acolhendo exposição de motivos conjunta dos ministros que integram o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), aprovou ontem a proposta de aplicação de Cr\$ 3.079 milhões no Polonordeste — Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nor-

deste —, este ano.

Esse montante representa a soma dos recursos destinados ao Programa de Irrigação do Nordeste (Cr\$ 1.179 milhões), ao Programa Especial de Crédito do Polonordeste (Cr\$ 700 milhões) e ao próprio Polonordeste, pelo decreto que o instituiu (Cr\$ 1.200 milhões, já

incluída a correção monetária dos recursos previstos originariamente).

Por outro lado, ao mesmo tempo em que o governo federal destinava novos recursos ao Polonordeste, este merecia restrições do superintendente da Sudene, José Lins Albuquerque, em exposição que fez ontem,

em Brasília, aos ministros do Planejamento, Agricultura e Interior (representado pelo secretário-geral do Ministério, Dilson Santana de Quirós), e aos governadores dos Estados nordestinos. O Polonordeste ainda não levou ao pequeno agricultor da região nem crédito nem pesquisa, afirmou Albuquerque.

comercio e politica exterior

CRISE E PROTECIONISMO

ESP22-1

Durante o período mais agudo da crise, as economias industrializadas se saíram razoavelmente das dificuldades, após o choque inicial. Em primeiro lugar, foram os bancos das grandes nações desenvolvidas que reciclaram a maior parte dos dólares absorvidos pelos exportadores de petróleo. Em segundo lugar, foram as suas indústrias que atenderam a maior parte das importações dos membros da OPEP, desde que estes passaram a registrar importantes superávits externos. Em terceiro lugar, os preços de seus produtos de exportação subiram substancialmente, em relação aos pre-

ços dos bens importados do Terceiro Mundo, cujos déficits em relação aos industrializados subiram consideravelmente. Em quarto lugar, os governos das nações industrializadas não hesitaram em aumentar as barreiras protecionistas, tarifárias e não-tarifárias, dificultando de todas as formas o ingresso, em seus mercados, de produtos industriais do mundo em desenvolvimento. Naturalmente, essas barreiras atingiram principalmente aquelas mercadorias produzidas em condições relativamente vantajosas nos países em desenvolvimento, tais como têxteis, confecções e produtos de couro.

Nos Estados Unidos, por exemplo, as tendências protecionistas continuam prosperando livremente e não há indício de que venham a ser contidas em futuro próximo.

A violência das restrições adotadas em países ricos, nos últimos tempos, parece sugerir que as exportações de países como o Brasil vêm constituindo uma séria ameaça à estabilidade das economias ricas. No entanto, uma análise recém-publicada pela revista Conjuntura Econômica mostra que, desde 1967, o intercâmbio bilateral do Brasil com alguns poucos países vem registrando déficits

crecentes (compensados, na maior parte do tempo, graças a superávits obtidos diante de outros parceiros). Esses poucos países são os industrializados, e, no conjunto, os Estados Unidos ocupam uma importante posição. Em 1974, ano em que a crise começou a atingir o Brasil, o déficit brasileiro diante dos industrializados (contas correntes) atingiu 5.007 milhões de dólares, enquanto o déficit em relação aos produtores de petróleo ficou em 2.112 milhões. Nesse ano, somente as transações com os Estados Unidos geraram um saldo negativo de 1.902 milhões.

COMERCIO COM DESENVOLVIDOS

VEJA, 25 DE FEVEREIRO, 1976

	MUNDO			ESTADOS UNIDOS			CEE			JAPÃO		
	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPERAVIT OU DÉFICIT	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPERAVIT OU DÉFICIT	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPERAVIT OU DÉFICIT	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPERAVIT OU DÉFICIT
1965/70	2.065,4	1.820,0	+ 245,4	608,4	616,5	- 8,2	563,1	390,7	+ 172,4	81,2	80,6	+ 0,6
1971	2.841,6	3.245,5	- 363,9	760,0	564,9	- 194,9	793,8	782,4	+ 11,4	158,4	228,9	- 70,5
1972	3.991,2	4.235,2	- 244,0	971,2	1.212,9	- 241,7	1.131,3	1.121,8	+ 9,5	180,0	322,7	- 142,7
1973	6.158,2	6.192,2	+ 7,0	1.127,4	1.731,3	- 603,9	2.296,6	1.721,8	+ 574,8	525,2	538,0	- 12,8
1974	7.967,7	12.530,5	- 4.562,8	1.713,0	3.135,3	- 1.422,3	2.724,9	3.182,8	- 457,9	454,2	846,6	- 392,4

fonte: BANCO CENTRAL

RELAÇÕES COM EEUU: O DÉFICIT COMERCIAL

ESP8-2

Dados oficiais sobre o desempenho da conta de comércio do Brasil, nos últimos quatro anos, indicam que, enquanto as importações de produtos norte-americanos estão crescendo, as exportações de produtos brasileiros para os Estados Unidos estão caindo. Somente o ano passado, a redução foi da ordem de 700 milhões de dólares, em relação a 1974, atingindo,

principalmente, produtos como açúcar, café solúvel, óleo de mamona, carne industrializada, têxteis, de algodão, minérios, madeira e cacau. O quadro seguinte, em US\$ 1.000 (FOB), mostra a participação do mercado norte-americano nas exportações e importações globais brasileiras no último quadriênio, com os respectivos valores percentuais:

1972	
Exportações totais	3.991.219
Exportação para os Estados Unidos	931.233
Percentual	23,33%
Importações totais	4.235.201
Importações dos Estados Unidos	1.212.901
Percentual	28,64%
1973	
Exportações totais	6.199.200
Exportações para os Estados Unidos	1.122.387
Percentual	18,11%
Importações totais	6.192.238
Importações dos Estados Unidos	1.818.368
Percentual	29,37%
1974	
Exportações totais	7.950.996
Exportações para os Estados Unidos	1.737.109
Percentual	21,85%
Importações totais	12.635.219
Importações dos Estados Unidos	3.071.108
Percentual	24,31%

1975	
Exportações totais	8.665.120
Exportações para os Estados Unidos	1.050.000
Percentual	12,11%
Importações totais	12.168.840
Importações dos Estados Unidos	2.900.000
Percentual	23,83%

MENOR DEPENDENCIA

Por outro lado, embora as autoridades reconheçam que a economia brasileira continua intimamente vinculada à dos Estados Unidos, registram um decréscimo, nos últimos anos, da participação relativa desse país nos financiamentos das importações de máquinas e equipa-

mentos e em investimentos diretos e reinvestimentos. No quadro do endividamento externo, os números oficiais relativos ao período 1970/74 indicam um comprometimento cada vez menor com os Estados Unidos, em relação à dívida global, conforme esclarece o quadro abaixo expresso em milhões de dólares:

Ano	Dívida global	Dos Estados Unidos	% Sobre total
1970	5.295,2	1.477,4	27,9
1971	6.621,6	1.553,9	23,5
1972	9.521,0	1.577,0	16,6
1973	12.571,5	1.629,8	13,0
1974	18.360,9	1.863,2	10,9

Quando ao financiamento as importações de máquinas e equipamentos, o quadro a seguir demonstra a queda na participação dos Estados Unidos — governo americano, Usaid, "empresário programa" e Exim-

bank —, registrado a partir de 1970, sobre os valores globais, onde aparece o item "outros", em posição cada vez mais relevante.

Os números são expressos em milhões de dólares, incluindo-se os suprimentos do Banco Mundial e do Banco Interamericano.

Ano	EUA	BIRD	BID	Outros	Total	% dos EUA sobre total
1970	559,2	258,2	181,4	709,8	1.709,3	32,8
1971	662,0	347,5	206,1	985,9	2.201,5	30,1
1972	727,9	483,9	243,7	1.328,3	2.783,8	26,1
1973	815,4	616,9	277,1	1.719,4	3.468,8	23,4
1974	1.084,2	978,1	311,7	2.367,3	4.741,3	22,9
1975	1.174,3	1.041,2	343,2	2.461,4	5.020,1	23,4

Particularmente, em relação a Usaid, há dois anos que o Brasil não obtém mais empréstimos, pois os projetos nacionais por suas características e dimensão, não mais se ajustam aos parâmetros de auxílio daquela agência norte-americana.

A Cacex ainda não dispõe dos quadros estatísticos de todo o ano de 1975, relacionados com zonas econômicas. Entretanto, não será surpresa se for verificado que a Associação Lati-

no-Americana de Livre Comércio (ALALC) passou a representar nosso segundo principal cliente. Os mapas relativos ao primeiro semestre indicam claramente essa tendência. De janeiro a junho de 1975, a CEE ocupou o primeiro lugar como compradora dos nossos produtos, com o total de US\$ 1,165 bilhão, que representou um crescimento de 13,67% sobre igual período de 1974. Os Estados Unidos vêm em segundo lugar, com US\$ 574,3 milhões (menos da metade), representando uma queda de quase 15%. A ALALC vem em terceiro, com US\$ 533,8 milhões, ou seja, uma diferença inferior a US\$ 11 milhões e mostrando um expressivo aumento em relação ao ano anterior: 51%.

Não se tem dúvidas de que muito contribuíram para essa queda as reduzidas vendas de açúcar realizadas para o mercado dos Estados Unidos, cujo governo decidiu acabar com o "sugar act" que definia, através de um sistema de cotas, o mercado norte-americano como "preferencial". Desta forma, as compras de açúcar brasileiro, que já haviam aprasentado forte queda em 1974 (menos de US\$ 300 milhões), continuaram caindo e fecharam 1975 com aproximadamente US\$ 60 milhões.

Dados da Cacex referentes ao período janeiro-outubro do ano passado mostram que os problemas não se restringiram ao açúcar. Com exceção do minério de ferro, do fumo e dos artefatos de couro (aqui incluídos os calçados), todos os demais vinte principais itens da pauta de exportações brasileiras para o mercado norte-americano se apresentaram em baixa, entre eles: café (em grão e solúvel), manteiga de cacau, lagostas, mentol, carne industrializada, madeira e seus artefatos, papel e seus artefatos e ainda os fios, tecidos e confecções de algodão. Dos que apresentaram expansão, apenas os calçados representaram o setor de manufaturas.

A preocupação brasileira em relação ao calçado deriva de que, apesar da política de diversificação de exportações, empreendida a partir do ano passado, com a busca — e o êxito — do Leste Europeu, os números indicam que há ainda uma forte dependência do mercado americano, que absorve 70 por cento das nossas vendas ao exterior.

Em 1975, o Departamento do Tesouro impôs direitos compensatórios ao calçado brasileiro, sob a alegação de que os incentivos concedidos pelo governo representavam subsídios.

Os direitos compensatórios que incidem sobre os calçados consistem em duas sobretaxas: uma de 4,8 por cento e outra de 12,3 por cento. A alíquota menor aplica-se aos produtos de empresas que exportam mais de 40 por cento em relação à receita total, ficando as demais sujeitas à alíquota maior, estimulando-se que cerca de 75 por cento das exportações brasileiras de calçados foram atingidas pela sobretaxa de 4,8 por cento.

Como o crescimento foi possível, apesar da sobretaxa cobrada pelo governo norte-americano, informa-se agora que o Departamento de Comércio está pronto para estabelecer o contingenciamento ou uma nova sobretaxa, de forma a reduzir ou mesmo eliminar qualquer possibilidade de uma presença maior do calçado brasileiro naquele mercado.

Já para as bolsas de couro, o Departamento do Tesouro foi mais severo, impondo uma taxa única de 14 por cento, a partir de janeiro do corrente, apenas porque a investigação preliminar revelou a existência de subsídios, no conceito americano.

Com um déficit da ordem de US\$ 3 bilhões (FOB-FOB) em seu intercâmbio comercial com os Estados Unidos, no biênio 74/75 e ante as sucessivas medidas restricionistas que aquele país vem impondo às importações de seus manufaturados, o Brasil estaria disposto a adotar medidas retaliatórias, boicotando a aquisição de produtos "made in USA". Para alguns observadores, tal prática poderá ter efeitos desastrosos, visto que os Estados Unidos dispõem de um maior poder de pressão econômica. Entretanto, é importante salientar que o Brasil já adotou esse esquema há cerca de dois ou três anos, travando no Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), projetos do setor têxtil

que previam a importação de máquinas e componentes norte-americanos. E a medida foi coroada de êxito, pois exportadores daqueles bens atuaram junto ao Departamento de Comércio e impediram a redução das cotas de vendas de tecidos e confecções de algodão para aquele mercado.

Diante desse quadro, a Associação de Exportadores Brasileiros passou a admitir a adoção de medidas de represália por parte do nosso governo.

Diz o presidente da AEB, Giulite Coutinho, que "o nosso governo já dispõe hoje de meios legais para responder às medidas protecionistas que se erguem em outros países e não há como deixar de aplicá-las".

Giulite Coutinho assinala que o ingresso dos Estados Unidos no sistema geral de preferências "foi uma deliberação positiva, mas estamos seriamente preocupados com a continuidade dos problemas relacionados com a aplicação de sobretaxas e as sucessivas acusações de "dumping" que o produto brasileiro sofre no mercado norte-americano.

Existem ainda problemas considerados mais graves, como o caso de uma empresa que embora tenha vencido uma concorrência internacional para fornecer equipamentos a uma fábrica de papel norte-americana, está praticamente impedida de realizar a entrega. É que sua concorrente nos Estados Unidos já articulou o esquema da sobretaxa junto ao Departamento de Comércio. O problema está em suspenso e a fabricante brasileira não sabe o que acontecerá no momento em que realizar a entrega. O mais provável é que venha a pagar uma sobretaxa de 25%, o que representará vultoso prejuízo, ainda mais por se tratar de encomenda que demanda vários meses para ser executada.

DIALOGO

Apesar de tudo isso, a AEB também se dispõe a buscar o diálogo. Não é sem outra razão que se incorporou, juntamente com a Confederação Nacional da Indústria, a Confederação Nacional do Comércio e a Confederação das Associações Comerciais do Brasil, à criação do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, no dia 30 de janeiro último, em Washington. Seu principal objetivo é o de "buscar encontrar soluções para os problemas identificados por quaisquer dos países nas suas relações econômicas e comerciais

recíprocas", sendo ainda — salienta — que se "estes esforços serão estreitamente coordenados com as agências governamentais competentes dos Estados Unidos e do Brasil e, quando apropriado, serão feitas recomendações aos respectivos governos visando a pronta solução daqueles problemas".

O ex-ministro da Indústria e do Comércio, Marcus Pratini de Moraes, é o presidente da seção brasileira e se mostra otimista quanto aos resultados a serem alcançados. O primeiro fato salientado por Pratini de Moraes se baseia em que o Conselho é empresarial (até o dia 5 de fevereiro já se haviam inscrito 60 empresas norte-americanas e 78 brasileiras) e do setor de produção, havendo ainda o detalhe de que estão bem distribuídas regionalmente, isto é, não apenas as norte-americanas já tradicionais, localizadas na área do Atlântico, como também não apenas as brasileiras do Centro-Sul. Segundo Pratini de Moraes, "isso é muito importante", pois o produtor do manufaturado brasileiro tem que buscar novas áreas do mercado norte-americano, principalmente no médio oeste e na costa do Pacífico.

"Nossa principal missão é acabar com os problemas de sobretaxas e de contingenciamento hoje existentes nos setores de tecidos e calçados, buscar soluções para o impasse do óleo de mamona e ainda reduzir os custos dos fretes nos dois sentidos. Temos que trazer para o nosso lado o produtor norte-americano que está interessado em vender seu produto para o Brasil".

A presença de grande número de funcionários categorizados do Departamento de Estado e do Departamento de Comércio, na solenidade de constituição do Conselho, segundo ainda Pratini de Moraes, mostra que não deverá faltar qualquer apoio do governo norte-americano para resolver problemas pendentes ou que venham a surgir.

CONCORRENTES

Mas os norte-americanos estão preocupados com a ampliação da participação brasileira no mercado mundial de soja, onde, a presença brasileira, ainda que até certo ponto discreta, começa a incomodar, principalmente porque, sendo importador de bens de capital, o governo brasileiro decidiu negociar diretamente a soja com os governos dos países fornecedores, com os quais também temos "déficit" no balanço de comércio bilateral.

Ainda recentemente o Brasil iniciou este tipo de negociações com a França, que está interessada em participar do nosso programa nuclear. A Alemanha já é nossa maior

compradora de soja em grão e o Japão está oferecendo equipamentos em troca desse produto. A concretização de tais entendimentos representaria, na verdade, perda de mercado para a soja norte-americana, cuja qualidade é inferior à brasileira. Assim, além dos problemas do intercâmbio bilateral, surge a luta na área internacional. As soluções terão

KISSINGER

O enfraquecimento do Departamento de Estado, erodido pela ação do Congresso, sobretudo nas questões de comércio internacional, deixa a Kissinger uma pequena margem para uma negociação com êxito, em relação aos direitos compensatórios, mas o governo brasileiro — segundo seguras indicações obtidas na

área econômica — se dispõe a demonstrar ao secretário de Estado que a legislação retaliativa poderá ser usada pelo Brasil, para enfrentar o crescente protecionismo norte-americano.

Os quase três bilhões de dólares que o Brasil comprou aos Estados Unidos no ano passado incluíram basicamente trigo, aviões a jato, produtos siderúrgicos, fer-

tilizantes, equipamento elétrico, produtos petroquímicos, tratores, equipamento mecânico, carvão metalúrgico, cobre, computadores, óleo lubrificante e máquinas-ferramenta, produtos disponíveis em outros países industrializados como os da CCE e o Japão, em condições de fornecimento idênticas ou, em certos casos, até mais vantajosas.

RELAÇÕES COM EEUU: DEFESA DO ATLANTICO SUL

ESP1-1

Enquanto círculos políticos norte-americanos já anunciam a morte da déteste e falam de uma "segunda guerra fria" despertada pelo confronto em Angola, em entrevista exclusiva a O Estado, Edward Mulcahy, segundo principal assistente de Henry Kissinger para assuntos africanos explica que qualquer alteração da relação de forças no Atlântico Sul dependerá, fundamentalmente, de dois fatores: 1 — uma evolução da guerra civil angolana favorável a uma influência concreta da União Soviética na região e, 2 — a posição do Congresso, ao qual caberá decidir sobre uma possível resposta (já em consideração pelo Pentágono) visando à construção de bases navais no Atlântico Sul e, como medida adicional ou alternativa, um aumento no volume de

ajuda militar a antigos aliados na região, liderados no caso pelo Brasil. Entretanto, a hipótese de um reforço militar dos Estados Unidos no Atlântico Sul, além dos problemas internos que persistem entre o Departamento de Estado e o Legislativo, poderá apresentar dificuldades em realizar também por razões de ordem diplomática.

ESP 15-1

Desde a modificação da sigla NATO, excluindo a referência "Norte", o que implicaria uma definição de que o Atlântico é um só, até a criação de uma Organização do Tratado do Atlântico Sul, a OTAS, incluindo a Argentina, o Brasil, a Austrália e a Nova Zelândia — com ou sem o apoio norte-americano e britânico — inúmeras questões tem sido apresentadas

para o estabelecimento de um sistema de defesa para o Atlântico Sul.

Visão, 23 de fevereiro de 1976

Sejam quais forem as versões oficiais sobre a visita de Kissinger ao Brasil, cumpre levar em conta que a viagem foi decidida da repente, depois de inúmeros adiamentos, e teria de obedecer a motivos da maior importância. O principal deles foi a defesa do Atlântico Sul, posta em risco depois que a URSS participou da guerra civil de Angola. Essa defesa, doravante, fica na dependência da posição brasileira, tão valiosa, agora, quanto a que foi assumida no curso da II Guerra Mundial, com a construção da base aérea de Natal, trampolim da vitória dos Aliados na luta travada na África. Se é impossível defender o Atlântico Sul sem a cooperação do Brasil, está na hora de ressaltar a posição política importante que se reserva ao país.

Posição que, de resto, se reforça com a atitude simpática adotada pelo Itamaraty com relação ao MPLA e com a inutilidade dos esforços do Departamento de Estado e do Pentágono para intervir no conflito angolano. Neste momento, a alternativa possível para impedir o expansionismo soviético no Atlântico Sul está nas mãos do Brasil. Kissinger veio a fim de resolver quaisquer divergências capazes de dificultar os objetivos que pretende atingir — e dispôs inclusive a formular concessões de que o país precisa aproveitar-se, na posição que ocupa. É de presumir-se que esteja na primeira linha de cogitações das autoridades governamentais a construção de nova base no Nordeste, em Natal ou Salvador. Isso envolveria o reequipamento da Marinha e da Aeronáutica, tese que não é nova e reflete aspirações profundamente enraizadas no espírito da oficialidade daquelas duas Armas.

KISSINGER NO BRASIL: DISCURSO. (TRECHOS)

JB 20-2

Os Estados Unidos e o Brasil hoje enfrentam juntos um mundo complexo e em mudança. A ordem internacional dos séculos passados entrou em colapso sob as pressões de duas Guerras Mundiais e do inexorável processo de descolonização. A ordem bipolar da geração passada desgastou-se. As nações industrializadas do Ocidente agora negociam entre si em bases novas e mais equitativas de cooperação e de iniciativa conjunta: o mundo comunista fragmentou-se e está cercado de dificuldades econômicas mesmo quando a União Soviética emerge como superpotência militar. E em toda a Terra novas vozes despertam nossas preocupações humanitárias com a sorte de nossos semelhantes neste Planeta cada vez menor.

No centro das preocupações de meu país está o imperativo da paz mundial.

No centro das preocupações do Brasil estão as novas questões da interdependência global.

Essas duas tarefas centrais de nossa época proporcionam ao Brasil e aos Estados Unidos um papel e uma

responsabilidade especiais e novas possibilidades de cooperação.

Nem todas as nações podem escolher uma responsabilidade global, mas todas as nações dependem vitalmente de seu êxito.

Os EUA, são a única nação do mundo livre que arcam com a pesada responsabilidade de manter o equilíbrio global do poder e de resistir ao expansionismo.

Não podemos aceitar o envio de grandes forças expedicionárias e grandes contingentes de material bélico para impôr soluções a conflitos locais em continentes distantes. Nem podemos ficar indiferentes se uma nação deste hemisfério faz da intervenção uma prática sistemática para exacerbar tais conflitos no globo. Os Estados Unidos estão decididos, como uma questão de princípio, a resistir a tais ações perigosas e irresponsáveis.

O Brasil, emergindo no cenário mundial, está dominando o grande desafio internacional de nosso tempo: a brecha entre os mundos desenvolvidos e em desenvolvimento. O Brasil, ao mesmo

tempo industrial e em desenvolvimento, retrata o mundo em sua vastidão, diversidade e potencial. O Brasil empenha-se na grande tarefa de progresso econômico e social, de elevar seu povo, não com recursos hesitantes, mas com uma energia sem limites.

E o Brasil começa com fortes laços de amizade com as nações da América Latina, com as grandes potências industriais e com as esperanças das nações do Terceiro Mundo. Na América, o destacado papel político e econômico do Brasil já foi reconhecido há muito tempo. Ao lado das nações industriais, o Brasil tem advogado a necessária mudança nas instituições e nas práticas do sistema econômico global. Com os países em desenvolvimento, o Brasil tem trabalhado por uma voz e uma participação mais fortes para todos no sistema econômico aberto que acelerou o progresso para uma geração e difundiu-o nas longínquas regiões do mundo.

Os apelos a ideologias ultrapassadas estão sendo substituídos pelo estudo das propostas práticas. O vosso Ministro de Exterior sem-

pre advogou isso. O Brasil, diz ele, não está iludido pela "miragem das vitórias formais e retóricas nos fóruns internacionais", e sim interessado num progresso prático.

Meu país compartilha esta posição.

Sr Ministro, meu país compartilha da convicção de que nossos esforços conjuntos podem contribuir decisivamente para uma nova era de progresso mundial. É uma perspectiva promissora para nossos povos. Assim sendo, queremos cultivar nossas relações com seu país — neste hemisfério e mundialmente falando. As nossas relações não serão de unanimidade automática mas sim, de igualdade, respeito mútuo e de aspirações comuns numa gama variada de assuntos.

Comércio é apenas uma das muitas questões que convocam nossas duas nações a um nível mais elevado de colaboração e cooperação. Esta é a razão pela qual, Sr Ministro, estou honrado por ter a oportunidade, dentro em breve, de executar com V. S. nosso novo acordo formal estabelecendo um mecanismo

de consultas regulares entre nossos dois países em nível ministerial. O mecanismo que estabelecermos nos engajará no tipo de deliberações profundas e intensas sobre as principais questões mundiais e bilaterais como requer o alcance de nossos respectivos interesses e responsabilidades internacionais.

Uma das contradições geradas pelos subsídios às exportações no Brasil e pelas taxas alfandegárias de compensação nos Estados Unidos não devem tornar-se temas de divergência entre nós. Estes assuntos têm que ser anali-

sados pelos dois lados à luz dos princípios políticos fundamentais que orientam o conjunto de nossas relações e a ordem de cooperação internacional que ambos procuramos consolidar. Com este objetivo, discutiremos um firme compromisso internacional sobre as questões dos subsídios e das taxas de compensação, cuja negociação deverá ser submetida, em Genebra, ao Acordo Comercial de 1974.

A ampla gama de considerações políticas deve, também, fazer parte de nossa mesa de debates — o caráter básico das relações bilate-

rais com o Brasil e nossos vínculos com o hemisfério e com o resto do mundo. Devemos estar preparados para discutir todos os temas de significação internacional. Porque, em última instância, é o profundo espírito da compreensão política que há entre nós, que orientam nossos objetivos e valorizam todas as medidas que possamos, porventura, adotar quanto a questões técnicas.

A História sugere que as relações dos Estados Unidos com a América Latina geralmente se caracterizam mais por princípios altissonantes do que pela ação prática concreta. Que-

remos garantir nesta oportunidade que o mecanismo consultivo que estamos estabelecendo entre nossas nações se tornará, na realidade, uma base permanente para esforços cooperativos de significado real para nossos povos. Porque, mesmo com as melhores intenções, os princípios não são traduzidos em realidade a menos que os Governos, em uma base regular, se auto-atribuam tarefas concretas e específicas que engajem os interesses e as vontades dos seus cidadãos. Deste modo, descobriremos a forma e as perspectivas de nossas relações futuras.

O DISCURSO DE SILVEIRA - trechos

ESP20-2

Dizia, ao começar, que os nossos países repartem identidades relevantes em razão de pertencerem ambos a comunidades com características bem definidas: o mundo ocidental e o sistema interamericano. Essas identidades não esgotam as personalidades de uma e de outra nação. Têm cada uma afinidades peculiares com outros grupos de países e interesses específicos que definem políticas próprias no cenário mundial.

Assim, o Brasil é, também, parte de uma outra ampla e diversificada comunidade de nações, com as quais reparte aspirações legítimas e fundamentais: a comunidade dos

países em desenvolvimento e entre estes, especificamente, a comunidade de nações latino-americanas. Laços especiais nos unem, também, a nações africanas que foram berço e manancial de traços consideráveis de nossa cultura. São nossas as aspirações de todos esses países no sentido de que o mundo se reestruture numa ordem econômica internacional mais equânime e mais conducente à paz.

As legítimas preocupações de desenvolvimento nos países novos, que desembocarem no desejo irreprimível que hoje se generaliza de que seja estabelecida uma ordem econômica in-

ternacional mais equânime, terão conduzido a uma dominante preocupação quantitativa que se reflete na categorização dos Estados. Os apelidos numéricos que se dá a esse ou àquele grupo de nações não tem significado senão na medida em que se queira enrijecer as distinções mediante atribuições de nitidas vantagens a uns e de contínuos privilégios a outros. Para nós, por cima dessas distinções artificiais, e que poderiam ser multiplicadas indefinidamente, estão certas fidelidades básicas que fazem do Mundo Ocidental um universo amplo, aberto e dinâmico, que aceita e compreende a necessidade de um tratamento político equitati-

vo para a interdependência econômica, interdependência que entendemos deva ser horizontal, e que tende a ligar todos os países em busca de paz.

Depois de amanhã, estaremos assinando um memorando de entendimento que formaliza um sistema de consultas na linha do que pragmaticamente já vimos realizando ao longo desses dois anos. O memorando com o governo dos Estados Unidos da América constitui elo fundamental no sistema de consultas que o nosso governo, na comunidade das nações ocidentais, procura elaborar para dar forma moderna e operativa à solidariedade que nos une

O Memorando

ESP22-2

Memorandum de Entendimento Relativo a Consultas Sobre Assuntos de Interesse Mútuo

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América:

Inspirados pela longa tradição de amizade e cooperação entre os dois povos;

Reafirmando a necessidade de dar mais ampla expressão à solidariedade do mundo ocidental e aos benefícios a serem retirados de uma interpretação construtiva do conceito de interdependência entre todas as nações;

Reconhecendo a responsabilidade dos dois países em perseguir seu objetivo comum de uma solução justa e duradoura para os problemas internacionais;

Convencidos da importância de consultas estreitas e frequentes em assuntos de interesse comum para o correto desenvolvimento de suas respectivas políticas;

E acreditando que essas considerações requerem o estabelecimento de um mecanismo flexível que permita comunicações abertas e dinâmicas em nível ministerial, chegaram ao seguinte entendimento:

1. Os dois governos realizarão normalmente consultas semestrais, sobre toda a gama de assuntos de política exterior, inclusive qualquer questão específica que venha a ser levantada por uma das partes. Temas econômicos, políticos, de segurança, culturais, legais, educacionais e tecnológicos, tanto bilaterais, quanto multilaterais, poderão ser discutidos dentro do contexto político ensejado pelas consultas.

2. Essas consultas se realizarão normalmente do forma alternativa no Brasil e nos Estados Unidos, em datas a serem mutuamente acordadas. Reuniões especiais poderão ser convocadas por acordo mútuo.

3. As consultas serão conduzidas pelo ministro das Relações Exteriores, de parte da República Federativa

do Brasil, e pelo secretário de Estado, de parte dos Estados Unidos da América. As reuniões serão presididas pelo chefe da delegação do País anfitrião.

4. Cada delegação incluirá tantas outras altas autoridades, inclusive de nível ministerial, quantas seja apropriado, tendo em vista a agenda a ser discutida.

5. Depois do exame de assuntos de interesse comum pelas delegações, os chefes das delegações poderão propor aos seus respectivos governos medidas julgadas pertinentes e apropriadas.

6. Por decisão conjunta, grupos de estudo ou grupos de trabalho poderão ser criados para examinar questões particulares de interesse corrente ou para dar prosseguimento a projetos especiais.

7. Cada parte tomará as providências internas que julgar convenientes para implementar as conclusões e recomendações acordadas que possam vir a decorrer das consultas.

8. Além dessas consultas em nível ministerial, seguirão as consultas numa base contínua através dos canais diplomáticos normais. Estes canais serão utilizados para a elaboração de uma agenda mutuamente aceitável para as consultas.

9. As disposições precedentes complementarão e de maneira alguma substituirão ou cercarão os canais existentes para a realização de contatos.

10. Este memorandum entrará em vigor na data de sua assinatura pelo ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e pelo secretário de Estado dos Estados Unidos da América.

Assinado em duplicata em Brasília, aos vinte e um dias de fevereiro de 1976, nas línguas portuguesa e inglesa.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil: Antonio Azeredo da Silveira

Pelo Governo dos Estados Unidos da América: Henry Alfred Kissinger

ontem o Chanceler Azeredo da Silveira.

— Sem nenhum sentido de dependência, com absoluta igualdade — disse — acho que o Brasil está suficientemente maduro para mostrar que ele é um parceiro ocidental com outras nações fortes. E isso tem que ser levado em consideração.

Kissinger quer execução imediata

J822-2

Brasília — Preocupado em provar o sentido objetivo do memorando de entendimento que acabava de assinar com seu colega Azeredo da Silveira, criando um mecanismo permanente de consultas entre o Brasil e os Estados Unidos sobre todos os temas de interesse comum dos dois países, Henry Kissinger apressou-se em anunciar ontem no Itamarati uma próxima viagem do Ministro Shigeaki Ueki a Washington e ainda a vinda do Secretário do Tesouro norte-americano William Simon a Brasília em maio.

— Nossa determinação — assegurou Kissinger — é de que o documento agora firmado seja executado imediatamente. Pensamos em reunir a comissão geral prevista no memorando (em nível ministerial) o mais breve possível.

EEUU suspendem sobretaxas

ESP21-2

O governo dos Estados Unidos concordou em suspender temporariamente a aplicação de restrições adicionais às exportações brasileiras de calçados, óleo de mamona e bolsas de couro para o mercado americano, até a vinda ao Brasil do secretário do Tesouro, William Simon, prevista para a primeira quinzena de maio. O efeito imediato da decisão é a não imposição de quotas para a exportação de calçados, como pretendiam indústrias norte-americanas.

Novas opções

J8 21-2

Brasília — "Caso a ativa e histórica participação americana no desenvolvimento brasileiro não seja acelerada, o Brasil terá que buscar novas opções e elas fatalmente levarão o país a estabelecer novas opções políticas" — advertiu

NAVIOS NUCLEARES PARA DEFESA DO ATLANTICO SUL

ESP 15-1

A compra de navios de guerra movidos a propulsão nuclear foi incluída entre a série de medidas que o governo poderá adotar para equipar a Marinha para a defesa do Atlântico Sul. A informação foi transmitida ontem pelo almirante-de-esquadra Carlos Auto de Andrade, logo após a cerimônia em que transmitiu o Comando-em-Chefe da Esquadra ao almirante Roberto Mario Monnerat. No discurso, Auto de Andrade afirmou: "No momento, presenciamos em áreas estratégicas sensíveis à nossa segurança externa, exemplos de conflitos e agitações. Esse quadro, cujos traços e cores não exageramos, mostra que devemos estar prontos, a qualquer momento, para defender nossa Pátria, pois, do contrário, não nos darão tempo de fazê-lo".

De sua parte, Monnerat analisou a importância estratégica do Atlântico Sul, por cujas rotas circulam as principais mercadorias do comércio brasileiro, e insistiu na necessidade de "uma mentalidade marítima mais realista".

henning nega

ESP 28-1

"Não existe perspectiva, por enquanto, da Marinha dotar suas embarcações com sistema de propulsão nuclear, uma vez que se trata de medida onerosa e, praticamente, impossível no momento". A afirmação foi

feita, ontem à tarde, pelo ministro da Marinha, General Henning.

O ministro militar explicou que "outro motivo da não-substituição está no fato do ingresso do País na era nuclear se basear unicamente em fins pacíficos".

TENSÃO NA ÁFRICA PREOCUPA FAB

JB 17-1

O Comandante do Comando Geral do Ar, Tenente-Brigadeiro Délio Jardim, disse ontem que "a Aeronáutica está sempre preparada para a defesa e atenta ao desenvolvimento da tensão na África. O plano de segurança que é renovado anualmente, poderá sofrer modificações a qualquer momento, para garantir as rotas brasileiras no Atlântico Sul e a soberania nacional na plataforma continental."

silveira: autonomia para definir política

Já 22-1

Ontem o Chanceler Azeredo da Silveira destacou que o Brasil tem autonomia para compreender a situação no Atlântico Sul e definir-se politi-

camente a respeito em função de seus interesses nacionais.

A declaração respondeu a uma pergunta sobre seu discurso de segunda-feira comentando as "responsabilidades especiais" do Brasil e da Argentina na América do Sul. O Ministro confirmou a existência dessas responsabilidades, mas procurou dissociá-las do problema de segurança no Atlântico Sul.

Indagado sobre se participa das apreensões manifestadas por chefes militares da Aeronáutica e da Marinha a respeito do assunto, disse: "Ora, mas vocês acham que não converso com eles? O problema do Atlântico Sul será por mim abordado em tempo oportuno".

Salientou ainda que a política brasileira na área orienta-se basicamente pelo interesse nacional e o país tem autonomia para defini-la.

RELAÇÕES COM FRANÇA: VISITA DE SAUVAGNARGUES cômunicado conjunto (trechos)

ESP 31-1

Os dois ministros das Relações Exteriores presidiram, no dia 29 de janeiro de 1976, no Palácio Itamaraty, a sessão de abertura da Grande Comissão criada pelo acordo assinado em Paris a 24 de outubro de 1975. A Grande Comissão constituiu três grupos de trabalho, político — econômico — cultural e de cooperação científica e técnica.

As duas delegações examinaram os resultados obtidos e constataram que as trocas comerciais se desenvolveram regular e rapidamente nos últimos anos sem um desequilíbrio acentuado. Foi, contudo, assinalada uma desaceleração no ano de 1975, devido, sobretudo, à situação do conjunto da economia mundial. Após o exame dos possíveis obstáculos às exportações brasileiras e francesas, concordaram em considerar que, com a retomada já esboçada no plano mundial, o volume das trocas po-

derá voltar a crescer equilibradamente, atingindo um nível mais satisfatório. As duas delegações se congratularam pela intenção manifestada por companhias francesas de incrementar suas compras de soja e de minério de ferro.

O ministro da Indústria e Comércio do Brasil aproveitou a oportunidade para passar em revista as possibilidades de participação francesa na III Fase de Expansão Siderúrgica. Quanto à eventual participação francesa no fornecimento de equipamentos para outros projetos siderúrgicos brasileiros, concordaram os ministros que uma das formas mais adequadas de cooperação seria a de "Joint-Ventures", com transferência real de tecnologia. Foi também examinada a proposta francesa para a construção do corredor de exportação de Santos e a eventual participação francesa no III Polo Petroquímico.

Durante suas conversações com os ministros das Minas e Energia e das Comunicações, o ministro Barre passou em revista as diferentes possibilidades de participação francesa nos projetos prioritários brasileiros do II PND. Atenção especial foi dada, ademais, à construção de grandes centrais hidroelétricas e ao desenvolvimento dos sistemas de distribuição, especialmente no polo amazônico, e prospecção de jazidas minerais, a formação de especialistas brasileiros no campo da mineração, as perspectivas novas no campo da energia solar e espacial e, eventualmente, a pesquisa petrolífera.

Com o ministro dos Transportes, foram examinadas as questões relativas a diferentes projetos de eletrificação do sistema ferroviário brasileiro, a cooperação técnica entre a SNCF e a RFF e a modernização da rede ferroviária do Grande Rio.

RESULTADOS SÓ COM GEISEL EM PARIS

ESP 31-1

O chanceler admitiu que sua viagem não proporcionou "resultados concretos", até porque não era esse seu objetivo. "Estamos iniciando uma cooperação a longo prazo. Pode parecer que o entendimento, porque não apresentou resultados imediatos, não foi positivo, mas isso não é verdade. As possibilidades de cooperação existem e são muito promissoras, não só à França em relação ao Brasil, mas vice-versa. A vontade política de desenvolver relações é apenas um ponto de partida. A visita do meu colega Azeredo da Silveira a Paris contribuiu para uma definição de princípios. Com a visita do presidente Geisel já teremos, possivelmente, resultados concretos a registrar".

RELAÇÕES COM JAPÃO: INSUCESSOS E PROMESSAS

Visão, 23 de fevereiro

VISÃO — Qual a finalidade básica de sua viagem ao Japão?

Shigeki Ueki — Ela se resume em dois pontos: fazer sentir às empresas e ao Governo japonês a necessidade de maiores compras no Brasil, de maneira a restabelecer o equilíbrio da balança comercial nipo-brasileira; e buscar resposta à questão das *joint ventures* a serem executadas no Brasil.

VISÃO — Qual o resultado dessas reuniões?

Ueki — Começamos pelo primeiro ponto. Acho que nossa mensagem foi bem recebida, até porque o prosseguimento do desequilíbrio é inadmissível. Em 1974, tivemos um déficit de 700 milhões de dólares no comércio com o Japão; em 1975, o déficit caiu para 480 milhões de dólares, mas mesmo assim é demasiado. De ambos os lados têm partido esforços para corrigir isso, e agora trouxemos propostas concretas, que estão sendo estudadas pelos círculos econômicos e autoridades governamentais.

VISÃO — Quais propostas?

Ueki — Acontece que o Ministério das Minas e Energia é responsável por quase metade das exportações brasileiras, inclusive de cereais, por intermédio da nova empresa criada pela Petrobrás para a comercialização de diferentes produtos, a Interbrás. Por isso mantivemos entendimentos no sentido de vender ao Japão uma boa quantidade de soja, já que somos o segundo exportador mundial do produto. Até agora, o mercado japonês é quase cativo para a soja americana e a diversificação de suas

fontes de suprimento só pode ser vantajosa para o Japão. Propusemos também que os japoneses aumentem suas importações de minério de ferro brasileiro, o que deve ser de seu interesse, já que agora dependem em 40% do minério australiano. O assunto está em andamento.

VISÃO — E o alumínio do rio Trombetas? As siderúrgicas de Tubarão e Itaquí?

Ueki — Sobre o projeto do alumínio, demos agora um passo importante, talvez decisivo, ao constituirmos a

Albrás, com a participação da Vale do Rio Doce e da Light Metal Smelters. Ainda na fase do estudo de viabilidade, concluiu-se que a usina era economicamente inviável em Belém do Pará, devido aos altos custos das obras de infra-estrutura. Os japoneses propuseram a transferência da usina para o Rio ou São Paulo; o Governo brasileiro, considerando a necessidade de desenvolver a região, decidiu construí-la em Belém, arcando com os custos de infra-estrutura e construindo por conta própria a hidroelétrica do Tocantins, que fornecerá energia a preço módico à usina de alumínio. Quanto às usinas de aço de Tubarão e de Itaquí, a situação das duas difere. Os diretores da Kawasaki Steel, com quem conversamos, manifestaram plena disposição de levar avanti o empreendimento de Tubarão, em joint venture com a italiana Finsider e a Siderbrás. Sua produção, de 3 milhões de toneladas anuais, irá um terço para o Japão, um terço para a Itália, e um terço ficará no Brasil. O mercado já está assegurado. Quanto ao projeto de Itaquí, uma usina de aço para 12 milhões de toneladas anuais, a ser

construída num subúrbio de São Luís com a Nippon Steel e a United States Steel, teve de ser reexaminado: o setor siderúrgico se acha em recessão. Surgiu a pergunta: há, a curto prazo, necessidade de novas e grandes aciarias no mundo? Assim, embora o projeto não tenha sido abandonado, entrou em compasso de espera.

Crise do Aço **ESP**
4-2

O ministro atribuiu o provável adiamento de Itaquí à atual recessão no mercado mundial de produtos siderúrgicos, "que está provocando uma ociosidade de 30% na indústria japonesa, 25% na européia e, até há pouco tempo, 15% na americana". Ueki lembrou que Itaquí foi projetada, basicamente, para atender à exportação de aço, e como o mercado mundial do produto está em

crise, não via saída senão a prorrogação.

Além do problema de mercado, há outro, igualmente impeditivo, relacionado aos maciços investimentos exigidos, cerca de US\$ 7 bilhões. Os japoneses estão mais cautelosos em relação a investimentos: pressionados pela crise do petróleo, estão reduzindo suas aplicações externas ou, pelo menos, reescalando os compromissos.

Ueki protesta **ESP**
7-2

Ueki lamentou a decisão da Nippon Steel de adiar seu plano de associar-se a uma outra usina siderúrgica em Itaquí, no Norte do Brasil. Na verdade, nenhum desses projetos teve concretizada a participação japonesa — um dos principais

objetivos da visita do ministro das Minas e Energia. "Ainda levará algum tempo para chegarmos às decisões", observou.

Acrescentou, no entanto, que o Brasil espera continuar desenvolvendo seus laços de amizade com o Japão. Em seguida, lamentou a imposição de restrições à importação de seda brasileira, por parte do Japão. Para Shigeaki Ueki, esse "e outros incidentes infelizes" poderão esfriar o entusiasmo no desenvolvimento das relações bilaterais.

"Geopoliticamente — continuou Ueki — o Japão e o Brasil podem ser independentes entre si. Se o Japão não quiser investir sua tecnologia e seu capital em nossos projetos, a única coisa que poderemos fazer é nos voltarmos para os norte-americanos e europeus".

BB financia hidrelétrica uruguaia

JB26-2

Brasília — O Banco do Brasil e o Banco Central do Uruguai, através de seus respectivos presidentes, Srs. Angelo Calmon de Sá e José Gil Diaz, assinaram convênio, ontem, pelo qual o BB concede

o maior financiamento externo de sua história — 131 milhões de dólares (cerca de Cr\$ 1 bilhão e 200 milhões) para o Uruguai, que deverá utilizar esses recursos na compra de equipamentos e serviços brasileiros para a central hidrelétrica de Palmar, que se localizará no rio Negro.

AS VIAGENS DE GEISEL AO EXTERIOR

GEOPOLÍTICA DOS 2 MARES **ESP5-1**

Alguns observadores assinalavam ontem, em La Paz, que a solução marítima boliviana permitirá ao Brasil concretizar sua geopolítica de dois mares. Na verdade, o objetivo brasileiro de obter facilidades para uma saída para o Oceano Pacífico, ainda que não seja própria, tem sido de-

nunciado com alguma frequência nos países andinos.

Alguns jornais enegaram mesmo a afirmar que o Brasil se aproveitaria do Acordo de Cartagena, por meio das facilidades obtidas pela Bolívia. O Brasil já se mostrara desejoso de buscar saídas para o Pacífico através do Equador e da Bolívia. Mas este último país era assinalado pelos observadores como o objetivo mais recente da diplomacia brasileira.

A presença financeira brasileira na Bolívia é cada vez mais patente, em especial depois da subscrição de um convênio de 60 milhões de dólares entre os dois países a ajuda brasileira para a construção de uma ferrovia ligando Cochabamba a Santa Cruz, que permitirá a vinculação entre os portos de Santos, no Atlântico, e Arica, no Pacífico. Fora os Estados Unidos, o Brasil é o país que está investindo os maiores capitais na Bolívia.

1. À França
O Itamaraty confirmou que o Gal. Geisel estará na França nos dias 26, 27 e 28 de abril como convidado oficial.

2. À Inglaterra
Por unanimidade de votos (15 a 0) a Comissão Executiva do Partido Trabalhista aprovou uma moção de protesto à anunciada visita de Geisel ("chefe do regime repressor"). Apesar disso Geisel escreveu à rainha Elisabeth aceitando seu convite para visitar oficialmente a Inglaterra, entre 4 e 7 de maio.

3. Ao Japão.
Após a malograda visita do Ministro Ueki, seguida de certo deterioro nas relações com o Japão, não se confirmou a anunciada viagem de Geisel àquele país.

potências nucleares impõem controle **ESP**
3-1

BONN — O acordo de venda das sete potências nucleares, firmado em Londres, está em vigor desde quarta-feira última (dia 28), após vários meses de negociações, informou ontem porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da RFA. Os pormenores são confidenciais e não serão publicados. A supervisão e o controle das normas do acordo estarão a cargo da Comissão Internacional de Energia Nuclear. Foram signatários os Estados Unidos, União Soviética, Canadá, Japão, Inglaterra, Alemanha Ocidental e França.

ESP29-1

BONN — O Brasil concordou com a realização de uma inspeção internacional dos oito reatores e outros equipamentos

nucleares que está comprando da Alemanha, como prova de que não pretende utilizá-los na construção de armas nucleares.

A decisão brasileira é significativa, pois, ainda que tenha se recusado a subscrever o Acordo de Não-Proliferação de Armas Nucleares, para cuja vigilância foi criada a AIEA, o Brasil aceitou os mesmos controles a que se submetem os países signatários do acordo.

Brasil terá bomba?

BANAS — de 24 nov. a 7 de dez.

Embora durante a entrevista concedida à imprensa e que se seguiu à troca de notas no Itamaraty, os chanceleres Azeredo da Silveira e Hans-Dietrich Genscher tenham procurado, diplomaticamente, deixar em suspenso uma definição sobre o assunto, fornecendo respostas quase sempre ambíguas a perguntas objetivas e diretas, os observadores políticos arriscaram algumas conclusões.

Uma delas é de que a posição defendida pelo Brasil consiste na não-utilização

dos equipamentos e tecnologia alemã para quaisquer explosões atômicas, nem mesmo para fins pacíficos, até o início da década de 90, quando expira o prazo do acordo. Mas, depois dessa data, considerar-se a liberado de qualquer compromisso, sendo livre para realizar suas experiências atômicas segundo as necessidades de desenvolvimento de seu próprio programa nuclear. Em resumo, o Brasil sente-se no direito de explodir, no futuro, bombas atômicas para fins pacíficos.

Respondendo à cerrada arguição sobre o acordo nuclear e às cláusulas de salvaguarda, a que foi submetido pelos jornalistas, o Ministro das Relações Exteriores da República Federal da Alemanha revelou o firme propósito do governo de seu país em não promover qualquer alteração no texto do contrato de cooperação já assinado, donde se presume que os homens de Bonn não se intimidarão diante das pressões dos países atômicos.

Quanto à aplicação das cláusulas de salvaguarda após o término do convênio, Genscher mostrou-se partidário de sua possibilidade: "Os entendimentos com o Brasil referem-se ao aquilo que diz respeito ao acordo. Não podemos exigir compromissos do Brasil depois de expirado o prazo de vigência do mesmo".

AF. DO SUL **ESP**
Jan.

A proibição de todo tipo de intercâmbio esportivo com a África do Sul — aprovada pelas Nações Unidas — ao que tudo indica será adotada pelo Brasil, embora tenha sido abandonada "em caráter excepcional" com relação à regata Cidada do Cabo-Rio. Há informa-

ções de que todas as Confederações de esportes brasileiras receberam instruções do Itamaraty para que não aceitem qualquer convite sul-africano.

angola **JB, ESP Jan.**

Erasmia — O Itamaraty confirmou ter negado visto a uma missão da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

Acredita-se, portanto, que, tendo estabelecido relações diplomáticas com o MPLA — Movimento Popular de Libertação de Angola, com sede em Luanda —, o Itamaraty não pretendia assumir uma atitude que, de qualquer forma, fosse confundida com "apoio aos adversários de Agostinho Neto".

EM NOME DA VERDADE

Nós, abaixo-assinados, jornalistas, que acompanhamos todo o caso da morte de nosso companheiro de trabalho Vladimir Herzog — uma tragédia que traumatizou não só a nossa categoria, mas a consciência de toda a Nação — interessados na descoberta da verdade e na total elucidação dos fatos, por força mesmo da natureza de nossa profissão, vimos de público levantar algumas indagações, sugeridas pela leitura do Relatório do Inquerito Policial-Militar divulgado no último dia 29 de dezembro.

O Relatório contém duas contradições que já foram levantadas publicamente: a primeira é a estranheza de que o IPM tenha partido de uma Portaria do Comando do II Exército que praticamente já indicava sua conclusão, ao determinar sua instauração "para apurar as circunstâncias em que ocorreu o suicídio", e não as circunstâncias da morte, como seria de esperar;

na segunda, apontada no mesmo dia de sua publicação, "O Estado de S. Paulo" demitiu o jornalista Rendirio Lobato, segundo o qual Vladimir Herzog fora demitido do jornal num expurgo que teria ocorrido em 1961, contra esquerdistas da redação. Além do demitido, "O Estado" citou a contradição com o depoimento do chefe da 2ª Seção do II Exército, que afirma que Herzog foi demitido em 1952. O jornal esclareceu que, na verdade, Herzog pediu demissão espontaneamente em 1963.

Além desses pontos, pretendemos chamar a atenção para outros que para nós, jornalistas, não ficaram devidamente esclarecidos e que poderão ser objeto de novas diligências, agora no âmbito da Justiça Militar, para onde o IPM foi remetido, como determina o Código do Processo Penal Militar.

Este é o nosso interesse, em nome da salvaguarda dos direitos humanos, da justiça e da busca da verdade, na qual o jornalista, por dever de ofício, tem a obrigação de explorar todos os recursos possíveis.

Os pontos que ainda consideramos obscuros são estes:

1 — O IPM diz que Vladimir Herzog se enforcou na grade da cela em que fora colocado, "usando para tanto a cinta do macacão que usava". Não há, porém, em todo o inquerito, nenhuma explicação para o fato de o preso estar usando um macacão com cinto. Esta omissão parece contrariar toda a crítica que vários testemunhos dão à questão da segurança dos detidos: o chefe da 2ª Seção, o comandante do DOI, um investigador e um carcereiro mencionam em seus depoimentos, além do fornecimento de roupas especiais, rondas e fiscalização permanente, como medidas de cautela. Essas medidas são tomadas, como se sabe, em qualquer repartição policial, e uma delas é a retirada de qualquer objeto que possa servir de instrumento para um suicídio, inclusive cintos e cordões de sapatos. É pelo que se conhece, no relato de pessoas que já estiveram naquela dependência militar, os macacões fornecidos aos presos não possuem cinto.

2 — Apoiando-se nos laudos periciais do Instituto Médico Legal, o Relatório assevera a "inexistência de qualquer vício que possa descreditar". No entanto, existe uma incongruência, ainda inexplorada:

o laudo do Exame de Corpo de Delito, dos legistas Harry Shibata e Arildo T. Viana, descreve a roupa com que o corpo chegou vestido para a necropsia e esta roupa não é o macacão descrito no Laudo de Encontro do Cadáver (com fotos), dos peritos Notoho Shioita e Sívio Shibata. A roupa com que chegou ao IML, segundo o laudo, e a mesma com que Vladimir Herzog saía de casa pela manhã, para se apresentar.

Diante disso, perguntamos:

Não se exige que o cadáver seja levado para Exame de Corpo de Delito exatamente como foi encontrado?

Como se explica que o corpo tenha sido encontrado de macacão e depois tenha chegado ao IML com outra roupa?

Outra questão: Por que não foi ouvido no IPM o capitão Ubirajara, oficial do DOI-CODI, cujo nome aparece nos laudos como requerente da perícia?

3 — Todas as testemunhas ligadas ao DOI afirmam no IPM que havia ordens expressas para que Vladimir Herzog não permitisse na prisão e fosse libertado logo após escrever seu depoimento. O carcereiro diz mesmo, em seu depoimento, que o enforcou enforcado quando foi à cela "com a finalidade de retirar Vladimir Herzog a fim de ser liberado".

Perguntamos:

Como poderíamos as autoridades saber de antemão, como ficou registrado no IPM, "de pouca relevância o depoimento daquele jornalista nos fatos investigados"?

Se o depoimento era de pouca relevância, por que houve a tentativa de prendê-lo na véspera, à noite, primeiro em sua casa, e depois em seu local de trabalho, ao encontrar-se à autoridade com sua apresentação no dia seguinte, após interferência da direção da empresa?

Como era possível saber o teor do depoimento de Vladimir Herzog, para se ter certeza de que seria libertado em seguida?

4 — O Relatório do IPM destaca também que "o corpo de Vladimir Herzog encontrado sepultado na Quadra 23, título 61, área em que são enterrados os suicidas". Essa afirmação é baseada no depoimento de um membro da Congregação Israelita Paulista.

No entanto, informação diferente foi dada na ocasião da morte de Vladimir Herzog pelo rabino Henry Sobel, que participou do culto eucumênico em memória do jornalista. Numa entrevista publicada no mesmo dia do culto, o rabino disse que os ritos seculares no sepultamento tinham sido normais, "pois a Chevrar Kadisha não encontrou indícios que comprovassem o suicídio do jornalista, o que implicaria a alteração dos procedimentos, inclusive o sepultamento em local diferente". ("O Estado", 31-10-73)

São duas versões conflitantes, de dois membros da mesma religião. Qual a verdade?

5 — O Relatório do IPM informa que foram ouvidas 21 testemunhas "cujos depoimentos foram tomados sem qualquer constrangimento físico ou moral". Pelo que sabemos, alguns testemunhos foram ouvidos enquanto ainda estavam no DOI, sob a custódia, em outra instância. Das autoridades cuja atuação no caso da morte de Vladimir Herzog está sendo investigada, indagamos: Isto não constituiria para a testemunha uma forma de constrangimento?

Diante dessas inconsistências e de outras que ainda preocupam a opinião pública, nós, jornalistas, estamos encaminhando este documento ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, para que o entregue à Justiça e da Justiça esperemos a realização de novas diligências capazes de levar a completa elucidação desses fatos e de outros que porventura vierem a ser levantados.

Janeiro de 1978

CASO HERZOG - NOVO DEPOIMENTO

78 24-1

São Paulo — Um novo depoimento do jornalista Rodolfo Konder foi encaminhado ontem à Auditoria Militar por seus advogados, com pedido de ser anexado ao IPM feito pelo II Exército. Ele esteve preso no DOI na mesma época e foi acusado de delatar o jornalista Vladimir Herzog.

Apesar de encapuçado, conta Rodolfo que reconheceu Vladimir "pelos sapatos", que conseguia ver por baixo do capuz. Levado à sala de interrogatório, juntamente com George Duque Estrada, do Estado de São Paulo, viu Wladimir:

— Ele estava lá, sentado numa cadeira, com o capuz enfiado, e já de macacão. Assim que entramos na sala, o interrogador mandou que tirássemos o capuz. Por isso nós vimos Wladimir e também o interrogador, que era um homem de 33 a 35 anos, com mais ou menos 1,75m de altura, uns 65 quilos, magro mas musculoso, cabelo castanho claro, olhos castanhos apertados, com uma tatuagem de ancora

na parte interna do antebraço esquerdo, cobrindo praticamente todo o antebraço.

— Ele nos pediu que dissessemos ao Wladimir que não adiantava sonegar informações. Tanto eu como Duque Estrada aconselhámos Wladimir a dizer o que sabia, porque as informações que desejavam ver confirmadas já tinham sido dadas por pessoas presas antes de nós. Wladimir disse que não sabia de nada e nós dois fomos retrados da sala e levados de volta ao banco de madeira, na sala contígua. De lá podíamos ouvir os gritos, primeiro do interrogador e depois de Wladimir e ouvimos quando o interrogador pediu que lhe trouxessem a pimentinha e solicitou ajuda da equipe de torturadores. Alguém ligou o rádio e os gritos de Wladimir se confundiram com o som. Lembrome bem que durante essa fase o rádio dava notícia de que Franco havia recebido a extremaunção.

— A partir de determina-

do momento a voz de Wladimir se modificou, como se tivessem introduzido alguma coisa em sua boca. Sua voz ficou abafada, como se lhe tivessem posto mordaca. A ACAREAÇÃO

Uma dúvida sobre uma reunião na residência de Rodolfo Konder fez com que novamente ele fosse levado à presença de Wladimir, outra vez sem capuz.

— Ele estava de capuz, e me parecia particularmente nervoso, as mãos tremiam e a voz era débil. Então o interrogador pediu a Wladimir que me falasse a respeito dessa reunião.

Na manhã seguinte, domingo, fomos chamados, Duque Estrada, eu, Paulo Sérgio e Anthony Cristo, para escrever o que sabíamos sobre os hábitos particulares de Wladimir, e depois para ouvirmos uma preleção sobre a penetração russa no Brasil.

— Um cidadão estava acompanhado pelo "Doutor Paulo", um japonês de cerca de 40 e poucos anos, magro, 1,70m de altura e de

um interrogador de cerca de 25 anos, alourado, magro e alto, com mais ou menos 1,77m. Este que me pareceu ser o principal é um homem moreno, rosto redondo, gordo, estatura mediana e uma barba emoldurando o rosto.

Respondendo à pergunta do Sr Prudente de Morais Neto, Konder disse que o macacão que lhe deram para vestir no DOI, a exemplo de todos os outros, não tinha cinto.

Que pode descrever o interrogador que se dizia "um anormal", porque fixou a voz e depois teve contato com ele sem capuz. Que o interrogador de Herzog usava camiseta branca de gola olímpica e mangas curtas. E que nos contatos que teve após o enterro, esse interrogador sempre se apresentava com o braço esquerdo colado ao tronco, escondendo a tatuagem. Disse ainda Konder que as "declarações de próprio punho" são dadas e sempre fica um agente fiscalizando.

Esta publicação, com 1.000 assinaturas, foi custeada pelas contribuições de jornalistas de São Paulo, Rio, Brasília, Natal, Porto Alegre, Curitiba. Após a elaboração do documento sucederam-se outros fatos (entre os quais a adesão de mais signatários), e, principalmente, a divulgação de novo depoimento de um dos jornalistas presos no DOI-CODI quando da morte de Vladimir Herzog, que reiteram, mais ainda, a necessidade de esclarecimentos para as dúvidas suscitadas.

PRESOS POLITICOS DE SP DENUNCIAM TORTURAS

ESP20-1

As violências contra presos políticos, os métodos de tortura adotados, os nomes dos torturados (muitos dos quais morreram na prisão), os nomes e funções dos torturadores — tudo isso chegou ao conhecimento das principais autoridades do País, no final do ano passado, por intermédio de um documento que o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil recebeu de um grupo de 35 presos políticos.

Nesse documento, os seus autores solicitavam à OAB que se interessasse pelo problema e enviasse cópias às autoridades do País, e entidades que se empenham na luta pelos direitos humanos, bem como as outras pessoas que pudessem engajar-se no trabalho de evitar violências contra o ser humano.

Quando já estava redigido, denunciando a morte de presos políticos em todo o País, sucedeu o caso Wladimir Herzog, apenas mencionado no final pelos seus subscritores. De forma geral, trata-se de um documento redigido com bastante frieza e que se limita a fatos. Nem por isso sua leitura deixa de ser impressionante, pelas revelações de brutalidade.

300 mortos

Nesse documento, os presos que o subscrivem estimam em trezentos o número de pessoas mortas nas prisões, mas cujo falecimento foi noticiado forma de "atropelamentos", "suicídios", "tentativas de fuga" etc. Sua abertura é incisiva: "Fomos arrastados à prisão no período compreendido

entre setembro de 1969 e fevereiro de 1975. A maioria de nós está condenada a altíssimas penas, chegando até a 82 anos; para se ter uma idéia, a média aritmética das penas é superior a 18 anos; e todos tivemos os direitos políticos suspensos".

"Sem exceção, todos passamos pelos órgãos repressivos e por suas câmaras de torturas. Submetidos às mais diversas formas de sevícias, ainda fomos testemunhas do assassinato de muitos presos políticos, como nós também vítimas da violência militar-policial. Não é força de expressão, portanto, dizer-se que somos sobreviventes".

Formas de torturas

Os autores do documento denunciam a existência de "uma tentacular máquina repressiva", que foi instalada em todo o País. "As violências — escrevem os presos — começam no momento da prisão. Chegando ao órgão repressivo, na maioria das vezes já encapuzado ou com os olhos vendados, o preso depara com um ambiente de pancadarias. A "sala de interrogatório" é revestida com material isolante, forma de tentar impedir que os gritos dos presos torturados se propaguem e cheguem aos ouvidos da vizinhança. Na sala, espalhados pelo chão, encontram-se cavaletes, cordas, fios elétricos, ripas de madeira, mangueiras de borracha, enfim, todos os instrumentos usados na tortura".

A partir disso, descrevem cerca de trinta formas de tortura. As principais são as se-

guintes:

PAU DE ARARA — Amarra-se pés e punhos do preso já despido, forçando-o a dobrar os joelhos; passa-se uma barra de ferro de lado a lado, suspensa num cavalete; a aplicação do "pau de arara" é acompanhada de choques elétricos;

CHOQUE ELETRICO — Aplicação de descargas elétricas nas partes mais sensíveis do corpo, às quais é amarrado um polo; os aparelhos são o "magneto", televisão comum e tomadas de 110 e 220 volts;

CADEIRA DO DRAGÃO — Constitui-se de poltrona de madeira, revestida com folha de zinco; o torturado é sentado nu, tendo seus pulsos amarrados aos braços da cadeira; ligando-se a corrente, os choques são violentíssimos;

AFOGAMENTO — Derrama-se água, ou uma mistura de água com querosene, ou amoníaco, pelo nariz da vítima já dependurada de cabeça para baixo; outra forma consiste em vedar as narinas e introduzir-se uma mangueira na boca, onde é despejada água;

TELEFONE — Consiste na aplicação de pancada com as mãos, em concha, nos dois ouvidos ao mesmo tempo, provocando o rompimento do tímpano;

SORO DA VERDADE — É o nome que dão ao pentotal;

CRUCIFICAÇÃO — Consiste em pendurar a vítima pelas mãos e pelos pés amarrados em ganchos presos no teto ou em escadas; complementa-se com choques e palmatória;

LATAS — O torturado é obrigado a equilibrar-se com os pés descalços sobre as bordas de duas latas abertas;

ALICATE E CIGARRO — Tiram pelos do corpo com um alicate; queimam-se partes sensíveis do corpo com pontas de cigarros.

Os autores do documento continuam detidos e seus nomes são do conhecimento das autoridades.

O arbitrio

os presos políticos denunciam uma série de irregularidades jurídicas que os órgãos repressivos, "na certeza da impunidade, praticam contra os que a eles se opõem". "Desde um simples carcereiro, até os oficiais superiores que dirigem aqueles centros de repressão, todos se investem de poderes para prender, torturar e assassinar, sem nenhuma necessidade de prestar conta de seus atos a quem quer que seja".

Pelo que descrevem, a prisão se faz sem qualquer formalidade legal, não obstante o art. 153, da Constituição em vigor, segundo o qual ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita do juiz. Fora isso, são mantidos incommunicáveis — fato que violenta a própria Lei de Segurança Nacional, que regula o assunto.

Na fase judicial, dizem que continuam as arbitrariedades e, muitas vezes, as torturas, registrando-se um nitido cerceamento de defesa, pois até mesmo o contato com o advogado é dificultado. "As condenações, regra geral, são determinadas pelos órgãos de repressão; é comum que os torturados antecipem aos presos, com exatidão, as penas a serem atribuídas. A ausência de provas não representa obstáculo à condenação".

DA OBAN AO DOI-CODI

JB23-1

São Paulo — Um amplo edifício de muros cinza, portões de ferro, também de cor cinza, entre as Ruas Tutóia e Thomás Carvalhal, no bairro do Paraíso, serve de sede ao DOI-CODI, que no seu início se chamava Operação Bandeirantes, Oban, criado especificamente para combater o terrorismo. O surgimento da Oban foi uma resposta, em fins de 1963, ao pronunciamento feito na conferência tri-continental realizada em Havana pelo dirigente comunista Carlos Marighela (depois morto em tiroteio com elementos dos órgãos de segurança na Alameda Casa Branca, no dia 4 de novembro de 1969), preconizando o "foquismo", ou a guerrilha urbana, tese espalhada por Che Guevara e disseminada pelo intelec-

tual francês Régis Debray ("é preciso criar não um, dois, mas mil Vietnãs").

A Operação Bandeirantes, na época de sua criação, um organismo sem vinculação específica, semi-oficial, comandado então por um major do Exército, sem verbas consignadas em orçamento, com recursos captados entre os empresários de São Paulo, atemorizados pela ação violenta desfechada pela "guerrilha urbana", disseminada principalmente nos meios universitários, em que os jovens eram recrutados e ingressavam em organizações das mais diversas siglas. Durante o Governo do Presidente Médici, a Oban passou a constituir o Destacamento de Operações e Informações (DOI), como seção do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), vinculado direta-

mente aos Comandos dos quatro Exércitos.

Com verbas próprias, o DOI-CODI passou a recrutar para as suas fileiras elementos da Polícia Militar, do DEOPS, da Marinha e do próprio Exército, sob o comando de um coronel, tendo como subordinados um tenente-coronel e um major, além de um capitão, e obedecendo a disciplina militar. Como nos demais DOI-CODI, o de São Paulo subordinou-se diretamente à 2a. Seção do Exército, com vínculos estreitos com o Estado-Maior. E o seu trabalho não se dirigiu mais contra a guerrilha, totalmente debelada pela Oban, mas na apuração de atividades subversivas.

Antes, o Oban funcionava em um prédio acanhado da Rua Tutóia, com entrada pelo 36.º Distrito Poli-

cial. Com a ampliação das atividades e a criação do DOI-CODI, as dependências também se ampliaram, construindo-se edificações num terreno de propriedade do Governo, até atingir a Rua Thomás Carvalhal. A nova frente passou a levar o número 1030, entrada oficial para o Destacamento de Operações e Informações, do Centro de Operações de Defesa Interna.

Ao se transpor o portão cinza, de duas folhas, imediatamente após o corpo-da-guarda, integrado por soldados do Exército, da Polícia Militar, tem-se à direita uma sala de espera e à esquerda um amplo estacionamento com os mais diversos tipos de veículos.

Já dentro do prédio cinza, à direita se encontra o refatório dos funcionários

e, à esquerda, dependências em ampla área edificada. Uma porta de ferro impede o acesso a estranhos. Vem-se uma mesa, com cadeira, e uma saleta destinada à identificação dos presos. No extenso corredor, à direita, há quatro celas de cada lado, com portas gradeadas, podendo ver-se seu interior. Apenas uma cela, no fundo do corredor, possui chuveiro de água quente. Ainda no mesmo corredor, uma solitária, onde permanece o preso incommunicável.

No sentido, ainda, dos grandes portões de entrada, tem-se à frente uma escada de dois lances. Chega-se à parte assobradada onde se localizam as salas de interrogatório. No seu inte-

rior, uma mesa simples tendo de cada lado duas cadeiras de plástico. Na parte de cima, também, instalam-se o comando do DOI-CODI e as equipes de análise, que interpretam os depoimentos feitos pelos presos. Além dessas dependências, mais três celas estão ali instaladas.

A SISTEMÁTICA

O DOI-CODI, por tradição, jamais teve pressa na tomada de depoimentos. Advogados de inúmeros presos informam que, detidos geralmente às sextas-feiras, os acusados (geralmente por delação de outros presos do DOI) permanecem até segunda-feira isolados, à espera de serem ouvidos. Nor-

malmente, o interrogatório leva três dias. Não há hora para inquirição, que pode ser feita tanto de madrugada quanto durante o dia. O preso está sempre à disposição. Depois dos três dias de praxe, o detido é levado a um boxe individual, onde fará um resumo sumariíssimo do que depôs, ao ser questionado pelo interrogador.

Esse depoimento do próprio punho é cotejado, posteriormente, com as anotações do questionador. Se as informações conferem, o preso é levado para o parlatório, onde, em mesinha individual (conjunto de mesa e cadeira), faz do próprio punho um relato de sua vida, o ingresso nas ativida-

des que o levaram ao DOI-CODI. Feito isso, é liberado para o Deops, acompanhado de uma xerox do seu relato, que servirá de base para o depoimento oficial que, assinado pelo preso e pela autoridade policial, é incorporado ao inquérito a ser remetido à Auditoria Militar.

DOI-

CODI, sigla que passou a ser conhecida pelo grande público depois que o jornalista Wladimir Herzog morreu nas dependências do prédio da Rua Tutóia, cujo endereço oficial, contudo, é, para efeito de correspondência, o número 1030 da Rua Tomás Carvalhal.

DITADURA MATA OPERARIO

o comunicado^{ESP} como foi^{ESP}

"O Comando do II Exército lamenta informar que foi encontrado morto, às 13 horas do dia 17 do corrente, sábado, em um dos xadrezes do DOI-CODI II Exército, o sr. Manoel Fiel Filho. Para apurar o ocorrido, mandou instaurar Inquérito Policial Militar, tendo sido nomeado para presidi-lo o coronel de Infantaria Oema Murillo Fernando Alexander, chefe do Estado-Maior da 2.a DE".

Com esta nota oficial, o II Exército comunicou ontem a morte do metalúrgico Manoel Fiel Filho, de 49 anos, morador à rua Coronel Rodrigues, 155, em Vila Guarani.

Pouco depois das nove da manhã, dois homens chegaram à fábrica de 700 funcionários, ao lado do viaduto da Radial Leste, e procuraram o chefe do pessoal. Identificaram-se como "elementos do DOPS", que precisavam falar com o operário Manoel Fiel Filho.

Duas horas depois, Manoel e os dois homens chegaram à sua casa, na rua Coronel Rodrigues, 155, em Sapopemba. Assim que desceram do carro, Teresinha a mulher de Manoel, foi afastada do marido e recebeu ordens de não falar com ele. Os dois policiais reviraram toda a casa em busca de livros e foram jogando ao chão tudo que encontravam pela frente.

Ao se retirarem, Teresinha, desesperada, desrespeitou as ordens dos policiais e se aproximou do marido:

— O que vão fazer contigo? Manoel abraçou a mulher e lhe deu um beijo.

— Não te preocupe, nega, que eu não demoro.

No dia seguinte, sábado, um

taxi parou em frente à casa 155 da rua Coronel Rodrigues. Um homem desceu, jogou no quintal um saco de lixo e um envelope, e berrou:

— O "seu" Manoel tentou o suicídio.

Teresinha ainda tentou perguntar alguma coisa, mas rapidamente o homem entrou no carro e desapareceu. Teresinha só teve tempo de gritar:

— Eu sabia que vocês iam matar ele, eu sabia que vocês iam matar ele.

No saco azul de 20 litros com o emblema da "Lixeira Ideal" estavam a calça e a camisa de brim, o cinto e um par de sapatos. No envelope, com o timbre do Exército, os documentos de Manoel.

Eram seis e meia da tarde. Sem saber o que fazer, Teresinha foi avisar um irmão de Manoel sobre o que estava acontecendo. O irmão foi diretamente para o Instituto Médico Legal, onde não havia nenhuma ficha com o nome de Manoel Fiel Filho. Após muita insistên-

cia, os funcionários acabaram concordando que o corpo se encontrava lá e o irmão recebeu ordens de um elemento desconhecido, proibindo-o de comunicar a morte de Manoel a parentes e amigos. E avisou-o que o enterro teria que sair diretamente do IML para o cemitério.

Outros parentes, no entanto, foram avisados. Mas nenhum pôde ver o corpo. Diante da insistência dos parentes que queriam pelo menos levar o corpo para a igreja de Nossa Senhora de Lourdes, o elemento desconhecido acabou fazendo um acordo: poderiam fazer o velório, se ele não durasse mais que duas horas e se ninguém mais fosse avisado da morte de Manoel.

Três elementos estranhos à família controlavam todos os movimentos no velório e conversavam entre si em voz baixa. Os parentes só puderam ver um corte, "que ia da garganta até o peito", certamente consequência da autópsia.

PELEGO NÃO SE COMPROMETE

ESP25-1

Três missas foram realizadas, ontem, em memória de Manoel Fiel Filho, morto nas dependências do DOI do II Exército, no último dia 17. As 8 e 30, na igreja Nossa Senhora de Lourdes, aproximadamente 150 pessoas assistiram a missa celebrada pelo padre José Oscar, a pedido da família do operário morto. Às 9 e 30, o padre Antonio Haddad, destacado por Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Pau-

lo, oficiou, na igreja da Ordem Terceira do Carmo, missa encomendada pelo Sindicato dos Metalúrgicos. E às 19 horas, na igreja paroquial da Vila Guarani, o bispo da Região Leste, Dom Angelico Sandalo Bernardino, e numerosos fiéis também rezaram pelo operário.

Pouco antes do início da missa, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Joaquim dos Santos Andrade, recusou o pedido do padre Haddad para que segundo tesoureiro do Sindicato, José Maria Vicentino, para lesse as homilias.

Em seguida, Joaquim dos Santos Andrade se escondeu no fundo da sala para ouvir a missa, que começava.

Durante a Consagração, os dez sacerdotes rezaram em conjunto, mas apenas dois deles distribuíram a Comunhão, auxiliados por dois operários. Rezadas as últimas orações, um operário se levanta, pega o microfone e sauda, chorando, a família do companheiro morto. "Os operários do mundo inteiro, consciente ou inconscientemente", diz ele, "lutam pela paz, pela tranquilidade". Ele conheceu Manoel Fiel Filho, um dente eles, que como eles, queria o direito de trabalhar.

de sustentar a família, de viver em paz.

A emoção da cerimônia não chegou, no entanto, a modificar o clima de medo na igreja. Ao final da missa, os familiares do operário morto saíram rapidamente, acompanhados dos demais operários. Também os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos saíram apressadamente: o presidente, Joaquim dos Santos Andrade, demonstrando contrariedade, foi um dos primeiros. Quando lhe perguntaram se era o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, respondeu: "Infelizmente". No entanto, diante da insistência, recusou-se a outras explicações; "Deixa para lá: eu quero preservar meu mandato".

Sindicato pede punição

ESP22-1

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo enviou ao presidente da República — com cópias ao ministro do Exército, general Sylvio Frota, e ao ministro da Justiça, Armando Falcão — telegrama solicitando “imediatas providências” e “punição rigorosa” dos responsáveis pela morte do operário Manoel Fiel Filho, pedindo ainda que os resultados das investigações sejam dados ao conhecimento do público. O ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, também recebeu telegrama do Sindicato, nos mesmos termos.

Repressão no ABC

ESP20-1

As prisões de operários são novidade para os líderes sindicais do ABC, que desconheciam o destino do metalúrgico Manoel Fiel Filho até o início da noite. Do final de 1968 até ontem, calculase que mais de 800 operários da re-

pressão foram presos e há denúncia de várias mortes, embora não se possa precisar o número. A que teve maior repercussão foi a morte de Olavo Hansen, em 703 preso torturado e depois jogado num terreno baldio em São Paulo, ele tinha problemas renais que se agravaram com os espancamentos. No ABC, as prisões de operários intensificaram-se após a vitória do MDB em 74. Logo depois das eleições, foram presos na Volkswagen, de uma só vez, mais de 200 operários. Ocorreram também inúmeras prisões de empregados da Mercedes-Benz, Phillips e outras fábricas em São Bernardo e São Caetano, principalmente no setor metalúrgico.

Fragoso denuncia DOI

ESP19-1

“Todos sabem que o DOI Destacamento de Operações de Informações do II Exército é uma casa de horrores, onde os presos são submetidos a terríveis constrangimentos e violências, inclusive com choques elétricos que podem provocar a morte” — afirmou ontem o professor Heleno Fragoso, vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, ao comentar a morte do operário Manoel Fiel Filho, em uma das celas do DOI-CODI de São Paulo.

COINCIDÊNCIAS

ESP20-1

Com a morte do metalúrgico José Manoel Fiel Filho verifica-se que, nas três vezes em que foram encontrados presos políticos mortos nos xadrezes do DOI-CODI o ex-Comandante do II Exército, General Ednardo D'Ávila Mello, não se encontrava na cidade.

Outra coincidência, comum às mortes — divulgadas como “suicídio por acidente mecânico” — é que ocorreram quando se encontrava de serviço a mesma equipe do DOI-CODI. O Comandante do Destacamento, Tenente-Coronel Audiv Santos Maciel, esteve no DOI-CODI nas duas primeiras mortes. Fim de semana passado noticiou-se que viajara para o Rio.

Durante o fim de semana, o General Ednardo D'Ávila Mello deixou São Paulo para descansar na fazenda Aguas Verdes, no interior do Estado.

O operário José Manoel Fiel Filho morreu um dia depois de o Coronel Arnaldo Braza ter assumido a chefia da 2a. Seção do Estado-Maior do II Exército, substituindo o Coronel José Barros Paes, transferido para Mato Grosso. As duas primeiras mortes ocorrem quando o Coronel Barros Paes se encontrava na chefia da 2a. Seção, à qual está subordinado o DOI-CODI.

O jornalista Vladimir Herzog morreu quando o General Ednardo se afastava de São Paulo para participar de uma reunião do Alto Comando do Exército, em Brasília. Quando o General inspecionava unidades do II Exército em Mato Grosso, foi encontrado morto o Tenente reformado da Polícia Militar de São Paulo, José de Almeida, acusado de exercer atividades do extinto Partido Comunista Brasileiro.

militares

GEISEL AFASTA EDNARDO

ESP20-1

O presidente Ernesto Geisel decidiu ontem afastar o general Ednardo D'Ávila Mello do comando do II Exército, substituindo-o pelo general Dilermando Gomes Monteiro. Ednardo assumirá o Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército, até aqui ocupado por Dilermando Monteiro, este amigo pessoal e militar da inteira confiança do presidente Geisel.

O assessor de imprensa da Presidência, Humberto Barreto, comunicou a troca de comandos secamente, acrescentando depois este único comentário: “Sinceramente, eu não sei de nada. Vai sair uma nota e vocês ficarão informados de tudo. Parece que um outro preso se suicidou nas dependências do II Exército. O presidente está muito contrariado, acabou de despachar

com o ministro Sylvio Frota (do Exército) e já determinou a abertura de inquerito. E' tudo que sei. Não me perguntem mais nada”.

Humberto Barreto referia-se à informação divulgada pouco antes pelo II Exército, dando conta de que o operário Manuel Fiel Filho fora “encontrado morto em um dos xadrezes do DOI-CODI, do II Exército”.

Ednardo passa à reserva

ESP21-1

O general Ednardo D'Ávila Melo passou ontem interinamente o comando do II Exército ao general Ariel Pacca da

Fonseca, comandante da 2a Região Militar, momentos depois de ter encaminhado seu pedido de reforma ao ministro do Exército, recusando-se, dessa forma, a assumir a Diretoria de Ensino e Pesquisas, cargo para o qual havia sido designado anteontem pelo presidente Geisel. O general Pacca da Fonseca responderá pelo comando do II Exército até que o general Dilermando Gomes Monteiro, designado anteontem para substituir o general Ednardo, assuma o cargo.

o então ministro da Indústria e do Comércio, Paulo Egydio, ao meu chefe imediato, que era o presidente Ernesto Geisel. Nós nos conhecemos muito bem”.

COMBATE

A SUBVERSÃO

O general Dilermando advertiu durante sua entrevista que “o combate à subversão e à corrupção continuará sendo exercido com a mesma intensidade com que vem-se processando porque, atualmente, a subversão é caracterizada pela expansão do comunismo internacional que não se infiltra apenas nos meios operários e estudantis mas até nas Forças Armadas”.

DISTENSÃO É BALELA

ESP20-1

“A tônica, hoje em dia, é dizer que o terrorismo já foi dominado, que não há mais subversão, que tudo está em calma e que, em consequência, precisamos fazer uma distensão. Eu digo que isso é uma balela, a subversão está presente”.

As palavras do comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Melo, não teriam soado de forma particularmente estranha se não tivessem sido pronunciadas no dia 31 de março do ano passado — durante as comemorações do 11o aniversário da Revolução de 64 —, exatamente 30 dias depois da mensagem do presidente Geisel ao Congresso, afirmando textualmente que “o terrorismo foi dominado e confido”.

transferências vão continuar

ESP21-1

Todo oficial com mais de um ano e meio a serviço no II Exército será transferido para outra região, por ordem do presidente Geisel. A informação é de fontes militares, que comentaram ontem as alterações ocorridas naquela unidade, diante dos episódios da morte do operário Manoel Fiel Filho, em dependências do DOI/CODI, e da substituição do general Ednardo D'Ávila Melo.

O que pensa o novo comandante

VEJA, 28 DE JANEIRO.

SOBRE OS DIREITOS HUMANOS: “Os direitos humanos e a dignidade da pessoa humana estão acima de quaisquer coisas, pois o homem é uma criatura de Deus e, como tal, deve ser tratado com dignidade e ver respeitados os seus direitos legais”.

SOBRE AS DENÚNCIAS DE VIOLAÇÕES DESSSES DIREITOS: “Há diferença entre informações e informes. Eu tenho por norma escutar tudo. Uso o que considero digno de ser considerado. Vou examinar todos os processos. Não assino em cruz”.

SOBRE MUDANÇAS NO II EXERCITO: “As mudanças são coisas que se fazem quando se vêem necessárias. Quando se está satisfeito, não se fazem mudanças. Eu, sinceramente, não sei se há essa necessidade. Estou assumindo hoje. Mas, se as mudanças forem feitas, não serão feitas com raiva, rancor ou ódio. Espero não precisar fazê-las, mas farei se julgar necessário”.

SOBRE O QUE É CONTRA: “Sou contra o comunismo, a subversão, a corrupção, a imoralidade administrativa, a violência e toda sorte de excessos, e tudo aquilo que fere a ética e as leis”.

SOBRE A LEI: “Sou um homem que vive dentro da lei, que existe para ser cumprida”.

SOBRE PAULO EGYDIO: “Eu o conheço e tenho com ele bom relacionamento. Quando eu era subchefe da Casa Militar, no governo Castello Branco, tinha a incumbência de encaminhar

AS OUTRAS MUDANÇAS

Dentro da rotina estabelecida pela legislação militar, o afastamento do general Ednardo D'Ávila Mello estava previsto para março próximo, desde o início de janeiro, quando ele completou dez anos no comando do II Exército, tempo limite permitido por lei. É certo que essas normas nem sempre são seguidas rigidamente, pois as movimentações nos postos de comandos e chefias militares, de qualquer oficial genérico e a qualquer momento, dependem apenas da exclusiva competência do presidente da República. E ele o faz, independente de restrições de prazo ou de posto, usando suas prerrogativas de comandante supremo das Forças Armadas e caracterizando essas movimentações como "necessidade de serviço".

Evidentemente, em muitos casos essas movimentações se processam ou não em razão não apenas da estratégia militar, mas também por motivações políticas. Assim, por exemplo, o general Oscar Luís Silva, comandante do III Exército desde 1973, portanto, há mais de dois anos, somente deverá deixar o cargo ou em consequência das promoções de março próximo ou em julho, quando ele transferir-se para a reserva por atingir o prazo limite de permanência no quadro do generalato (quatro anos). No caso do general D'Ávila Mello, que somente passaria para a reserva em março de 1977, quando completaria quatro anos como general de quatro estrelas, a movimentação parece obedecer a profundas motivações políticas, daí a surpresa que causou em setores militares paulistas. E, segundo alguns observadores, ela segue-se a uma série de alterações processadas nos quadros do II Exército, desde que o general Geisel assumiu o Governo, caracterizada pela designação de militares estreitamente ligados ao Presidente da República.

Logo no início de seu governo, por exemplo, o general Geisel transferiu o general-de-divisão Ariel Pádua da Fonseca do discreto cargo de diretor de Formação e Aperfeiçoamento, que ocupava no Rio de Janeiro, para o comando da 2ª Região Militar, em São Paulo. Em janeiro do ano passado, o general-de-brigada Cerqueira Lima foi designado para o comando da 12ª Brigada de

Infantaria, sediada em Caçapava, em substituição ao general Antonio Ferreira Marques, atualmente na chefia do Estado-Maior do II Exército (Marques também deverá ser substituído do Estado-Maior pelo general Carlos Xavier de Miranda, comandante da 6ª Divisão Blindada de Santa Maria). Em setembro passado, o general-de-divisão José Fragomeni, que ocupava a Diretoria Geral de Economia e Finanças, foi nomeado para o comando da 2ª Divisão de Exército e, finalmente, no início deste ano, Geisel nomeou um dos seus mais fiéis colaboradores, o general-de-brigada Gustavo de Moraes Rego, promovido em novembro passado, para o comando da estratégica Brigada de Infantaria, sediada em Campinas.

Ainda na área do II Exército, outras alterações foram feitas com os remanejamentos de funções do Estado-Maior. Assim, no início deste mês, o coronel José Barros Paes foi afastado da chefia da 2ª Seção do Estado-Maior do II Exército (a quem está subordinado o Destacamento de Operações de Informações, do Centro de Operações de Defesa Interna) e nomeado para a chefia da 9ª Região Militar, em Campo Grande, atualmente comandada pelo general Gentil Marcondes Filho. E o tenente-coronel Horus Azambuja, assistente-secretário do comandante do II Exército, desde os tempos do general Humberto de Souza Mello (além de ter acumulado funções como chefe da 5ª Seção do Estado-Maior da unidade), assumiu no dia 16 último o comando do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva - CPOR - de São Paulo.

Dois outras mudanças significativas ocorreram este ano em São Paulo, mas agora na área da Marinha e da Aeronáutica: a partir de agora a Marinha em São Paulo ficará sob a jurisdição do 1º Distrito Naval, com sede no Rio de Janeiro; o vice-almirante Roberto Mario Monerat passou o comando do VI Distrito Naval de São Paulo ao contra-almirante Alfredo Karan, que estará transferindo essa unidade da Armada para a cidade, em Mato Grosso, e no último dia 12 tomou posse, no Rio, como Comandante-em-Chefe de Esquadra. Na Aeronáutica, o major Augusto Carrão de Andrade, há vários anos no Comando Aéreo Regional de São Paulo, foi substituído pelo brigadeiro Clóvis Pavan, que assumirá no próximo dia 26.

novas remoções

E5P22-1
As primeiras modificações no quadro de oficiais do Estado-Maior do II Exército foram reveladas ontem, em São Paulo, indicando-se que entre os oito primeiros oficiais transferidos para outras unidades estariam o coronel Ismael Camargo, para o I Exército; o tenente-coronel Geraldo de Araujo Bozzon, para Brasília; e o tenente-coronel Audir Santos Maciel, ex-chefe do DOI, para o Rio de Janeiro.

GAL. MIRANDA

NO ESTADO MAIOR **E5P15-2**

O general Carlos Xavier de Miranda assumiu ontem a chefia do Estado-Maior do II Exército, em substituição ao general Antonio Ferreira Marques. Estiveram presentes à solenidade os generais Ariel Pádua da Fonseca, comandante da 2ª Região Militar, José Fragomeni, comandante da 2ª Divisão do Exército, todos os oficiais do Estado-Maior, o secretário da Segurança Pública, Antonio Erasmo Dias, e o futuro secretário de Comunicações, Ismael Menezes Armond.

consolida-se a "doutrina geisel"

Um fato e duas versões não alteram nem encobrem uma realidade que se tornou palpável desde o dia 19 de janeiro: o presidente da República, mais por sua liderança na área militar e por sua identificação com o ministro do Exército, general Sílvio Frota, do que por suas prerrogativas constitucionais, resolveu intervir no delicado setor da repressão. Pois não há, nos círculos políticos ou militares, quem ofereça melhor explicação para a etoneração do general Ednardo D'Ávila Mello do comando do II Exército.

Já as versões variam. Enquanto para uns — e este é o pensamento dominante na área militar — o presidente Geisel sempre exerceu uma liderança incontestável, para outros, como alguns de seus assessores diretos, embora sua autoridade jamais tenha sofrido arranhões, ela só passaria a ser exercida em sua plenitude dois anos após a sua investidura na Presidência da República. Por que dois anos? Os que se filiam a esta corrente de opinião explicam que é exatamente por ser o ano de 1976 fértil em renovações na cúpula militar, possibilitando ao general Geisel amoldá-la ao seu estilo e às suas convicções mais profundas e nem sempre reveladas, por causa das pressões do chamado "Sistema".

Sube-se, nos meios militares, que o presidente, coerente com seu hábito de participar da fase que antecede a toniada de decisões em todos os setores da Administração, não deixará de influir decisivamente na escolha dos sete ou oito (ainda não se sabe ao certo) novos generais-de-exército e do número maior de novos generais-de-divisão e de brigada. Ao contrário do ex-presidente Médici, que se limitava a aprovar a lista que lhe era enviada pelo Alto Comando após uma triagem da primeira lista, esta elaborada pela Comissão de Promoções, Geisel não só influi nesta primeira etapa do processo como exerce a prerrogativa de escolher aqueles que serão promovidos, independentemente da ordem cronológica em que figuram na relação elaborada pelo Alto Comando. A consequência é óbvia: esculpindo o Alto Comando à sua imagem e semelhança e vendo aumentar o número de oficiais-generais de seu círculo mais íntimo de rela-

ções pessoais investidos de importantes comandos (um exemplo é o de seu ex-assessor especial, general Moraes Rego, que assumiu o comando da 11ª Brigada de Infantaria Blindada, em Campinas), Geisel fortalece suas bases militares, investindo-se de um poder de dissuasão que desestimula quaisquer manifestações conflitantes com a orientação que imprime ao Governo, como chegou a ocorrer no passado.

Apesar da sensação de alívio com que foi recebida a nomeação do general Dilermando Gomes Monteiro para o II Exército, os observadores mais cautelosos consideram que ainda é muito cedo para se falar na retomada da distensão política, esperança que alimentou os setores liberais do país desde a indicação do general Ernesto Geisel para a Presidência da República até seu discurso de 1.º de agosto do ano passado, quando o projeto político que se esboçava aparentemente desmoronou.

Há que se considerar agora, assinalam aqueles observadores, que, mesmo com a demonstração de força dada por Geisel no episódio da substituição do comandante do II Exército, não se pode afirmar ainda que os setores radicais tenham sido completamente desarticulados. E exatamente por isso seu poder de influência não pode ser subestimado. Isso explicaria atitudes aparentemente contraditórias do atual Governo, seja no teor de seus pronunciamentos, seja nos episódios políticos da cassação dos mandatos de dois deputados do MDB paulista e das restrições impostas à campanha política do presidente do partido oposicionista, Ulysses Guimarães, na viagem que fez ao Norte-Nordeste na segunda quinzena do mês passado.

O que se pode afirmar com segurança é que agora há evidências de que as diretrizes da segurança interna poderão ser modificadas, com o que começa a alterar-se uma situação que remonta a dezembro de 1968, quando foi editado o Ato Institucional nº 5 e a ação do aparelho repressivo ganhou uma dinâmica própria e praticamente incontrolável.

Por todas essas razões, os remanejamentos na cúpula militar que culmi-

naram com a nomeação do general Dilermando Monteiro para o II Exército deverão ter como consequência prática a prevalência da chamada "doutrina Geisel" de segurança interna. Ou seja, jamais se negligenciará o fato de que as diversas ramificações do movimento comunista internacional procuram infiltrar-se em todos os setores estratégicos da vida nacional, inclusive nos partidos políticos, mas a repressão será tanto mais eficiente quanto melhor for o nível de sua aceitação pelo homem do povo. Isto significa que o cidadão comum deve sentir-se protegido e nunca ameaçado pelos órgãos que atuam no setor.

Assim, torna-se evidente que os métodos usados pela repressão deverão ser reformulados, o que foi implicitamente admitido pelo general Dilermando Monteiro tanto na primeira entrevista que concedeu após a notícia de sua nomeação quanto nos pronunciamentos que fez em São Paulo no dia em que recebeu o novo comando. Essas declarações traduzem, sem dúvida, não só o pensamento do presidente da República e do ministro do Exército, como uma ordem de comando dirigida a seus subordinados.

Entendem os observadores mais familiarizados com as tendências militares que, agora, especialmente na área crítica do II Exército, deverá ser encontrado um ponto de equilíbrio entre as posições "liberais" representadas pelo general Dilermando Monteiro e as de outros oficiais-generais formados na escola daquilo que desde o início da Revolução se convencionou chamar de "linha dura".

Esta nova perspectiva, ao que tudo indica, deverá ter estreitas implicações no comportamento dos partidos políticos, ao longo deste ano. Se a "doutrina Geisel", que agora tende a se consolidar, estiver em vigor um ano atrás, a luta do MDB pela criação de uma CPI sobre presos políticos, que radicalizou os debates no Congresso durante o primeiro semestre de 1975, com reflexos negativos na distensão política, provavelmente não teria acontecido. Fato que por si só dá a medida da importância das alterações promovidas pelo Governo no setor da segurança interna.

MUDARIA ORIENTAÇÃO

E5P3-2
A nova orientação governamental com relação à segurança, assunto que já vem sendo estudado e debatido há algum tempo pela cúpula do Exército, de acordo com diretrizes do presidente Geisel, deverá ser posta em prática de agora em diante, a partir dos encontros que o ministro do Exército, general Sílvio Frota, tem promovido com os comandantes dos quatro Exércitos.

A presença dos quatro comandantes em Brasília, nos últimos dias, a chamado do ministro Sílvio Frota, indica a adoção das novas diretrizes, assim como uma tomada de conhecimento da realidade da tropa, principalmente após a mudança de comando em São Paulo.

EXAMES MEDICOS E REPRESSÃO **E5P6-2**

Desde que o novo comandante do II Exército, general Dilermando Monteiro, assumiu suas funções em São Paulo, somente anteontem houve o primeiro interrogatório no DOI-CODI.

O advogado Julio Fernando Toledo Teixeira, que havia sido procurado para comparecer naquele departamento, no ano passado, mas não foi encontrado, apresentou-se espontaneamente para depor.

Segundo informações que chegaram ao conhecimento da imprensa, os métodos adotados são novos. No momento em que ele chegou ao prédio da rua Tutcia, foi examinado por um médico. Eram cerca de 10 horas. Tendo passado cerca de seis horas no recinto, ali fez suas refeições e, ao ser liberado, passou por novo exame médico.

composição do exército

Decreto assinado ontem pelo presidente Geisel fixa em 182.509 homens os efetivos do Exército para 1976. A arma contará com 129 generais, dos quais 107 oficiais combatentes e os demais dos

serviços médicos e veterinários, intendentes e engenheiros militares. O Exército terá 101 mil soldados, sendo dez mil de carreira e 91 mil praças temporários. Serão dez os generais de Exército, posto mais alto da carreira.

alto comando, hoje

O ministro Sylvio Frota preside o Alto Comando, integrado ainda pelos generais Fátima Azevedo Manso, chefe do Estado-Maior; Reynaldo Melo de Almeida; Ariel Pacca da Fonseca; Oscar Luis da Silva, comandante do III Exército; Moacyr Barcelos Polyguara, do IV Exército; Ramiro Tavares Gon-

çalves, chefe do Departamento Geral do Pessoal; José de Azevedo Silva; Euler Bentes Monteiro, do Departamento de Material Bélico; Venitius Nazareth Notares, do Departamento de Engenharia e Comunicações; e general Tasso Villar Aquino, chefe interino do Departamento de Músico e Pesquisa.

VEJA, 7 DE JANEIRO

As promoções no Exército durante este ano

Ao longo de 1976, o Exército brasileiro deverá contar com a promoção de 23 a 33 novos generais. Essa renovação ocorre todos os anos e, em princípio, baseia-se em dois critérios: vão para a reserva os generais que atingirem a idade limite — 65 anos — e os que completarem ou doze anos de generalato, ou quatro anos como general-de-exército, de-divisão ou de-brigada. Como há a obrigatoriedade de renovação anual mínima de 25 por cento do quadro, se os oficiais incluídos nesses critérios não forem suficientes para atingir o número exigido os que estiverem mais próximos deles irão para a reserva.

Sete generais-de-exército (o posto mais alto) entrarão na compulsória este ano, o que não significa igual número de promoções, pois três deles estão agregados e não abrem vaga: generais

Sylvio Coelho da Frota, ministro do Exército, Walter Menezes Paes, comandante da Escola Superior de Guerra, e Antônio Jorge Correa, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Assim, haverá seguramente quatro promoções a general-de-exército. Mas as outras três não estão excluídas: serão efetivadas se forem abertas vagas com a nomeação de generais da ativa para os lugares de Menezes Paes na ESG, de Jorge Correa na EMFA e do ministro Jurandir de Bizarria Mamede no Superior Tribunal Militar. Em setembro, o general Mamede será reformado por ter atingido os 70 anos de idade e deverá ser indicado um general para seu lugar.

LISTA — Além de Coelho da Frota, de Menezes Paes e de Jorge Correa, irão para a reserva os generais-de-exército Ramiro Tavares Gonçalves, chefe do Departamento Geral de Pessoal, e José de Azevedo Silva, chefe do Departamento Geral de Serviços no princípio do ano. Em julho, será a vez do comandante do III Exército, Oscar Luis da Silva. E em novembro, por completar doze anos de generalato, entrará na compulsória o

atual comandante do I Exército, Reynaldo Melo de Almeida.

No Almanaque do Exército, o primeiro da lista de generais-de-divisão é Ayrton Pereira Tourinho, atual vice-chefe do Departamento Geral de Pessoal. Tem 60 anos, vem da arma de Engenharia e é cunhado do general Melo de Almeida. Em 1961 trabalhou no gabinete do ministro Odílio Denys e antes de ir para a DGP foi comandante da 5.ª Região Militar, em Curitiba. O segundo da lista é o general Ariel Pacca da Fonseca, de 60 anos, comandante da 2.ª Região Militar.

Durante o governo Castello Branco, Pacca trabalhou com o chefe da Casa Militar da Presidência, general Ernesto Geisel, e depois com o general Orlando Geisel, na Escola de Comando e Estado-Maior. Os nomes seguintes são os dos generais Fernando Bellari Bethlem, de 61 anos, do Comando Militar da Amazônia, Tácito Teófilo Gaspar de Oliveira, de 61 anos, vice-chefe do Departamento Geral de Serviços, e Adauto Bezerra de Araújo, de 62 anos, subchefe do Estado-Maior do Exército.

Ednardo abre vaga

Com a transferência para a Reserva do general Ednardo D'Ávila Mello — por ele solicitada ontem — o Alto Comando do Exército terá mais uma vaga nas promoções de 31 de março, provocando uma renovação de quatro novos generais do último posto já nesse primeiro mestre.

A vaga aberta pelo general Ednardo não implica redução do número de generais que sairá, até março, pela cota compulsória, pois o fato de o ex-comandante do II Exército sair da ativa nada tem a ver com o número exigido por lei para completar a renovação de 25 por cento do quadro prevista anualmente no estatuto dos militares, que tem como ano-base 1975.

política nacional

GOVERNO RECOMENDA CAUTELA

ESP-27-1-76

BRASÍLIA — Discretamente, por meio de contatos informais, o governo está fazendo chegar às lideranças políticas a importância de se conduzirem com muita cautela diante dos mais recentes acontecimentos verificados na área militar, a partir da substituição do general Ednardo D'Ávila Mello pelo general Dilermando Monteiro

Na Arena, com não podia deixar de ser, há integração completa com esse ponto de vista.

Outra não é a disposição das cúpulas dirigentes do MDB, cautelosas ao extremo diante dos episódios da última semana. Ulysses Guimarães, Thales Ramalho, Tanerido Neves e muitos outros não permitirão que se reavivem teses como a da constituição de uma CPI para examinar lesões à integridade física de presos políticos ou desaparecimentos inexplicáveis ocorridos nos últimos anos. Compreendem a delicadeza do momento, ainda que no íntimo possam discordar da omissão. E já se encontram preparados para doutrinar e até impedir determinados companheiros que pretendam, em função dos novos ventos, reativar a tese an-

terior. Além, pelas informações de que dispõem, nem mesmo os deputados mais radicais de sua agremiação estariam dispostos a arcar com o ônus de colocar as coisas mais uma vez em níveis críticos, pelo levantamento da questão. Trata-se, para eles, do preço a pagar pelo futuro, ou seja, importa contribuir para sustentar o terreno já conquistado por obra e graça de decisões que o presidente Geisel retomou.

TRANQUILIDADE NÃO MUDA DIZ FIESP

ESP-20-1-76

O afastamento do general Ednardo D'Ávila Mello do comando do II Exército não alterará o quadro de tranquilidade em que São Paulo está inserido. Essa é a opinião do presidente da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, Theobaldo de Nigris, que ontem convocou a imprensa para registrar suas opiniões acerca dos últimos acontecimentos em São Paulo. Segundo o líder dos dirigentes de indústrias do Estado, o setor recebeu a notícia do afastamento "com surpresa pelo imprevisto, mas sem desencanto, porque através da medida tomada o governo demonstrou ter autoridade". E completou: "Entendemos, em termos de consequências, que não haverá nada capaz de perturbar a situação econômica e social".

LISANEAS: SOLIDARIEDADE A GEISEL

ESP-20-1-76

Embora alguns líderes políticos continuassem ontem, no Rio, recusando-se a comentar a substituição do comando do II Exército — a maioria cumprindo ordens da direção do partido, como chegaram a justificar vários emedebistas — o deputado Lisaneas Maciel considerou que a medida presidencial, "após o recuo da distensão, é o primeiro sintoma de que se pretende inaugurar um governo de respeito neste país". O parlamentar fez questão de destacar, também, que "certos grupos empresariais de São Paulo certamente não se conformarão com a medida salutar do presidente Geisel". E fez uma advertência: "Neste passo, a nação tem que ficar em posição de atenta solidariedade ao presidente, ante a reação que certamente a substituição do general Ednardo D'Ávila Mello provocará".

NEM OMISSÃO NEM RADICALIZAÇÃO

ESP-20-2-76

Não se omitir na discussão dos problemas nacionais e não radicalizar é a proposta do presidente do Congresso Nacional, senador Magalhães Pinto, para que o Parlamento possa dar valiosa contribuição ao processo de distensão preconizado pelo general Geisel, que na sua opinião terá prosseguimento este ano, pela sua fundamental importância para o País.

PRESIDENTE DA ADECIFF APDIO AO GOVERNO

ESP-13-2-76

Assim se expressou o presidente da Adecif, José Luiz Moreira de Souza, em discurso durante o banquete no qual empresários homenagearam ontem o ministro Reis Velloso, do Planejamento. Moreira de Souza tratou inicialmente de temas políticos, para dizer que o governo Geisel conciliou os interesses da Revolução com os anseios do povo, "valorizou o voto, assegurou a imprensa a liberdade reclamada, abriu caminhos novos ao estabelecimento gradual da democracia pretendida".

O perfil do governo

Foi o próprio presidente, numa de suas últimas mensagens à Nação, que traçou o perfil de seu governo e de sua liderança, citando Goethe: "Pensar é fácil, realizar é difícil, praticar de acordo com o pensamento é quase impossível".

Apesar da revelação cética, é comovedora a obstinação com que, entre o otimismo dos mais idealistas e interesses dos mais oportunistas, vem S. Excelência conduzindo a Nação aos objetivos a que coerentemente se traçou: manter o máximo de desenvolvimento com o mínimo de segurança, o que significa buscar nos campos políticos, econômico e social o máximo possível de liberdade política, o máximo possível de prosperidade econômica, o máximo possível de bem-estar, ordem, tranquilidade e paz, sem embargo dos desvios fáticos inevitáveis a um processo histórico de evolução democrática, perturbada pela fragilidade das estruturas partidárias, pelas crises econômicas, pelas extremas desigualdades sociais que desassemelham regiões, classes e as criaturas do mesmo Deus.

Honramos no presidente Geisel o exemplo pedagógico, que dá diariamente à Nação, de que é possível manter acesa a chama desses ideais, sem perder a triste consciência de que é preciso conviver com a realidade como ela é. Pois tanto é imprudente impor soluções ignorando a debilidade das estruturas existentes, quanto é tênue e fugaz aceitar a inércia imobilista e interesseira, com a renúncia aos valores eternos e insubstituíveis que, ao

longo dos séculos, e sob sangue, suor e lágrimas, fizeram a grandeza das nações e a dignidade do homem.

Linhas de ação

Três linhas de ação podem ser destacadas sob a égide desses princípios norteadores:

No plano político, manteve o governo os processos da consulta popular, e, no esforço de conciliar os objetivos da Revolução com

os anseios do povo, valorizou a decisão do voto, assegurou à imprensa a liberdade reclamada, abriu caminhos novos ao estabelecimento gradual da democracia pretendida.

No plano social, reviu a política salarial em níveis correspondentes à proporção dos aumentos de produtividade, como salientou o senhor ministro do Planejamento perante a Câmara dos Deputados, fixando em lei, como um direito, o que, em outros países,

constitui permanente e sofrida batalha sindical. Ampliou os benefícios da Previdência Social para as classes já atingidas, levou-os a classes até então marginalizadas, melhorou os níveis da assistência médica nesse setor, e, recentemente, criticou condições para que as empresas possam melhorar, pelo treinamento, a qualidade dos trabalhadores, e, pela alimentação, as condições de sua saúde.

teoria pendular

CARLOS CHAGAS

Neste conturbado e imprevisível ano que não seria político, mas apenas eleitoral, sucedem-se com grande rapidez e em ritmo pendular atos e fatos políticos de maior importância. Primeiro, foram as cassações dos mandatos dos deputados Marcelo Gató e Nelson Fabiano, por motivos não declarados pelo governo, e que fizeram refluir aos mais baixos níveis as expectativas de uma futura reforma política. Era a vitória da linha-dura, com o presidente Geisel aplicando politicamente o AI-5.

Logo em seguida, porém, uma reversão completa na realidade: de forma cirúrgica, o chefe do governo afasta o então comandante do II Exército, logo depois de tomar conhecimento da morte de mais um preso político nos calabouços da repressão paulista. Até ministros de Estado consideraram aquele ato o mais importante

de quantos haviam sido tomados pelo presidente desde sua posse. A substituição do general Ednardo D'Avilla Mello representou um basta aos excessos do aparelho repressivo, uma afirmação positiva do que se convencionou a partir daí chamar de "Doutrina Geisel", ou seja, inflexibilidade na repressão aos subversivos mas respeito aos direitos da pessoa humana e punição para os responsáveis pelos excessos. Era, no dizer de observadores oficiais, a formação de um imprevisível base política a partir da qual se poderia retomar o processo da distensão e de cuidar, gradativa mas firmemente, de uma reforma institucional ampla.

Aconteceu, no entanto, que o afastamento do general Ednardo despertou sensíveis reações no meio revolucionário. De qualquer forma, registraram-se temperaturas altas no meio militar, a ponto de se prever a imobilização ou até um endurecimento no setor político.

Este não se fez esperar: diante de uma peregrinação do deputado Ulysses Guimarães pelo Norte e Nordeste, apertaram-se as tenazes do governo sobre a oposição. Censurado, ameaçado e contido, o presi-

dente do MDB não pôde desenvolver naturalmente sua campanha, que, longe de ser eleitoral, era político-partidária. Ao mesmo tempo surgiram informações sobre uma ação oficial do Ministério da Justiça que, por meio de uma nota, tornaria ainda mais difícil o diálogo entre a oposição e o povo. Seria, ac que se imaginava, uma espécie de "recomendação" aos órgãos de comunicação para que se abstivessem de transmitir a palavra dos oposicionistas, já que o período formal das campanhas eleitorais não chegara. A nota acabou não saindo, e deverá ser, ao que parece, transformada num projeto de lei que o governo encaminhara ao Congresso, alterando disposições da legislação eleitoral e limitando tempo e forma de campanhas.

Poucos dias mais, no entanto, e nova surpresa: ao discursar na sessão de início dos trabalhos do Superior Tribunal Militar, o general Rodrigo Otávio Jordão Ramos atingiu frontal e corajosamente o problema da institucionalização, não apenas acentuando ter chegado a sua hora, mas fazendo considerações sobre a importância de chegarmos ao Estado de Direito, sobre as garantias da pessoa humana, sobre a harmonia e independência entre os Poderes. Falou de reformas constitucionais a preparar e do processo revolucionário a interromper — ainda que ressaltando a necessidade de o Esta-

do moderno possuir instrumentos eficazes para sua defesa.

Para uns, a teoria pendular ainda está em curso, ou seja, o presidente Geisel terá apreciado muito as palavras de Rodrigo Otávio, mas nem por isso deixará de adotar posturas ou posições em oposição ou, pelo menos, refratadas do projeto político-institucional, caso sinta necessidades revolucionárias de assim agir. Se para muitos a meta democrática situa-se como valor maior e isolado de outros, assim não poderá ser o ângulo de visão de s. exa.: para ele, há que considerar a unidade do Sistema, em pé de igualdade com a institucionalização, constituindo a sua própria sucessão o terceiro ângulo dessa figura equilátera que precisa sustentar.

Este ano, assim, longe de ter nas eleições municipais de novembro o seu clímax, será de maior importância para o desdobramento dos processos revolucionário, político e institucional. Mesmo não se esperando que até dezembro esteja implantada a reforma constitucional capaz de aprimorar o regime, ela poderá muito bem estar preparada em seus traços capitais. Neste caso, "et pour cause", terão surgido os primeiros sinais indicativos da sucessão, processo que o general Geisel tentará conduzir por inteiro e que, se conseguir, significará evento até hoje não alcançado por seus antecessores revolucionários.

O discurso do general

VEJA, 18 DE FEVEREIRO

O reinício dos trabalhos do Superior Tribunal Militar, na tarde de quarta-feira da semana passada, depois do receso de fim de ano, prometia ser uma simples sessão de rotina. Para assisti-la apresentaram-se apenas três jornalistas, normalmente incumbidos da cobertura dos trabalhos do tribunal, e os advogados interessados nos seis processos que seriam julgados. Por isso não teve a audiência que merecia o discurso em que o ministro-general Rodrigo Otávio Jordão Ramos sacudi a monotonia do plenário, falando durante 40 minutos sobre a necessidade de rápida institucionalização do processo político brasileiro.

O general lançou uma semente, o que é muito diferente de levantar uma bandeira", explicou no dia seguinte seu filho, o coronel Jordão Ramos, também chefe de seu gabinete no STM. Mas o ministro parece interessado em que essa semente germine rapidamente, pois deixou claro seu desejo de que as reformas necessárias sejam atacadas com urgência. E entre elas destacou especialmente a do Poder Judiciário, já em estudos na Presidência da República, onde se

preparam os indispensáveis projetos a serem enviados ao Congresso Nacional.

A preocupação central revelada pelo general Rodrigo Octavio — um revolucionário de tradição iniciada ainda nas campanhas de 1930, 1932 e 1935 — foi com a retomada do processo democrático, que ele considera o objetivo principal do movimento de 1964. Entre os políticos, as reações a essa colocação foram imediatas, e entusiasmadas. "Mais que um simples alento, o seu discurso é um sintoma de que melhores dias estão por vir", saudou o secretário-geral do MDB, Thales Ramalho. E Nelson Marchesan, também secretário-geral, mas da Arena, completou: "É um verdadeiro projeto de distensão".

Salvaguardas — Até mesmo o ex-deputado Etelvino Lins, espontaneamente apontado da política por não concordar com os critérios que levaram à escolha do atual governador de Pernambuco, rompeu um longo silêncio para entrar no coro: "O general Rodrigo Octavio interpretou os sentimentos de toda a nação. Há mais de sete anos sob o império da excepcionalidade institucional, já é tempo, afinal, de criarmos o instrumento permanente que possa condensar as salvaguardas eficazes de

defesa do Estado a que se referiu o presidente Geisel".

Abaixo, alguns trechos do longo discurso pronunciado pelo ministro.

● É possível, através de uma decompressão gradativa e controlada, a volta à normalidade democrática, "onde o poder deixará de ser lei e a lei se transformará em poder", no dizer de ilustre escritor e erudito jurista.

● Passada a tormenta, reclama, na verdade, a nossa consciência jurídica, com respaldo em parcela ponderável da opinião pública, (...) a existência de instrumento constitucional adequado às realidades nacionais e mundiais ora defrontadas, dotando-o para isso de disposições capazes de permitir ao Estado enfrentar problemas internos resultantes de desnível psicossocial ou descompasso regional ainda reinantes.

● A revisão constitucional (...) coroar certamente o final do processo revolucionário que o tempo, fatalmente, irá erodindo em suas potencialidades, como historicamente se tem verificado no aspecto internacional. Promoverá ela certamente a institucionalização desse processo com objetivos e prazos definidos no tempo, através da harmonização real

no plano horizontal dos três poderes (...) e a coordenação vertical das atividades políticas e administrativas, inclusive de planejamento, dos agrupamentos federados — União, Estados e municípios —, como a existência de um órgão colegiado permanente, para conter, com rapidez e eficiência, tanto a subversão como a corrupção.

● Esta, a nosso ver, a etapa final a ser consagrada pelas metas revolucionárias fixadas em 1964, de reposição jurídica, consentânea com nossas aspirações, fazendo vigor a lei em toda a sua extensão, como ordenação da razão humana e elemento indispensável à convivência social, em uma nação plenamente democrática e cuja salvaguarda na parte que nos incumbe é das mais relevantes no quadro conjuntural ora vivido.

● Em 1976, vamos viver, sem dúvida, um ano de grande repercussão no futuro do país, jungido que está a uma reforma, ansiosamente esperada por todos os brasileiros, buscando compatibilizar a Justiça com a dinâmica do progresso e as realidades constitucionais e institucionais de um Brasil real em rápida mutação.

REPERCUSSÕES

13-2-76

EDITORIAL ESP

O clamor pelo Estado de Direito, fortalecido pela voz de expressivos revolucionários históricos, só não encontra eco numa excepcionalidade mantida sem limites, quer em seu espectro potencial de ação quer em seu tempo de duração; da qual, portanto, não se poderá dizer que seja atualmente apenas residual. E é ela, de seu lado, que retarda a harmonia entre os Poderes, de vez que não pode haver harmonização real sem suficiente autonomia e independência de cada um deles.

Tais anseios poderão, entretanto, ser satisfeitos com a via que nos aponta o ministro-general Rodrigo Otávio? Posta de parte a inspiração liberal de todas as constituições brasileiras até 1967, pode-se mencionar um Direito Consuetudinário, que fornecesse a base pragmática e experimental de um futuro Direito Constitucional renovado? E podem certas soluções concretas apresentadas pelo ministro do Superior Tribunal Militar ser expressão legítima da tradição brasileira?

Se o liberalismo profundo do ministro-general Rodrigo Otávio o contrapõe ideologicamente às tendências autoritárias do ilustre jurista e sociólogo patriota, dificilmente se compatibilizará igualmente com a "coordenação vertical das atividades políticas e administrativas", sob "um órgão colegiado permanente, presidido pelo chefe de Estado e integrado por elementos de outros Poderes".

ELEIÇÕES

MINISTROS TRABALHAM PELA ARENA

ESP-4-1-76

Alguns ministros e boa parte do chamado primeiro escalão governamental perceberam a seriedade do empenho presidencial na vitória da Arena em novembro e também que ainda há tempo de apoiá-lo sem restrições, num esforço cujo resultado final poderá implicar modificações na estrutura vigente de poder e, em consequência, na equipe que a compõe.

Essa constatação é feita por experientes analistas políticos que observaram nos ministros Reis Veloso, Alysso Paulinelli, Nascimento e Silva e Arnaldo Prieto, responsáveis por setores sensíveis a apelos populares oposicionistas — custo de vida, transportes urbanos, áreas metropolitanas, agropecuária, previdência social, relações de trabalho, salários e preparação de mão-de-obra — reações positivas ao interesse do presidente Geisel no fortalecimento eleitoral do partido que sustenta politicamente a revolução.

Entendem os mesmos parlamentares que a experiência acumulada por Geisel ao longo desses 12 anos, durante os

GEISEL CRIA ASSESSORIA ESPECIAL

ESP-15-1-76

Proceder a estudos, realizar pesquisas, reunir e colher informações sobre problemas gerais do governo e da administração, cumprir as missões de representação que receber do presidente da República e executar os trabalhos que lhe forem especialmente atribuídos pelo chefe do governo são as atribuições da Assessoria Espe-

ciais atentamente seguiu os rumos da vida brasileira, lhe terá sido bastante para hoje levá-lo a procurar institucionalizar a revolução, com apoio num partido forte, respaldado legitimamente pela maioria do povo brasileiro. Consciente dessa necessidade, ele tem reiterado de público seu engajamento na vitória do partido, chegando mesmo a usar de linguagem quase agressiva numa reunião de dirigentes regionais arenistas, para incentivá-los a deixar o marasmo e lutar pelo voto em todos os terrenos, usando como bandeira de luta as realizações dos governos revolucionários.

PAULINELLI: EVITAR VOLTA A 64

ESP-8-2-76

Dois inflamados discursos do ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli, durante a inauguração de armazéns da Cibrazem em Quirinópolis e Palmeiras, no sudoeste goiano, acabaram transformando o ato em acontecimento político, tal a ênfase dada à "necessidade de apoio aos homens do governo para evitar que voltemos ao caos anterior a 1964".

Paulinelli advertiu os agricultores que terão que decidir "se desejam voltar à situação ante-

rior a 1964 ou se desejam assumir a responsabilidade de construir para o desenvolvimento do País" e criticou severamente a "atitude de elementos demagogos e aproveitadores" diante das medidas que o governo foi obrigado a tomar em consequência da crise mundial.

Paulinelli passou a criticar a política agrícola dos países comunistas, principalmente a de Cuba.

cial do Presidente da República, conforme decreto assinado ontem pelo presidente Geisel. O decreto altera o regimento interno dos gabinetes da Presidência da República, vinculando administrativamente à chefia do Gabinete Civil a Assessoria Especial do Presidente da República, a Assessoria de Imprensa, a Assessoria de Relações Públicas, a Secretaria Particular, o Cerimonial e os oficiais de gabinete do presidente da República.

Admitimos que haja uma ruptura entre as fontes reais e as fontes formais do Poder, muito mais pronunciada aliás, depois de 1968, que em qualquer outro tempo de nossa vida democrática. Mas jamais será pela centralização, pela subordinação (que é a verdadeira coordenação vertical) que ela há de se reparar. Tal via não será a de conjugação de esforços de todos os brasileiros.

SEC. ARENA ESP 13-2-76

Já o secretário-geral da Arena, deputado Nelson Marchesan, depois de dizer que o pronunciamento de Rodrigo Otávio era o prosseguimento da distensão, assinalou que suas sugestões deveriam ser amplamente discutidas pela classe política.

Segundo ele, a criação de um órgão colegiado, com a missão de defender o Estado, é assunto que tem preocupado os políticos de ambos os partidos. "Parece ponto pacífico — garantiu — também entre nós, que o Estado deva possuir instrumentos eficazes de defesa. O ponto polêmico reside em sua forma".

Segundo o ministro, a Arena promete aquilo que pode ser feito, "através de um programa de extrema seriedade e dentro de um realismo que não comporta apenas promessas que acabam em frustração". Ao mesmo tempo em que exaltava o seu partido, Simonsen criticava a oposição, afirmando que "a única apresentada pelo MDB é a do impossível — maiores salários, sem inflação e com a redução do custo de vida".

SIMONSEN

ESP-8-3-76

Na visita que fez ontem aos dirigentes nacionais da Arena, o ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen, reconheceu que será inevitável a repercussão negativa para a Arena do problema do custo de vida — que um arenista chama de "anjo da guarda do MDB" — mas não deixou de criticar os

GOVERNADORES

ESP-7-3-76

A intensa movimentação de Egidio e Guazzelli nos últimos dias e a informação de que o governador de Minas Gerais, Aureliano Chaves, será também recebido nesta semana pelo presidente Geisel, levaram os observadores políticos de Brasília à conclusão de que as conversas sobre a situação político-eleitoral de cada Estado não terá sido mero acaso.

MILITARES ESP 30-2

Embora reconhecendo que as sugestões contidas no discurso de Rodrigo Otávio, propondo a volta ao Estado de Direito, "sejam muito boas e bem fundamentadas", setores militares de Brasília não acreditam que elas cheguem a representar o pensamento das Forças Armadas. Entre as opiniões colhidas, a maioria discorda do ministro do STM não propriamente quanto ao conteúdo de suas declarações, mas quanto à oportunidade. Entendem alguns oficiais que "ainda é cedo para a volta ao Estado de Direito", enquanto áreas mais sensíveis acham que, por exemplo, a renovação do AI-5 seria "o fim da Revolução".

Admitem, entretanto, que "hom número de militares apoia as idéias do general Rodrigo Otávio, um homem de experiência e cultura" e destacam que, "acima de tudo, ele lançou uma semente".

que reclamam contra a situação, dizendo que os políticos queixosos deveriam também oferecer alternativas.

Com a imprensa, mostrando-se inflexível e aceitando o debate, fundando constantemente, o ministro da Fazenda fez promessa de fé arenista:

"Eu ditto a vocês, antes de mais nada, que sou um arenista. Sou filiado ao partido, que é o partido do governo e, por isso, tenho obrigação de ajudar a Arena" — disse ele.

Segundo o ministro, a Arena promete aquilo que pode ser feito, "através de um programa de extrema seriedade e dentro de um realismo que não comporta apenas promessas que acabam em frustração". Ao mesmo tempo em que exaltava o seu partido, Simonsen criticava a oposição, afirmando que "a única apresentada pelo MDB é a do impossível — maiores salários, sem inflação e com a redução do custo de vida".

LUIS GONZAGA

ESP-11-76

O ministro Luis Gonzaga Nascimento e Silva revelou que o seu Ministério é de serviços, e, por isso, a maior ajuda ao partido governista seria dada por meio do "cetrochete" — maior cuidado e extensão da assistência do INPS.

Os observadores julgam que se repete agora o mesmo episódio ocorrido há um ano em Belo Horizonte entre Egidio, Guazzelli e Aureliano quando comunicados e notas divulgadas expressavam incontestável solidariedade ao presidente da República. Desta vez, os encontros tem forma e sentido diferentes. Segundo se informou, não se destinaram a reforçar a área de sustentação presidencial, agora bem mais sólida do que então inclusive em razão

de fatores extra-partidários.

Assim, em consequência das relações pessoais de Geisel com os três governadores, sabe-se que a orientação que levarem de Brasília para seus Estados deverão servir de padrão para as demais unidades da Federação. Tanto Egydio como Guazzelli, diversas vezes, enfatizaram sua disposição de participar ativamente da cam-

panha eleitoral, utilizando todos os recursos permitidos pela ética política e o bom senso. Quando ambos fizeram referência à necessidade da responsabilidade de todos os governadores para se evitar a radicalização da campanha eleitoral, ficou evidente para os observadores políticos de ambos os partidos, que a repetição de episódios de coação policial no interior de Pernam-

buco, durante a viagem do deputado Ulysses Guimarães, não deverão repetir-se.

Com relação à estratégia das campanhas municipais, informou-se que os governadores delas deverão participar intensamente, porém rigorosamente dentro das normas previstas pela Justiça eleitoral. Este engajamento político-eleitoral envolvendo os governos federal, estaduais e a Arena,

com o suporte promocional dos serviços de comunicação social do governo federal e, sempre que possível, também dos Estados, fecharia o ciclo das providências a serem postas em prática para o êxito eleitoral arenista e este, segundo assessores do presidente e dos governadores, teria sido o fato político de maior relevância do encontro da noite de antontem.

GEISEL no PARÁ

VEJA, 21 DE JANEIRO.

O presidente da República foi ao Pará, segunda e terça-feira, para inaugurar a ponte do Mosqueiro e o Centro de Treinamento de Recursos Humanos da Secretaria de Educação, obras de incalçável apelo popular na região.

Geisel, mais atento às necessidades práticas do partido, renovou seus apelos em favor da unidade em todos os encontros com os líderes arenistas. E tinha motivos para isso. A Arena paranaense está dividida a fundo entre dois poderosos caciques, os ex-governadores Jarbas Passarinho e Alacid Nunes.

O presidente também aconselhou uma estratégia para o combate às denúncias da oposição contra o AI-5 e o decreto-lei 477 ("Perguntem-lhes que mal o AI-5 já fez ao Pará") e, ao receber a juventude arenista no Palácio Lauro Sodrê, sugeriu uma campanha de mobilização das mulheres e dos jovens. Estes pediam seu apoio, junto ao ministro da Educação, para que pudessem realizar um congresso estudantil. Geisel prometeu estudar o assunto, mas lembrou-lhes que política só se deve fazer dentro dos partidos.

GEISEL em MINAS

JB 19-2

Belo Horizonte — O Presidente Ernesto Geisel, no pronunciamento feito durante o almoço que lhe foi oferecido ontem no Palácio da Liberdade, afirmou que nada poderá im-

pedir o Brasil, agora, "de alcançar a almejada meta de proporcionar ao nosso povo o bem-estar que ele merece".

Observou, no entanto, que essa tarefa "exige esforço, a participação e o empenho de todos os brasileiros, desde o político e o técnico até o trabalhador e o estudante".

O presidente Geisel afirmou, ontem, a 55 líderes sindicais, durante uma audiência no Palácio da Liberdade, que o governo respeita os direitos dos trabalhadores, através da Justiça do Trabalho e da Consolidação das Leis Trabalhistas, razão por que não pode admitir lutas de classe, "que é uma balela que os comunistas querem introduzir".

"Tenho fé no meu trabalho e no trabalho dos senhores. Não aceito esta balela que querem introduzir, de luta de classes. Somos uma classe única. Há bons e maus patrões, assim como há bons e maus empregados. Esse negócio de luta de classes é um jargão que veio da Europa. Para resolver divergências, temos uma Justiça do Trabalho. Não se deixem envolver pela cizania que os comunistas querem introduzir — acres-

centou.

Em seguida, lembrou a existência da Consolidação das Leis do Trabalho, que considerou "uma grande contribuição do ex-presidente Getúlio Vargas e que pode ser aprimorada" frisou a necessidade de se defenderem os direitos dos trabalhadores, por meio da Justiça, "que pode ser aprimorada, melhorando-se os juizes".

O discurso do presidente foi feito de improviso, depois que os líderes sindicais lhe informaram que estavam presentes no Palácio para hipotecar irrestrito apoio ao governo.

"Agradeço o apoio de vocês que, embora não acreditem, vale muito. O presidente pode parecer um senhor poderoso, uma pessoa que pode tudo, mas isto não é verdade. Ele carrega uma responsabilidade muito grande diante do esforço que Vossa Excelência realiza em prol do aperfeiçoamento democrático. São 110 milhões de habitantes que precisam de trabalho, de colheita das colmeias de armer, de educação, de assistência médico-odontológica. Tudo isso é responsabilidade do cidadão do presidente da República. A decisão é sempre do presidente da Republi-

ca. Mas ele nada pode realizar se não tiver gente consigo, se não tiver apoio. Um homem só não vale nada. A união faz a força" — disse o presidente.

Representando os 55 líderes sindicais, falou o sindicalista José Pieri Pereira, que agradeceu a oportunidade do encontro, frisando que o fazia "porque acreditamos em sua honestidade de propósitos".

"Aqui estamos para dizer que os trabalhadores estão firmes ao lado de Vossa Excelência."

"Como Vossa Excelência, acreditamos que o homem é a base da construção nacional. Neste momento passamos às mãos de Vossa Excelência dois documentos assinados por entidades sindicais de trabalhadores. O primeiro expressa a nossa posição diante do esforço que Vossa Excelência realiza em prol do aperfeiçoamento democrático. O segundo formula sérias sugestões para a melhoria dos conteúdos de armer, de educação, de assistência médico-odontológica entre o INPS e os sindicatos de trabalhadores" — declarou.

ARENA

BONIFACIO e as eleições

"O momento, realmente, — acentuou — não é de expansão nacional e, sim, de procurar atingir os municípios e estimular nossos correligionários à luta contra o MDB. Tudo aquilo que se fizer, acompanhando o Ulysses, está errado e distorcido. E é isto o que vou sugerir ao Francelino: temos que partir para o município, pois o debate nacional será em 1978. Em 1976 é tempo de falar com o cabo eleitoral, com o vereador, com o prefeito, com os candidatos e com o juiz de paz. Isto é o que, aliás, vou fazer em Minas".

Bonifácio voltou a negar a existência do grupo renovador da Arena dizendo que "trato os 204 deputados de minha bancada, com quem dialogo, sem fazer distinção. Os renovadores são criação de vocês da imprensa". E acrescentou, dentro do seu velho estilo, que "só aos comunistas e aos esquerdistas interessa a vitória do MDB".

O otimismo de Bonifácio, porém, não é compartilhado pelo deputado Siqueira Campos (Arena-GO), para quem, as condições eleitorais do partido são difíceis em todo o País.

SUBLEGENDA

ESP-18-2

Não seria lógico, para o Sr Francelino Pereira, ignorar as divergências que existem em seu Partido. Advertiu, no entanto, que "todos os caminhos levam ao município", observando que a sublegenda abrigará os grupos dissidentes que, ao fim de tudo, somarão os votos recebidos para a legenda oficial.

Ainda fazendo elogios à sublegenda, o Sr Francelino Pereira disse que ela permite a intensa participação de todas as correntes partidárias na eleição. Se cada um procurar servir à sua facção, todos terminam servindo ao Partido.

Visão, 23 de fevereiro

SODRÉ: SÓ NÃO QUEREMOS O SANGUE

VISÃO — Como político, e político filiado à Arena, quais são as suas maiores preocupações no momento?

Abreu Sodré — Preocupa-me o fato de que para vencer as próximas eleições a Arena vai ter que se redobrar em esforço insano. Nunca foi tão difícil alcançar uma vitória como agora.

Então, eu creio que a Arena necessita

convencer-se de que a luta é árdua e buscar a vitória nas ruas, não com palavras vazias de otimismo. É muito difícil ludibriar o povo. O povo sabe o que quer e sente na carne todas as dificuldades. Se se diz a ele que tudo vai bem, ele não acredita. É preciso dizer coisas assim: a situação vai mal, é uma fase por que se está passando, mas está na hora de a Revolução que salvou esta nação do caos pedir a este povo, parafraseando Churchill, lágrimas — no sentido de sacrifício — suor — no sentido de trabalho — e paciência. Só não queremos o sangue. É preciso, portanto, não mentir ao povo e pedir a ele, por meio do voto, a continuidade do processo revolucionário. Se começarmos a dizer que vamos ganhar, que o povo está conosco... não adiantará nada. O povo não está conosco. Ele pode vir a estar, mas não está.

RENOVADORES VÃO A GEISEL

ESP-1

Brasília — Os renovadores da Arena pretendem apresentar diretamente ao Presidente Ernesto Geisel um documento de síntese de suas diretrizes e do seu programa de luta dentro e fora do Partido, que será menos um manifesto contestatório do que uma oferta de colaboração com o Governo.

Admitem os renovadores que as recentes cassações de mandatos poderão se refletir no grupo, reduzindo-o numericamente, mas — como ainda ontem observava um dos seus integrantes, o Deputado Benedito Canelas (MT) — esse fato poderá determinar a sobrevivência de uma vanguarda política mais homogênea e mais firme na sustentação dos seus pontos-de-vista.

— Talvez seja mais positivo — dizia o parlamentar — sermos apenas 30 sem indecisões do que 70 com alguns problemas e dúvidas.

Os renovadores continuarão assim a existir dentro do Partido, alimentados pela presunção de exercerem o papel de um instrumento de comunicação entre o povo e a ortodoxia partidária, levando a essas teses reivindicatórias. Eles defendem postulados típicos de um Partido de Oposição: direito de greve, eleições diretas inclusive para Presidente da República e assim por diante.

JB114

Coluna do Castello

Brasília — Iniciando suas atividades como porta-voz oficial do Governo, condição que lhe atribuiu o Ministro da Justiça, a Arena, por sua Comissão Executiva Nacional, declarou que a vigência do Ato Institucional nº 5 é imprescindível à tranquilidade do povo brasileiro. Com isso, cancelou-se o programa partidário votado na convenção de setembro em meto à grande euforia da ala renovadora do Partido. Não foi, aliás, sem motivo, que os integrantes dessa ala que iniciaram, hoje no Rio de Janeiro uma pregação de cinco dias visando a divulgar os princípios doutrinários do Partido cancelaram as reuniões, ao que parece definitivamente.

renovadores querem ampliar bases

ESP-25-1

BRASÍLIA — Alimentados pelos fatos da última semana, indicativos de que a Revolução já promove uma abertura ou pelo menos se decidiu a um basta nos excessos da repressão, o chamado grupo "renovador" da Arena examina a hipótese de mais uma vez tentar influir no processo político propriamente dito. Seus líderes estão trocando idéias e supõem, dos primeiros contatos informais havidos desde quinta-feira, que as condições voltam a ser favoráveis. Para eles, não pode deixar de haver uma correspondência na atitude do partido oficial, capaz de demonstrar à opinião pública que também a Arena se propõe a caminhos mais amplos no rumo do diálogo e da busca de um modelo estável para nossas instituições.

Agora, inclusive, registra-se entre os "renovadores" o resurgimento de uma velha idéia: eles procurarão ampliar os limites de seu grupo, ouvindo e reunindo em torno de propostas mais ambiciosas os chamados liberais do partido. Assim, é provável que esta semana venham a procurar homens como Daniel Krieger, Luiz Viana Filho, Magalhães Pinto, Teotônio Vilela, José Sarney e outros, atualmente em seus Estados ou em férias. Seria a

oportunidade da preparação de bases amplas para, no correr deste ano, examinarem em maior profundidade a tese da reforma institucional e do aperfeiçoamento do regime mediante alterações na Constituição. Não avançariam, é óbvio, ao ponto de apresentarem um projeto definido, pois isso poderá ocorrer apenas com o sinal verde do governo. Mas o "anímus reformandi", se cristalizado de modo inequívoco, determinaria ao menos a quebra de marcos e da ação na cidade do partido. Homens como Francisco Pereira e José Bonifácio, mesmo que se colocassem à margem da iniciativa, não seriam como exalta ou impedido, se reforçada por nomes de maior expressão.

Ignora-se como os chamados liberais da Arena receberam os acenos dos "renovadores". Ao que parece, no entanto, muito bem, pois de uma forma ou de outra suas posturas têm sido parecidas. Esses e aqueles mantiveram-se calados nos momentos difíceis, mas cada qual à sua maneira, movimentaram-se quando as coisas pareciam melhorar. Para os "renovadores", diante de outra perspectiva positiva e favorável, nada melhor do que fortalecer suas forças, inclusive oferecendo a iniciativa e a liderança aos mais experientes.

bonifácio: não reconheço facções

JB26-1

Belo Horizonte — O líder do Governo na Câmara, Deputado José Bonifácio de Andrada, decidiu vetar a existência de quaisquer facções dentro da bancada da Arena e, por isso, não mais reconhece o Grupo Renovador, com o qual não terá diálogo e cujas reivindicações não atenderá, em nenhuma hipótese ou sob qualquer pretexto.

Visão, 26 de janeiro

Perigos do arbítrio

Apesar da manifestação oficial do partido governista, muitos parlamentares da Arena, principalmente aqueles integrantes do chamado "grupo renovador", mostram-se apreensivos e preocupados com o que lhes parece um grave retrocesso do processo de distensão política lenta e gradual em consequência do revigoramento dos critérios de puro arbítrio que inspiraram a punição dos opositoristas de São Paulo. O deputado federal Laria Lima, da Arena paulista, foi incisivo ao discordar da nota oficial de seu partido, qualificando as cassações de "profundamente lamentáveis e de consequências imprevisíveis".

MDB

decisão partiu da área de segurança

ESP-13-1

As esparsas informações que, com dificuldade, se recolhem nas mais variadas fontes de Brasília, São Paulo e Rio conduzem à conclusão de que se originou na área de segurança federal a decisão de impedir que o deputado Ulysses Guimarães falasse, na TV amazonense, sobre a cassação dos mandatos dos deputados Marcelo Gato e Nelson Fabiano.

Seguramente, não se tratou de um fato isolado. O ministro da Justiça, Armando Falcão, detentor do canal legítimo para que a comunicação fosse feita, transmitiu a resolução aos órgãos da Polícia Federal. O fato de as autoridades do setor em São Paulo tentarem negar essa determinação não invalida as informações de que as instruções assumem o caráter nacional, devendo a qualquer momento repetir-se o episódio em outras cidades do País.

A propósito, lembra-se que está em pleno vigor a circular reservada do ministro da Justiça aos governadores de Estados, advertindo-os para que não permitam quaisquer tipos de concentrações, comícios ou passeatas que possam comprometer a ordem pública. Observadores po-

líticos notam que esses limites são extremamente fúteis e, portanto, difíceis de definir com precisão.

Enquanto a Arena recebe a ingrata incumbência, por parte do presidente, de defender e explicar o uso político do Ato 5, a oposição não disfarça sua apreensão de que a campanha eleitoral deste ano se desenvolva em clima muito diferente dos livres debates que caracterizaram o pleito de 1974. Já se teme, por exemplo, a redução do tempo de que os partidos disporão na TV para fazer, gratuitamente, a propaganda de seus candidatos.

E, para a oposição, uma ameaça ainda mais ampla se configura: a de novas cassações. Por mais que os fatores responsáveis e de peso do regime tentem apaziguar as punições dos dois deputados paulistas como um fato ocasional e contido nos limites da própria situação que os produziu, revela-se que setores radicais do sistema ainda não se mostram satisfeitos. Para eles, o MDB está infiltrado de comunistas (cita-se até uma porcentagem: 20%) e insiste-se na tese de que essas depurações se tornam indispensáveis, falando-se até que virão novas cassações, não já, mas ainda este ano.

Desse modo, a proibição de que o presidente do MDB abordasse as cassações na TV pode ser encarada como uma adversência à oposição ou mesmo "um claro recado".

repressão ao MDB

na PARAÍBA

Em todas as cidades paraibanas por onde Ulysses Guimarães passou em sua viagem, o policiamento foi reforçado. Depois de entendimentos com os dirigentes emedebistas, o comandante da Polícia Militar do Estado definiu o que seria permitido: recepções, almoços, jantares, entrevistas à imprensa, cortejos, e debates. Ficaram proibidos comícios, passeatas transmissões por rádio e televisão dos discursos, propaganda eleitoral e pronunciamentos públicos.

Anticomunismo para encurralar MDB

O secretário-geral do clandestino Partido Comunista Brasileiro, Luís Carlos Prestes, em declarações às agências France Press e DPA, domingo em Paris, atribuiu a vitória do MDB nas eleições de 1974 ao apelo feito, em maio desse ano, pelo PCB no povo para que "usasse

ULISSES

VISÃO — O senhor voltou de uma controversa viagem pelo Norte e Nordeste. Apesar de todas as restrições que foram impostas a essa sua peregrinação política, o senhor voltou otimista?
 Ulysses Guimarães — Sim, a viagem foi muito importante para o MDB, serviu para aumentar nossa confiança. Havíamos programado apenas reuniões de lideranças, mas essas reuniões se transformaram em acontecimentos populares. Por isso, hoje estamos muito mais motivados, confiantes. Realmente, o que houve de mau foram as restrições que nos impediram, sobre as quais a imprensa já falou amplamente. Só para citar um caso concreto: o presidente da Arena, Francolino Pereira, havia estado umas três semanas antes em Campina Grande, na Paraíba, e desde sua chegada ao aeroporto os meios de divulgação tiveram toda liberdade para trabalhar. Conosco, foi o que se viu. Em Pernambuco, outro exemplo: enquanto fazíamos um comício sob patas de cavalo em Caruaru, o governador, responsável por toda aquela repressão, falava ao povo em Garanhuns, com a presença de emissoras de rádio. Houve, portanto, uma diferença muito grande de tratamento. Mas o mais importante disso tudo é que o acesso paritário ao rádio e à televisão foi uma conquista partidária, para a época das eleições, visando a combater o poder econômico. É lógico que não estamos ainda na fase de campanha eleitoral. Estamos, sim, fazendo política, pois, enfim, tudo é política. Mas, de qualquer forma, o que aconteceu significa um retrocesso na vida política do país.
VISÃO — O MDB chega a ser hoje realmente um partido político? Por exemplo, o MDB reúne desde socialistas até capitalistas; desde antigos pebedistas até antigos udenistas e petebistas; gente que é a favor da pri-

PERNAMBUCO

Desde a manhã de sábado, havia viaturas da Polícia Militar e da Polícia Rodoviária, um destacamento de cavalaria e cães policiais circulando ostensivamente pelas principais ruas de Caruaru, concentrando-se nas imediações da rua Preta, onde fica a sede do Circulo Operário. As três estações de rádio foram impedidas de divulgar os "jingles" anunciando a concentração do MDB. A direção do partido, tentou distribuir folhetos mas isso também foi proibido. E nem foi possível uma medida de última hora para garantir maior audiência para Ulysses: a polícia não deixou que fossem instalados alto-falantes em frente ao prédio.

o voto como uma arma contra a ditadura". Segundo ele, os comunistas puderam influir consideravelmente ao conseguir que o MDB apresentasse "um programa de reivindicações populares".

No Brasil, o pronunciamento provocou reações em diversos setores. Alta fonte governamental considerou a entrevista prejudicial para o MDB, mas outros porta-vozes di-

vidas que podem ser aplicadas, dentro da normalidade democrática. Tinhamos, antes, o estado de sítio, cuja tradição na história do Brasil registra queixas de que sempre foi um remédio amargo demais. Nunca brando demais. É tudo uma questão de inventariar os vários remédios e eleger o mais adequado a nossa realidade. É lógico que o MDB não quer um Estado inerte, um Estado incapaz de preservar a ordem.

VISÃO — Inclusive com anistia?
 Ulysses — Inclusive com anistia, o remédio tradicional para a pacificação.
VISÃO — O Estado moderno, deputado, está sujeito a grandes problemas de segurança interna; está sujeito a abalos que podem significar sua própria derrocada. Que medidas o MDB recomendaria para dotar o Governo — seja quem for o Governo — de elementos que lhe permitam preservar a segurança interna em momentos de crise?
 Ulysses — Este é, sem dúvida, um dos capítulos mais dramáticos da organização política moderna. O MDB, é claro, entende que com a democratização do país é preciso que o Estado tenha condições de se defender das agressões desagregadoras. Mas existe um verdadeiro arsenal de me-

PARANÁ

"Nos dias que precederam às concentrações realizadas pelo MDB no interior do Estado, muitos companheiros nossos foram presos e torturados. Entre eles estavam presidentes de diretórios municipais, como o vereador Geney Guimarães — este, após os maus tratos urinou sangue durante cinco dias — e Luis Gonzaga, que é advogado e continua preso".
 Informou o parlamentar que, "enquanto o presidente do MDB, Ulysses Guimarães, era vítima de incompreensões e até mesmo de pressões absurdas por parte de autoridades governamentais de alguns Estados do norte e nordeste, no Paraná o povo revidava prestigiando todas as concentrações realizadas pela oposição".

ziam que o fato era conhecido há muito. O senador Dinarte Mariz retomou sua pregação anticomunista, enquanto a Arena procurava minimizar ou ironizar a importância de Prestes.

O MDB reagiu irritado, declarando que seu programa está registrado no TSE desde 1966 e negando compromissos com o PC.

chegar para a reunião. Simon realmente encontrou o pequeno auditório da Assembleia Legislativa tomado por uma plateia inesperada de quase 300 pessoas. Discutiu-se muito, mas quando o presidente do setor jovem de Santa Maria, Sérgio Weigert, pediu a palavra, Simon observou-lhe que aquela era uma reunião do diretório e somente os seus membros poderiam falar. Metade dos jovens, então, abandonou o recinto.

MDB recua

O MDB ganhou que partiu na frente para a organização de grupos femininos e estudantis dentro de seus quadros, enfrentava problemas naquela mesma segunda-feira. Pouco após as 5 horas daquela tarde, o telefone tocou na sede do partido e acabou com a tranqüilidade do presidente do diretório estadual, deputado Pedro Simon. O interlocutor informava que um dos panfletos distribuídos na cidade, convocando o povo para uma sessão na terça-feira, em que seriam discutidas as cassações dos mandatos dos deputados paulistas Marcelo Gato e Nelson Fabiano, estava, naquele momento, sobre a mesa do general Oscar Luís da Silva, comandante do III Exército.
Amadurecimento — A convocação era obra, justamente, do setor jovem. Sem perda de tempo, Simon explicou que o partido apenas programara uma reunião ordinária do diretório, para discutir assuntos internos, entre os quais estariam as cassações. Mas não haveria sessão popular, nem protestos públicos. Simon, sem dúvida, tinha motivos para preocupações.
 Na reunião de terça-feira, Simon empregou toda sua habilidade para conter seus radicais — e para isso o presidente do diretório municipal, o ex-prefeito (cassado) Srenno Chase, foi ainda mais longe: classificou os panfletos como "sinal de falta de amadurecimento político" e afirmou que os órgãos responsáveis por eles "poderiam ser até desolvidos".
 Não foi preciso chegar a tanto. No dia seguinte, ao

PRESSÕES EM 3 ESTADOS

Deputados do MDB denunciaram ontem em Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife a existência de pressões e represálias dos governos estaduais sobre o MDB, representadas pela transferência sumária de funcionários que não concordam em se filiar à Arena, cancelamento de convites protocolares a dirigentes do partido e condicionamento de filiação ao partido oficial para nomeações. Em Recife, o deputado federal Jarbas Vasconcelos chegou a comentar: "Todos ficam conscientes de que temos uma campanha eleitoral das mais violentas, notadamente nos grandes centros urbanos, onde existe um forte predomínio da oposição".

Círculos militares ligados ao sistema de informação reagiram negativamente à nota em que o presidente do MDB, Ulysses Guimarães, respondeu às declarações do líder comunista Luís Carlos Prestes. Para esses círculos — conforme se ouviu ontem, em Brasília — a nota de Ulysses não contesta o que consideram a verdade essencial das declarações de Prestes: que o MDB teve a ajuda do Partido Comunista no pleito de 1974. Esses círculos entendem que o PC, malgrado outras táticas, passou a apoiar eleitoralmente o MDB e conseguit que a oposição legal adotasse as teses comunistas.

DEL BOSCO INSISTE NA CONCENTRAÇÃO

O deputado Del Bosco Amaral dirigiu telegrama ao presidente nacional do MDB, deputado Ulysses Guimarães, que se encontra em Manaus, encarecendo a necessidade de um pronunciamento favorável à sua proposta de realização de concentração do partido em Santos, "em favor da defesa dos mandatos parlamentares e da vitória do MDB nas urnas em 76". O deputado estadual pede ainda que Ulysses dirija aos congressistas do partido convocação naquele sentido, "devendo a data do ato público ser aprazada com a maior brevidade possível".
 Recorda-se que Del Bosco sugeriu a realização da concentração no dia 8, afirmando que "da perplexidade e lamentações cumpre passar à ação, à resposta apropriada em defesa dos mandatos outorgados pelo povo e que pelos atos excepcionais vêm sendo cassados nos últimos onze anos".

operários

ATRASO GERA REVOLTA

ESP-17-2-76

Aproximadamente 200 operários da Companhia Saad, revoltados com o atraso de pagamento de seus salários, deprederam, ontem à noite, duas portarias da fábrica localizada à rua Aquidaban, 331, em São Caetano do Sul. Três viaturas da Polícia Militar foram solicitadas para conter os trabalhadores, mas, ainda assim e mesmo após a promessa de que o pagamento sairia hoje, os operários continuaram revoltados.

Três operários surpreendidos por policiais quando debravam vidros, foram colocados numa viatura, mas outros trabalhadores cercaram o veículo policial e exigiram a libertação dos companheiros, o que acabou ocorrendo. Depois disso, o policiamento foi reforçado e a depredação parou, sem que ocorresse prisões ou violência entre a polícia e os trabalhadores.

Desde novembro, os pagamentos da Companhia Saad são realizados dia 15, à noite, e não mais no dia 10, como ocorria antes. Na sexta-feira passa-

da, foram colocados avisos em todas as seqües, informando que os salários seriam pagos dia 16. Mas, ontem, os operários foram surpreendidos por um novo aviso: "Por motivo de força maior, o pagamento será efetuado somente amanhã (17)". Apesar do aviso, os operários ficaram diante da fábrica à espera de um possível adiantamento.

Inconformados, os operários apanharam pedaços de mosaico que estavam amontoados sob o viaduto Independência, de frente à fábrica, e atiraram. Os vidros da portaria foram quebrados, mas não houve vítimas. O porteiro fechou a porta e chamou a Polícia.

Às 20 horas, um aspirante da Polícia Militar falou, por telefone, com um gerente da Companhia Saad, que garantiu que os salários serão pagos hoje. Segundo o aspirante da Polícia Militar, "o fato foi comunicado a todas as repartições policiais superiores, mas haverá apenas um boletim de ocorrência por danos materiais à empresa. Enquanto isso, os operários ainda reclamavam de que, há sete meses, os salários atrasam e "nem o sindicato toma providências".

Saad paga coagida

ESP-18-2-76

Os operários da Companhia Saad, de São Caetano do Sul, receberam ontem seus salários com sete dias de atraso (o pagamento deveria ter sido feito no dia 10), depois de permanecerem quatro horas na frente da fábrica, atentamente vigiados pela Polícia. Enquanto não foi iniciado o pagamento, vários veículos da Polícia Militar ficaram estacionados junto à portaria principal da indústria para evitar novas depredações.

A movimentação dos operários diante da fábrica teve início por volta das 14 horas de ontem. Divididos em grupos, cerca de 200 trabalhadores permaneceram de pé, à espera do salário, que começou a ser pago depois das 18 horas. Ai, todos os que se encontravam na rua se dirigiram às respectivas seqües de serviço. Durante a espera, o comportamento deles foi variado, mas todos se preocupavam em não agir de forma a levantar suspeitas. Um dos empregados estava acompanhado do proprietário da casa onde mora, o qual, não acreditando mais nas desculpas pelo atraso do aluguel, foi comprová-las pessoalmente no emprego do inquilino.

Sindicato

A fábrica da Companhia

Saad, situada à rua Aquidabá, 331, esteve sob vigilância policial desde segunda-feira à noite. Além dos PMs fardados, havia muitos policiais em trajes civis, disfarçados e colocados entre os trabalhadores. De outro lado, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul rejeitou as queixas de alguns operários da Saad, segundo os quais deixou de defender os trabalhadores. O presidente interino do sindicato, João Lins Pereira, disse que, se os atrasos continuarem nos próximos meses, poderá até ser deflagrada greve com base na lei 4.330, de 1.º de janeiro de 1964. Informou também que, na segunda-feira à tarde, houve reunião na Delegacia Regional do Trabalho para estudar o assunto, participando representantes do sindicato, da empresa e dos operários.

Segundo a ata dessa reunião, o delegado do Trabalho, Vinicius Ferraz Torres, declarou que a Companhia Saad já deu muito trabalho à Delegacia quando do pagamento da segunda parcela do 13.º salário, em dezembro último; se a situação não for regularizada nos próximos meses, ele terá que oficiar à Polícia Federal e ao Serviço Nacional de Informações, como é seu dever.

Greve capixaba dura três horas

ESP-28-1-76

Trezentos operários da Ciec, empresa que constrói um conjunto habitacional em Vila Velha, a 13 quilômetros de Vitória, paralisaram o trabalho por três horas, ontem, exigindo aumento salarial e concessão de mais horas extras. Ao retomarem o serviço, explicaram ao encarregado da obra que a partir daquele momento iniciariam uma operação tartaruga.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Construção Civil do Estado, Osval-

do Barros, compareceu ao local e criticou a atitude dos operários: "Acho justa a reivindicação, mas ela costuma ser mal interpretada quando paramos de trabalhar. Vocês agiram errado; deveriam levar as reclamações à direção da Ciec, o que vou fazer agora. Nós temos sempre de procurar o canal competente para discutir".

Em seguida, o presidente do Sindicato informou que, caso não conseguisse uma resposta favorável dos empregadores,

iria ao Ministério do Trabalho, mas não impressionou muito os operários, que mantiveram o propósito de prolongar a operação tartaruga até a concessão do aumento.

Os empregados da Ciec — Comércio Indústria e Engenharia Capixaba, de propriedade do presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo, engenheiro Jones dos Santos Neves Filho — pleiteiam aumento de 50 centavos por hora trabalhada e o direito de fazer duas horas extras por dia (além das 10 normais) em vez de uma.

A maioria dos operários alega que os pedidos vêm sendo feitos há muito tempo, mas não são levados em consideração pelos empregadores: "O que queremos não é muito, apenas uma parte para solucionar os problemas familiares. Já estamos cansados de chegar em casa e ouvir a mulher dizer que não tem arroz e feijão, nem pão para as crianças".

Segundo as informações dos trabalhadores, a empresa paga Cr\$ 4,50 por hora aos profissionais; Cr\$ 3,50 aos profissionais de segunda, e Cr\$ 2,20 aos braçais.

AMEAÇA DE GREVE EM SP

movimento 9-2-76

No dia 31 último, o delegado Regional do Trabalho em São Paulo, Vinicius Torres, desmentiu a notícia de que o ministro Arnaldo Prieto teria mandado à Capital o Secretário do Trabalho, Aluysio Simões de Campos, para examinar a situação de trabalhadores que estariam descontentes e esboçando um movimento grevista. Alegou que a presença do secretário no dia 30 devia-se à reunião que será realizada no próximo dia 10, juntamente com o ministro Arnaldo Prieto, para cuidar da nova política habitacional do Ministério do Trabalho e que, devido a uma nova orientação do Ministério, haverá reunião, na mesma data, dos delegados do Trabalho. Segun-

do o delegado, não há nenhum risco de greve ou paralisação de atividades em São Paulo e que tampouco se esboça qualquer movimento neste sentido. Embora possa parecer contraditório, acrescentou que o que houve foi a paralisação momentânea de algumas indústrias que atrasaram o pagamento do 13.º salário de seus empregados.

Há duas semanas o ministro Arnaldo Prieto, ao tomar conhecimento da ameaça de greve em São Paulo, disse que não via motivos para preocupações, pois o trabalhador brasileiro tem esse direito assegurado na Constituição. E que isto é uma "prova da liberalidade da legislação brasileira".

empresa burla operários

ESP-28-1-76

Quarenta e seis trabalhadores compareceram, na tarde de ontem, à Delegacia de Polícia de Taubaté, onde denunciaram os encarregados da firma Planobrás, que constrói viadutos sobre os trilhos da Refesa, de alijamento. Segundo eles, Luiz Geraldo Alves Moreira, mestre-de-obras da firma, foi ao Estado de Minas Gerais para trazer homens para trabalhar nas obras de Taubaté. Luiz Geraldo foi autorizado a fazer propostas quanto ao ambiente de trabalho, alimentos, estadia e pagamento.

Logo que constataram a realidade da proposta alijadora, os trabalhadores se queixaram diretamente no escritório da

companhia, mas o chefe não ouviu as reclamações e obrigou-os trabalhar, retendo os documentos. Foi então que os 46 operários se dirigiram à Delegacia de Taubaté.

ESP-29-1-76

A maioria dos 146 trabalhadores recrutados em Minas pela Planobrás, para trabalharem na construção de um viaduto sobre a linha da Central em Taubaté, resolveu aceitar as condições da empresa e prosseguir no trabalho, após a reunião realizada na Delegacia Seccional da Polícia. Dez operários preferiram retornar às suas cidades e a Planobrás foi advertida por tentar segurar os empregados mediante retenção de seus documentos.

Flagelados fogem de Salvador

Os lavradores chegados de Irecê para a Construtora Promov, de Salvador, escolhidos através de uma seleção feita pela Secretaria do Trabalho, se revelaram tristes com as instalações da casa onde estão — "pedimos esteiras, mas tivemos mesmos de dormir no cimento frio" — e decepcionados com a realidade ante as promessas.

— É tudo muito diferente

do que nos prometeram em Irecê como comida farta e alojamento com camas — comentaram.

Ononami Miguel da Costa, 33 anos, casado e pai de três filhos, é dono de um roçado em Central e era um dos mais desapontados com a situação. "Só estou aqui — disse — porque prendem as nossas carteiras de trabalho".

Operários morrem soterrados

Dois operários que trabalhavam ontem nas obras de construção do Centro Cultural do Brasil, da Academia Brasileira de Letras, na Avenida Antonio Carlos, morreram soterrados a uma profundidade de 18 metros, quando as paredes da base de uma das fundações se romperam devido à falta de ar comprimido. O acidente ocorreu pouco depois das 6h da manhã, mas só 12 horas depois os corpos foram resgatados.

Em meio à confusão que se formou, um dos operários, Edwaldo Santos de Jesus, bastante nervoso, começou a gritar contra os encarregados da construção. Disse que era um crime o que faziam, deixando dois homens trabalhando dentro de um túnel, a 18 metros de profundidade, sem as mínimas condições de segurança. Edwaldo disse que os engenheiros não dão máscaras de oxigênio e que não existe câmara de descompressão quando algum operário se acidenta.

Revelou que a maior parte dos homens que trabalham nos túneis "acaba sofrendo das faculdades mentais". Ele próprio, em uma ocasião, segundo contou, teve os tímpanos estourados devido à pressão e quando foi a um médico in-

dicado pela firma, este declarou que ele "nada tinha". Procurando mais tarde um médico particular — Dr Alvaro, de Caxias — foi aconselhado a se operar com urgência, pois "poderia ter ficado surdo e sofrendo das faculdades mentais". Edwaldo disse ainda que José Bonifácio, um dos mortos, há 15 dias foi reclamar na administração o recebimento de horas extras e foi impedido por guardas armados de aproximar-se do escritório.

O engenheiro responsável pela obra, Paulo Lessa Barros Bruner, apontou a causa do acidente como sendo a queda de pressão do ar comprimido na base, devido à localização de um bolsão no terreno. Ele negou que os operários trabalhassem sem condições de segurança.

Constr. Civil: crise de mão-de-obra?

Embora os anúncios nos jornais e as placas nos tapumes de obras o contrariem, o presidente do Sindicato da Construção Civil do Rio, engenheiro Haroldo Graça Couto, acredita que a oferta e a procura de mão-de-obra estão equilibradas, ainda que admita a existência de um clima "de expectativa para uma maior demanda".

No Sindicato dos empregados, entretanto, o presidente Arnaldo Rodrigues Coelho pensa diferente. Longe do equilíbrio, vê uma crescente falta de operários, respaldada na expansão das obras, nos últimos três anos, e da evasão de trabalhadores para outros Estados em busca de melhores salários. "O Rio, diz, "é a cidade que mais constrói e, também, a que paga menos".

Fim dos paraibanos

Figura característica da construção

civil, o paraíba, de modo geral, chega na cidade grande feito servente de obra. A imagem, criada ao longo dos anos e até há pouco mantida, transformou-se nos últimos dois anos. Mestre José Barbosa da Silva que, abaixo do engenheiro, comanda o início da construção do conjunto São Conrado Green, diz que "não faz muito, 90% dos serventes eram paraibanos".

Mal da alfabetização

No geral, todos acham que a construção civil mudou muito, sofreu muitas mudanças que desembocaram na atual escassez de mão-de-obra. Manoel Apolinário, servente, testemunha que quando começou a trabalhar, o sistema era outro. "O trabalho era muito mais duro e os direitos do trabalhador não eram atendidos". Provavelmente ainda não o são completamente, "mas hoje o operário sabe mais o que quer".

— Antigamente, os serventes chegavam sem saber nada do mundo e completamente analfabetos. Até hoje, existem mestres que só sabem escrever o nome

Denunciada cela

Operários da Construtora Alfredo Matias denunciaram ontem no 11.º DP, a existência nos canteiros do Portal do Morumbi, de uma nova cela, semelhante à encontrada nas obras do Centro Empresarial de São Paulo. Segundo as denúncias, nesse local também são delírios e espancados trabalhadores que chegam atrasados ou são punidos por bebedeiras, barulho e desinteligências. A cela não tem grades de ferro, mas a janela é fechada com ripas de madeira e a porta é trancada a cadeado. De acordo ainda com os operários, ela deixou de ser usada há uns dois meses.

Esse alojamento do Portal do Morumbi é dividido em 12 ruas, com 24 quartos abrigando oito funcionários cada um. A rua principal é conhecida como a da "Delegacia", onde existe a cela pintada de azul. Duas travessas acima está a "rua da Segurança", onde existem 14 quartos para os vigias da Guardian. Na rua da "Delegacia", segundo o pedreiro Jorge de Oliveira, ocorriam cenas chocantes, como espancamentos e sevícias. "De uns dois meses para cá nada mais ocorreu. As prisões e os espancamentos pararam, já que os empregados reclamaram muito, chegando inclusive a ameaças de denúncia à polícia".

Mas, se no Portal do Morumbi a violência parou, no Centro Empresarial os vigias da Guardian continuaram a espancar os trabalhadores, até que terça-feira o delegado assistente do 11.º DP, descobriu a cela. Ontem, vários operários procuraram a delegacia, mas apenas quatro foram interrogados: Antonio Oliveira de Almei-

da, carpinteiro; Waldemar José Cabral, servente; Adão dos Santos de Oliveira, que trabalha para uma empreiteira ligada à Alfredo Matias e que veio da Bahia com promessas de ótimo emprego e Washington Mendes da Silva, armador.

Todos reclamaram de espancamentos e prisões sucessivas. Eram mantidos na cela onde existe apenas uma janela gradeada, o chão é todo de concreto e num dos cantos existe uma bacia sanitária, sem ligação de água.

Nesse cubículo, Antonio Oliveira de Almeida passou a véspera e o dia de Natal, porque chegou tarde no serviço e acordou um companheiro de quarto. Terça-feira ele foi preso novamente e espancado juntamente com seu irmão de criação, que tentou auxiliá-lo. Logo depois dessa agressão, Washington Mendes da Silva começou a discutir com um dos guardas de segurança, Francisco Fernandes Ferreira sobre as detenções. De repente o vigia sacou seu revólver e ameaçou Washington dizendo que iria matá-lo.

O armador, após a discussão, foi à delegacia de Santo Amaro e relatou o caso ao delegado Milton Pereira dos Santos. Com essa denúncia, outros operários, que temiam perder o emprego, se encorajaram e também compareceram à delegacia para apontar as arbitrariedades.

Ontem, enquanto os funcionários prestavam depoimento na delegacia, os guardas particulares retiravam as grades de ferro da cela particular da construtora Alfredo Matias, substituindo-a por pedaços de madeira.

— e muito mal — embora leiam plantas com a maior facilidade.

— Agora, não. O operário já sabe dos seus direitos. Sabe quanto tem a receber do Fundo de Garantia, quando é demitido. Chega aqui sabendo ler e escrever e, além disso, vem para a cidade querendo outras coisas, fazendo novas exigências, pois no interior recebeu muitas informações sobre tudo.

Com as novas exigências dos trabalhadores, as empreiteiras passaram a ampliar a assistência oferecida. Não apenas elevaram o salário/hora, mas construíram alojamentos e cantinas mais confortáveis, forneceram camas com colchões de espuma, televisão a cores nos alojamentos, comida variada e barata e até camisetas e calções para equipes de futebol dos operários.

Solução em breve

Mas a crise talvez seja mais curta do que imaginam os empreiteiros e a Delegacia Regional do Trabalho. Dentro de 10 ou 15 dias deverão chegar ao Rio 4 mil nordestinos, afugentados pela seca de Pernambuco (Free e Ouricuri) e na Bahia. Para a metade deles os que, estima-se, poderão ser aproveitados no trabalho os empregos estão garantidos.

JB-25-1-76

JB-34-1-76

JB-25-1-76

ESP-16-1-76

opinião 30-1-76
Crescimento sindical

Livre de uma intervenção governamental em março de 1975, o Sindicato dos Metalúrgicos do Grande Rio conseguiu, em apenas um ano, reconquistar a confiança de seus associados, cujo número duplicou de 12 mil para 30 mil membros.

Representando uma categoria profissional formada por 188 mil trabalhadores espalhados por 4 800 empresas, a principal função do sindicato, segundo o secretário-geral, João Batista de Andrade, tem sido a de lutar por melhores salários e condições de trabalho. Nos dois aspectos, as empresas continuam criando problemas. A Imaço, em Caxias, com cerca de 500 operários, atrasou o pagamento em quatro meses, e alguns trabalhadores chegaram a passar fome. O problema foi resolvido com a interferência do sindicato, que também agiu contra a Aço Inoxidável, atrasada em dois meses, e agora luta contra a Kibras, fábrica de carrocerias de caminhões e ônibus, com cerca de 600 trabalhadores e já com um atraso de dois anos no pagamento dos salários.

A Fábrica Nacional de Motores não queria pagar a taxa de insalubridade, um adicional do salário, e o sindicato teve que agir, estimulado pela vitória contra a União Fabril Exportadora, que preferiu um acordo amigável e decidiu pagar um adicional de 15% sobre o mínimo regional.

O sindicato criou também um conselho de delegados de fábricas, em número de 100, para tomar ciência dos proble-

mas com rapidez e encaminhar soluções. E graças a essas providências, o número de associados cresce numa média de 500 por mês.

METALÚRGICOS: AVILTAMENTO SALARIAL movimento 9-2-76

● O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói, durante encontro com o Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, no último dia 29, encaminhou ao Ministro a denúncia de que está havendo "um aviltamento salarial" no setor de reparos navais, em consequência da demissão de 455 empregados dos estaleiros Mauá, no mês passado. Segundo o presidente do sindicato, apesar da Renave ter se comprometido a absorver a mão de obra dispensada, esta empresa não tem ainda prazo definido para o início dos seus trabalhos. Portanto, diz ele, os operários ficam dependendo da Cia. Costeira, única empresa do setor e que, segundo ele, não vem cumprindo a promessa feita anteriormente: "em vez de pagar entre 2.108 e 2.431 cruzeiros, como havia prometido e salário já inferior que se pagava no estaleiro Mauá, está pagando apenas 2.108 cruzeiros". José Moreira acena que isto repercutirá até mesmo na política de contratação da Renave, que poderá conseguir até mesmo técnicos altamente qualificados por salários bem inferiores aos atuais. Solicitou ao Ministro uma providência "no sentido de garantir trabalho e o mesmo nível salarial que estes operários recebiam antes de serem demitidos, de acordo com a meta do governo Geisel que é a valorização do homem."

36% PARA TRABALHADORES

DO TRIGO movimento 9-2-76

● O Tribunal Regional do Trabalho

do Estado do Rio de Janeiro concedeu um aumento de 36% aos trabalhadores nas indústrias de trigo, milho, mandioca e massas alimentícias, ao julgar o processo de dissídio coletivo suscitado pelo sindicato da classe. Uma cláusula assegurou às gestantes, a garantia de emprego até 60 dias após a volta ao trabalho, esta significou uma grande vitória dos trabalhadores, pois é uma das principais reivindicações dos principais dirigentes sindicais no país.

Metalúrgicos pedem 63% em S. Paulo

ESP-19-2-76

São Paulo — Um aumento salarial de 63% — 46% de reajuste e 17% a título de reposição da perda do poder aquisitivo ocorrida a partir de 1965 — é o que reivindicam 35 sindicatos de metalúrgicos do interior, em nome de 400 mil trabalhadores.

A reivindicação será encaminhada à apreciação dos empregadores no dia 3, realizando-se em seguida a mesa-redonda na Delegacia Regional do Trabalho para formalização do processo de dissídio coletivo. O aumento de 63% é solicitado com base em informações fornecidas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE).

ENTENDIMENTO

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema — que

reúne os trabalhadores da indústria automobilística — não participará do mesmo entendimento direto com as empresas da região. De acordo com sua diretoria, a negociação salarial direta com indústria economicamente mais forte "torna-se mais viável, pois os empresários não poderão invocar a questão de incapacidade econômica para negar o reajuste".

AS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES DA GEON DO BRASIL movimento 9-2-76

● O Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, julga esta semana, o processo de dissídio coletivo de trabalho dos empregados da empresa S/A Geon do Brasil. Os trabalhadores apresentam um conjunto de reivindicações além do reajuste normal: além de quererem 5% a mais do que os 36% decididos oficialmente, eles pleiteiam o seguinte:

- a) estabilidade às empregadas gestantes, até 60 dias após o licenciamento compulsório, na forma da lei para se manter conquista categoria.
- b) Manutenção de uma cláusula os direitos dos empregados substitutos aprovados pelo dissídio anterior e que são: a - o trabalhador admitido para substituir o dispensado sem justa causa, terá de receber de seu empregador, um salário igual ao do dispensado, b - no caso de admissão de novo empregado, este deverá receber no mínimo, o menor salário pago ao exercente da mesma função na empresa.
- c) abono de faltas para empregados-estudantes nos dias de provas, desde que comprovadas pelo estabelecimento escolar.

Paulista teve menos emprego no ano passado

JB-26-2-76

O mercado de trabalho na indústria de transformação do Estado de São Paulo diminuiu no ano passado, segundo dados divulgados pelo IBGE. O número de empregados nesse ramo do Estado caiu de 652 mil, em novembro de 1974, para 642 mil no mesmo mês do ano passado, o que representa um percentual de queda de 1,5% no período.

No Município do Rio de Janeiro (ex-Estado da Guanabara), entretanto, o mercado de trabalho na indústria de transformação se manteve em expansão no ano passado. Haviam, nesse setor, 99 mil trabalhadores empregados em novembro do ano passado contra 93 mil no mesmo mês de 1974, o que representa um acréscimo de 5%.

MENOS EMPREGOS

No Estado de São Paulo, a indústria de transformação atingiu o seu nível máximo de absorção de trabalhadores em agosto do ano re-

trasado, quando empregava 658 mil. Nos meses de março até novembro de 1975, o número de empregados nesse setor da economia sempre se manteve em nível inferior em relação aos respectivos meses de 1974. O IBGE ainda não divulgou estatísticas do mês de dezembro passado.

A tendência absoluta de queda no nível de empregos em São Paulo se manteve até fevereiro de 1975 (com 636 mil empregados). A partir de então a tendência geral foi de expansão do mercado, apesar da indústria de transformação paulista não ter voltado a oferecer a mesma quantidade de empregos que oferecia desde maio de 1974.

O salário médio oferecido pela indústria de transformação de São Paulo era de Cr\$ 2 mil e 472 em novembro do ano passado, contra Cr\$ 1 mil e 731 no mesmo mês de 1974, o que representa um acréscimo do salário nominal médio da ordem de 43% durante esse período.

NO RIO

O comportamento da oferta de empregos na indústria de transformação do Município do Rio de Janeiro foi inteiramente diverso ao verificado em São Paulo desde o início do ano retrasado. No Rio, o mercado de trabalho se manteve em expansão praticamente nos últimos dois anos. Em janeiro de 1974 a indústria de transformação na antiga Guanabara empregava 95 mil trabalhadores e em novembro passado, 104 mil. O salário médio do setor no município é, no entanto, bem inferior ao de São Paulo: Cr\$ 1 mil 411 em novembro de 1974 e Cr\$ 2 mil 39 no mesmo mês do ano passado. Os salários nominais médios na antiga Guanabara cresceram, entretanto, mais do que em São Paulo: 45% durante esse período. Em novembro passado, os salários oferecidos pela indústria de transformação da cidade do Rio de Janeiro eram inferiores, na média, em 18% em relação a São Paulo.

SEM DIREITO

Será a primeira vez que o grande medo das operárias. Algumas firmas chegaram a cometer irregularidades graves como a de não depositar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, são raras. Contudo, as moças estão convencidas de que podem ser demitidas "sem direito" e o que mais temem é serem obrigadas a "assinar papel". Machado revela ainda que, às vésperas de ser despedida, a funcionária muitas vezes é chamada ao Departamento de Pessoal, onde é "convidada" a assinar um acordo de "aviso prévio" de 60 horas. Ora, o aviso prévio, por determinação legal prevê 240 horas de trabalho — equivalente a um mês. Através do acordo leonino, a firma ganha 180 horas do operário que está perdendo o emprego. "Isso ocorre normalmente", avisa Machado.

No caso de uma operária — mais esclarecida — forçar o cumprimento integral das obrigações relativas ao aviso prévio, os empregadores a obrigam a receber na Justiça do Trabalho. Pela lentidão dos sistemas processuais vigentes, a candidata a ver seus direitos serem cumpridos, deve esperar durante meses. Isso, sem contar os frequentes casos do desvio do requerente a advogados pagos, e sem falar nas idas e vindas, no desgaste, e talvez no retardamento em encontrar outro emprego. Para evitar tais aborrecimentos, a trabalhadora acaba simplesmente se demitindo. O sindicato tem inúmeros exemplos. Os pedidos de demissão chegam em massa.

DIEESE
INFORME ESTATÍSTICO — Janeiro/76

quadro V - ração essencial e salário mínimo

PRODUTOS	QUANTIDADE	DEZEMBRO/74			DEZEMBRO/75		
		PREÇO MÉDIO D\$	QUANTIDADE X PREÇO	TEMPO DE TRABALHO	PREÇO MÉDIO D\$	QUANTIDADE X PREÇO	TEMPO DE TRABALHO
CARNE	6,000 Kg	17,37	104,22	60 h 15 min	19,90	119,40	53 h 47 min
LEITE	7,500 L	1,70	12,75	07 h 22 min	2,00	15,00	06 h 45 min
FEIJÃO	4,500 Kg	4,45	20,03	11 h 35 min	5,65	25,43	11 h 27 min
ARROZ	3,000 Kg	4,88	14,64	08 h 28 min	5,42	16,26	07 h 19 min
FARINHA TRIGO	1,500 Kg	2,35	3,53	02 h 02 min	2,45	3,68	01 h 39 min
BATATA	6,000 Kg	1,95	11,76	06 h 48 min	2,46	14,76	06 h 39 min
TOMATE	9,000 Kg	3,21	28,89	16 h 42 min	2,94	26,46	11 h 55 min
PÃO	6,000 Kg	4,00	24,00	13 h 52 min	5,00	30,00	13 h 31 min
CAFÉ	0,600 Kg	13,20	7,92	04 h 35 min	22,00	13,20	05 h 57 min
CAVANA	7,5 Dz	2,33	17,48	10 h 06 min	5,82	43,65	19 h 40 min
AÇUCAR	3,000 Kg	1,55	4,65	02 h 41 min	2,25	6,75	03 h 02 min
SOVA	0,750 Kg	10,64	7,98	04 h 37 min	10,25	7,69	03 h 28 min
MANTEIGA	0,750 Kg	20,60	15,45	08 h 56 min	27,00	20,25	09 h 07 min
TOTAL			273,30	157 h 59 min		342,53	154 h 18 min

Fonte: Produtos e Quantidades: Ração Tipo - Decreto Lei 399 de 30/4/38
PREÇOS: DIEESE

EVOLUÇÃO DO CUSTO DE VIDA - Mais uma vez o índice de custo de vida sofreu a influência do comportamento decrescente dos preços de arroz e feijão. A alta dos preços em dezembro foi de 0,66 para o índice geral, enquanto que por estratos o inferior apresentou uma elevação de 0,41%, o médio de 0,57% e o superior de 1,00%.

COMPORTAMENTO NO ANO - Em 1975, a elevação do custo de vida da família assalariada, medida pelo índice geral foi de 28,46%. Por estratos, o inferior apresentou a menor elevação (26,94%) e o superior a maior (30,04), ficando o estrato médio com uma elevação de 27,83%.

MAIORES AUMENTOS DO ANO - Os maiores aumentos do ano ocorreram nos seguintes itens:

- Habitação, 36,68%
- Transporte, 35,28%
- Saúde, 34,93%
- Educação e Cultura, 33,22%

Os seguintes sub-itens apresentaram as maiores elevações: dentro de "Alimentação", Frutas, com 64,89%; Artigos de Sobremesa, com 50,52%; Fefeições Avulsas, com 42,83% e Ovos e Enlatados, com 36,82%; dentro de "Equipamento Doméstico", ressaltam-se Utensílios Domésticos, com 39,61% e dentro de "Saúde", Assistência à Saúde, com 36,05%.

COMPORTAMENTO DO MES - Em dezembro, a maior alta havida foi em Higiene Pessoal, com 3,04% e em Habitação, com 2,02. O item Limpeza Doméstica quatro sub-itens de "Alimentação" e um sub-ítem de "Saúde" apresentaram redução de preços.

SALÁRIO MÍNIMO - Medido em termos reais, o salário mínimo apresentou-se invariável no último trimestre. Já o custo da ração essencial apresentou elevação no último mes, embora em termos de horas trabalhadas esteja em um nível um pouco inferior ao de dezembro de 1974.

REAJUSTES SALARIAIS - Em Janeiro, aproximadamente 150.000 trabalhadores terão seus salários reajustados, no Estado de São Paulo.

quadro VI - salário mínimo: custo e tempo de trabalho para aquisição da ração essencial mínima.

PERÍODO	CUSTO DA RAÇÃO		TEMPO DE TRABALHO		CUSTO DA RAÇÃO SALÁRIO MÍNIMO
	D\$	ÍNDICE	HORAS NECESSÁRIAS	ÍNDICE	
DEZ/70	80,59	100	103 h 19 min	100	63
DEZ/71	105,79	133	113 h 25 min	110	67
DEZ/72	147,92	184	132 h 05 min	128	55
DEZ/73	206,32	256	158 h 42 min	154	66
DEZ/74	273,30	339	157 h 59 min	153	66
1973					
Dezembro	206,32	256	158 h 42 min	154	66
1974					
Janeiro	199,45	247	153 h 25 min	148	61
Fevereiro	210,38	261	161 h 50 min	157	67
Março	229,98	285	176 h 54 min	171	74
Abril	245,54	305	188 h 53 min	183	79
Mai	248,68	309	158 h 24 min	153	66
Junho	241,80	300	154 h 01 min	149	61
Julho	244,05	303	155 h 27 min	150	65
Agosto	249,41	309	158 h 52 min	154	66
Setembro	252,60	313	160 h 54 min	155	67
Outubro	259,11	322	165 h 02 min	160	69
Novembro	268,14	333	170 h 47 min	165	71
Dezembro	273,30	339	157 h 59 min	153	66
1975					
Janeiro	279,73	347	161 h 41 min	157	67
Fevereiro	276,92	343	160 h 01 min	155	67
Março	269,53	334	155 h 48 min	151	65
Abril	269,24	339	167 h 11 min	162	70
Mai	253,43	352	127 h 40 min	124	53
Junho	231,92	352	127 h 54 min	124	53
Julho	297,68	369	134 h 05 min	130	56
Agosto	319,22	396	143 h 48 min	139	61
Setembro	323,10	432	156 h 43 min	152	65
Outubro	345,17	428	155 h 29 min	150	65
Novembro	335,52	416	151 h 08 min	146	63
Dezembro	342,53	425	154 h 18 min	149	64

Fonte: Produtos e Quantidades - Ração Tipo - Decreto Lei nº 399 de 30/4/38
Preços: DIEESE

MULTIDÃO DESTROI ESTACÃO

70-29-1

São Paulo — A paralisação de uma composição da Rede Ferroviária Federal, seguida de um acidente com 50 pingentes — três feridos graves e 25 com ferimentos generalizados — provocou ontem de manhã um tumulto que terminou com incêndio e a destruição total da Estação de Engenheiro Trindade, no Bairro da Penha, e a depredação de vários vagões.

Com o atraso dos trens na hora de maior movimento, houve princípio de tumulto também na Estação Roosevelt, controlado pela polícia rapidamente. O Secretário de Segurança, Cel Antônio Erasmo Dias, e o Comandante da PM, Cel Francisco Torres de Melo, compareceram ao local.

Começou com o trem UP-209, que parou pouco depois de deixar a plataforma de Engenheiro Trindade. Os passageiros desceram e retornaram para esperar outra composição. Então chegou a UP-211, mas lotada, o que levou os passageiros do primeiro trem a se pendurarem nas portas e janelas do segundo, sem notar que a distância

entre o paredão da estação e o trem é de meio metro.

Com a partida do trem, cerca de 50 pingentes foram prensados e caíram. Os passageiros, revoltados, começaram a depredar a estação e o UP-209, que estava parado. Antes da chegada da polícia foi atecado fogo à estação que, apesar das tentativas dos bombeiros em dominar as chamas, acabou inteiramente destruída.

MORADORES APEDREJAM CONJUNTO

ESP 44-1

Um grupo de 50 moradores do Conjunto Habitacional do bairro de Brasilândia, em São Gonçalo, apedrejou, ontem, o posto da Cedae — Companhia Estadual de Águas —, próximo ao 7.º Batalhão da Polícia Militar. Revoltado com a falta de providências para o problema da falta de água, insolúvel há seis meses, o grupo, formado principalmente por mulheres, procurou o chefe de manobras do posto, Jurandir Montezano. Como ele não estava no local,

os funcionários explicaram que nada poderia ser feito sem a sua autorização.

Os moradores do conjunto quebraram, então, várias vidraças do posto e danificaram portas e móveis com paus e pedras. Temendo uma eventual invasão do prédio — que parecia iminente —, o chefe de plantão, Fernando Freire, fechou as portas e pediu a intervenção de uma tropa de choque da Polícia Militar.

MINOR DENUNCIA VIOLÊNCIA NO SUL

ESP 3-2

Espancado e torturado durante seis dias, nas delegacias de Furto de Veículos e Furtos e Roubos, em Porto Alegre, para confessar crimes que não cometeu, o menor A.C.E.R., de 16 anos, deverá ser ouvido hoje pela Superintendência dos Serviços Policiais sobre suas denúncias contra vários policiais gaúchos e os métodos por eles utilizados para obter confissões.

Em seu relato, o menor conta que, uma noite, foi levado para o salão de baile (sala de tortura) e logo pendurado no pau-de-arara. "Começaram a bater em minhas costas com um porrete, para que eu confessasse três assaltos. O inspetor Apolo só mandava bater mais e o inspetor Brasil era o que mais gostava de espancar". Como A.C.E.R. não tinha nada a confessar, enfiaram sua cabeça em um tambor de leite de 50 litros. "Um policial deu diversas batidas no tambor com um caibro e eu fiquei surdo. Parecia que minha cabeça ia estourar".

O menor descreve ainda outros aparelhos de tortura, como a palmatória de madeira, utilizada em todas as partes do corpo, ou a corda molhada, que também serve a espancamentos. "Tem também o afogamento, quando ainda se está pendurado no pau-de-arara. Eles enfiam uma mangueira na boca e ligam a torneira. A gente quase morre afogado. Antes de ligar a água, ainda dão um soco no nariz para prejudicar a respiração". Além disso, o menor assistiu a várias torturas, durante o tempo em que esteve detido, "inclusive a de uma mulher grávida de seis

meses, que mora em Alvorada, e até uns guris de 12 e 13 anos".

No dia 25 de janeiro, quando estava dormindo na casa de seu primo Alair Rodrigues da Silva, na Vila Americana, A.C.E.R. foi tirado da cama por cinco policiais, que arrombaram a porta da frente e uma janela e o arrastaram até uma camioneta preta e branca, com xadrez. Eram cinco horas da manhã. Vários vizinhos acordaram — hoje eles são testemunhas — e puderam assistir ali mesmo, em frente à casa da rua Fernando Riet, 437, o início do espancamento, que se prolongaria até o dia 31, quando o menor foi finalmente liberado.

Ele explica que as primeiras denúncias de seu pai, Alfredo Gomes, sargento reformado da P.M., não tiveram resultado porque o comissário do Juzado de Menores foi enganado pela polícia. "No dia 30, um policial me avisou que um homem viria até o xadrez e faria uma chamada. Quando o tal homem citasse meu nome, eu deveria ficar quieto e não responder, caso contrário seria assassinado. Por isso fiquei calado quando o comissário Valério, do Juzado de Menores, esteve no xadrez e fez a chamada. Tinha medo de morrer. Depois disso, tranquei-me por mais de duas horas numa viatura, estacionada em frente ao prédio da Secretaria de Segurança Pública. Só mais tarde descobri que o comissário tinha feito nova chamada durante a minha ausência".

Em suas denúncias, o menor acusa o delegado Egon Steyer, adjunto da Delegacia de Furtos de Veículos, os inspetores Benê, Vilson e Luiz,

OPERÁRIOS DETIDOS POR RECLAMAREM DOS ATRASOS DOS TRENS

ESP-FEV. 16

Operários foram detidos ontem na estação de Guaianazes, subúrbio da Rede Ferroviária Federal (ex-Central do Brasil), porque se aglomeraram para reclamar dos atrasos dos trens que levam ao centro de São Paulo. A composição das 6 e 33 só chegou meia hora depois, quando os trabalhadores já tinham sido retirados da plataforma e levados por duas viaturas da PM. Após prestarem depoimento no DOPS, foram liberados.

No momento em que as reclamações começaram, a estação estava com muitos passageiros. Um deles, depois de esperar algum tempo o trem das 6 e 33, quis seu dinheiro de volta — e não foi atendido. Começou a falar alto e mais sete trabalhadores se juntaram às suas reclamações, bloqueando a porta da bilheteria. Imediatamente, o agente de segurança comunicou-se com a estação Roosevelt, e pediu reforço policial.

"O primeiro homem que reclamou andava de um lado para o outro, falando que a lei agora é colocar fogo, porque do jeito que está não dá mais para aguentar", contava à tarde o bilheteiro Eusébio Navarro. ele explicou que o agente chamou a polícia porque a situação estava esquentando: "Podia começar uma depredação, como nos outros lugares, de uma hora pa-

ra outra".

Foi Eusébio Navarro que descreveu a detenção: os homens estavam na porta da bilheteria e, de repente, foram separados dos outros passageiros. Tiveram de mostrar os documentos e foram revistados. Depois, seguiram em duas viaturas, enquanto três guardas permaneciam na estação para controlar o ambiente.

Os policiais que estavam nas

duas primeiras viaturas ainda retornaram, "para reconhecer mais uma pessoa", mas não levaram ninguém preso. Para Eusébio Navarro, os detidos eram apenas trabalhadores irritados com os atrasos. Foi a primeira vez que ouviu falar em "agitadores" e perguntava: "Agitador é o que argumenta, e o povo vai atrás dele, não é?"

MEMBRO DO ESQUADRÃO CONDENADO A 275 ANOS É AGRACIADO

11-2

Rio de Janeiro — Por três votos contra um, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo anulou a condenação de 275 anos de reclusão do ex-delegado policial Oswaldo Simões Sales, indicado como uma das figuras mais importantes do Esquadrão da morte local.

Este é o terceiro elemento do Esquadrão da morte que tem sua sentença anulada, pois com idêntica medida foram agraciados os policiais Nemir Costa — condenado a 253 anos de reclusão — e Genésio Cunha, condenado a 26 anos.

Em outros casos, como o do delegado da Polícia Militar de São Paulo, Sérgio Fleury, não houve sequer oportunidade de submetê-lo a julgamento. Alegando ameaças de morte, que não puderam ser confirmadas oficialmente, as testemunhas de acusação não se apresentaram na segunda instância do processo.

CONDIÇÕES DE VIDA DAS MASSAS A DESNUTRIÇÃO NO NORDESTE

SAB. MEC. 9-2

(*) sobre a situação das populações rurais do Nordeste (1) "Se persistir este estado de coisas — afirmava o professor Chaves — teremos, em futuro próximo, um grande número de homens incapazes de participar dos programas de desenvolvimento." Essa conclusão baseava-se nos testes para medir o quociente de inteligência de filhos de camponeses na Zona da Mata de Pernambuco.

"Como o adulto de hoje é, em grande parte, o que foi a criança, teremos um grande número de indivíduos inferiorizados, física e intelectualmente. Serão legiões de verdadeiros mutilados cerebrais, que terão reduzida a capacidade de aprendizagem e educação e que levarão nitida desvantagem num mundo competitivo como o atual", sentenciava o professor Alvaro Vieira de Melo, da equipe do Instituto de Nutrição da UFP, após uma longa pesquisa entre agricultores precocemente envelhecidos, com esposas que sequer se lembravam do sobrenome, pais de filhos que aos três anos nada falavam e não

sabiam engatinhar.

Eis alguns resultados da pesquisa da Universidade de Pernambuco, feita em 1973: em Gameleira, a 70 quilômetros do polo econômico e cultural do Nordeste — Recife —, registrou-se um Q.I. 78 (coeficiente de inteligência), nível que a Escola de Ternan acusa como sendo inteligência embotada. Em outros dois municípios — Ribeirão e Agua Preta — o Q.I. foi de 72,4 e 73,3, respectivamente. Ambos no limite da debilidade e bem próximos da imbecilidade.

Numa região que gerou riquezas graças à monocultura da cana-de-açúcar, observou-se que apenas 6% das mães camponesas tinham Q.I. superior a 99. E 77% eram inferiores ao Q.I. 75. A desnutrição na zona da mata de Pernambuco era uma doença de família, sua incidência atingia 70% da população dos quais 20% de segundo e terceiros graus. O que os mantinha de pé, em geral, era o hidrato de carbono da mandioca, a glicose da rapadura ou do pedaço de cana chapado e as calorias da aguardente. Um triste carápio.

POLUIÇÃO TOTAL

No 2 de junho, um domingo, parte da população de Santo André abandona suas casas no meio da noite, sai as ruas desesperada, uma "nuvem negra" ameaça asfixiá-la. A alta concentração de poluentes, principalmente dióxido de enxofre, ao nível do nariz, é mais eloquente que o debate a nível técnico. O presidente da Cetesb, Renato Della Togna, o secretário de Obras (e Meio Ambiente), Francisco Fernando de Barros, são obrigados a confirmar que a contaminação da atmosfera da Grande São Paulo é grave; admitem que para enfrentar situações críticas será necessário recorrer à restrição da circulação de veículos e à desativação de indústrias poluidoras. Das 33 mil indústrias de São Paulo, apenas 500 possuem equipamentos antipoluição. A 30 de março, outro navio substituiu o Enskeri nas manchetes: o Tarrik Ibn Ziyad, de bandeira iraquiana, lançou 75 mil barris de óleo bruto na baía de Guanabara, provocando a maior poluição por óleo já registrada em águas brasileiras. O navio foi multado em 480 mil cruzeiros e recorreu.

A 15 de abril o Brasil fica sabendo que a Enseada dos Tainheiros, em Itapagipe, baía de Todos os Santos, está altamente contaminada por mercúrio. A Companhia Química do Recôncavo é apontada como poluidora e, feita a análise das águas, Carlos Celso do Amaral e Silva, consultor da SEMA pa-

ra controle de poluição, comparece a contaminação de Tainheiros com o mais famoso desastre ambiental, o da Baía de Minamata, no Japão. A pesca na região é proibida, mas não há fiscalização. Tainheiros leva a Secretaria Especial do Meio Ambiente a fixar os padrões para a emissão de mercúrio nas águas.

Setembro, a espuma de detritantes que não se degradam no meio ambiente aparece no rio Tietê, em Santana do Parnaíba; depois em vários trechos desse rio e também no rio Cubatão. A espuma invade cidades, alcança a avenida Marginal. É mais um indicio de poluição crítica das águas que não surpreenderia um europeu ou um norte-americano. Aqui, ela chega a preocupar outros países. O Ministério de Recursos Naturais e do Meio Ambiente Humano, da Argentina, solicita que a Chancelaria "tome medidas para apurar se o rio Paraná não está sendo contaminado, em território argentino, por detritos industriais procedentes do Brasil. A consulta é formal e o Brasil se apressa em garantir que a poluição industrial de São Paulo não chega a prejudicar a qualidade das águas do rio Paraná. A espuma dá origem a um projeto de lei (Cunha Eueno, Arena-SP), que proíbe a fabricação de detergentes poluidores e concede às indústrias do setor prazo improrrogável de um ano para que se adaptem às novas exigências. Segundo Cunha Bue-

MASSAS CRESCER MORTALIDADE INFANTIL

ESP 46-1

A taxa de mortalidade infantil vem aumentando progressivamente nos municípios do ABC. As

últimas estatísticas disponíveis, de 1972, revelam que 101 crianças em cada grupo de mil morreram antes de completar um ano de vida (em 1960, o coeficiente era de 69 em mil), demonstrando que o ABC continua apresentando baixo grau de desenvolvimento sócio-cultural, a despeito dos orçamentos recordes repetidos ano a ano, que o colocam entre as regiões mais ricas do País. Os níveis de mortalidade infantil no ABC superam os da Capital, que naquele ano registrou 91 óbitos em mil nascimentos, embora, atualmente, o coeficiente já tenha se elevado para 95 em mil.

Região com 1,3 milhão de habitantes, os sete municípios que a compõem estimam atingir, este ano, uma arrecadação de quase dois bilhões de cruzeiros, conforme as previsões orçamentárias feitas pelas Prefeituras. As receitas provêm, na sua maior parte, dos impostos pagos pelas mais de 2.500 indústrias instaladas na região.

De acordo com os dados da Secretaria estadual de Planejamento, a mortalidade infantil, no ano de 1972, teve grande variação dentro da própria região do ABC.

Ribeirão Pires, pacata cidade com 37 mil habitantes e ainda livre de problemas como favelamento e poluição — que são bastante graves nos outros municípios — registrou 57 óbitos de menores de um ano em cada grupo de mil nascidos vivos. São Caetano, igualmente, apresentou índice considerado "moderado", de 65 mortes em mil nascimentos, explicável por dois fatores: a quase totalidade da população é servida por redes de água e esgoto, e o município não tem favelas e não sofre migrações intensas, ao contrário do que ocorre nos restantes.

No outro extremo, situam-se os municípios de Mauá, Rio

Grande da Serra e Diadema, onde a mortalidade infantil, em 1972, foi respectivamente de 155,7, 156,8 e 163,1 em cada mil nascimentos, coeficiente considerado "fortíssimo", pois em termos técnicos, mundialmente aceitos, os níveis ideais devem se manter abaixo de 50 mortes por mil nascimentos.

Os dois maiores municípios do ABC, Santo André e São Bernardo, registraram respectivamente 80,5 e 95,9 óbitos para cada mil crianças nascidas vivas. O coeficiente de Santo André, embora não represente aumento exagerado, demonstra por outro lado que não houve regressão da mortalidade infantil no município entre 1960 e 72, período em que os índices variaram entre o mínimo de 71,56 mortes em mil nascimentos (registrado em 1964) e o máximo de 89,87 (em 1966).

Em São Bernardo, um levantamento preliminar realizado pelas autoridades sanitárias mostrou que a mortalidade infantil continuou subindo a partir de 1972, passando do índice de 95,8, registrado naquele ano, para 120 em cada mil nascidos vivos, no primeiro semestre de 1975.

Para os médicos da região, não só o meio ambiente de precárias condições de saneamento básico e diminuição do poder aquisitivo da população vem contribuindo para a crescente redução da probabilidade de vida da criança, no primeiro ano.

Quanto aos dramáticos problemas específicos da capital de São Paulo, o professor Miguel Colaresinho registra que, em 1976, serão os seguintes os contingentes da população habitando, se não vegetando, em condições deploráveis e até marginais:

Locais	Habitantes
Favelas	192.000
Cortiços	587.000
Casas coletivas	415.000
Casas precárias, na periferia	2.074.000
Total	3.268.000

Trata-se, realmente, de cerca de metade da população do município.

Os índices de poluição do ar divulgados pela Cetesb já se mantinham acima do "limite de alerta" (50 pontos) quando, na edição do dia 16 de julho, "O Estado" anuncia que a contaminação atmosférica no ABC já havia chegado a 235 (Mauá e Santo André). Não houve desmentido. A conclusão é que os números então divulgados pela Cetesb não representavam a realidade "para não alarmar a população", pois os índices próximos de 250 representam situação crítica. De fato, a incidência de moléstias respiratórias na Grande São Paulo havia aumentado 170 por cento a julgar pelo número de internamentos em hospitais da região e isso segundo levantamento efetuado pelo governo paulista.

Juiz expulsa 116 famílias

ESP 5-2

Nos últimos cinco dias, 36 famílias tiveram suas casas queimadas e foram expulsas de uma área de aproximadamente mil alqueires na Vila Guarau, em Peruipe, em consequência de uma ação de esbulho possessório proposta por quatro proprietários do terreno. Outras 60 famílias deverão ser retiradas do local nos próximos dias, por força de um mandado de reintegração de posse liminar expedido no final de janeiro pelo juiz Alexandre Moreira Germano, de São Vicente.

Segundo o oficial de Justiça Elis Adolfo de Lemos, que desde sexta-feira está comandando a equipe (outro oficial, sete policiais militares e um cão policial) encarregada de cumprir o mandado judicial, eles apenas fazem a intimação, comunicam aos moradores que têm o prazo de 15 dias para contestar a ação e, em seguida, relacionam e retiram os bens encontrados nas casas. A acima dos imóveis é feita pelo filho de um dos proprietários da área, Rogério Malagoli.

Contou, também, que a equipe chegou a encontrar até alguns subversivos na região. Dois deles foram presos e encaminhados ao DOPS. O oficial de Justiça disse, ainda, que numa das casas de pau-a-pique, cobertas por folhas de guaricana (num local de difícil acesso, a sete quilômetros da estrada), apreenderam materiais que consideraram estranhos: "30 litros de gasolina e quatro livros subversivos; um deles é de Dostoiévski e outro, se não me engano, chama-se "Os quatro lados do latifúndio", de autor russo".

TRABALHO ESCRAVO

ESP - FEV.

Doze jovens piauienses chegaram a Teresina, fugindo do Maranhão onde trabalharam como escravos no município de Coelho Neto. Derrubando árvores e executando outros serviços pesados sob vigilância de guardas armados, os jovens de 16 a 18 anos disseram que foram arrematados por dois homens bem vestidos que lhes prometeram comida boa, salários compensadores e trabalho leve. Para sair da fazenda onde foram levados, precisaram fugir de madrugada.

Os trabalhadores não sabem o nome da fazenda, mas contam o temor com que derrubavam árvores e plantavam cana sob ameaças de jagunços armados.

Um dos trabalhadores, Antonio Luis dos Santos (18 anos), diz que ele e seus companheiros foram conduzidos para a fazenda numa Kombi fechada. No meio do mato, o motorista parou, informando que eles estavam no Pará. Com o tempo, descobriram que, na realidade, tinham sido levados para o Maranhão.

GRILEIRO AMEAÇA COM EXERCITO

ESP - FEV.

Cerca de oito mil pessoas estão ameaçadas de ser expulsas de suas terras, nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabralia, no extremo Sul da Bahia, pelo grileiro Cesar Manjapele. As ameaças aos pequenos proprietários vão das chantagens às promessas de intervenção do Exército e da Polícia Federal para proceder ao despejo.

COM FOME

NINGUEM TRABALHA

ESP 50-1

Cerca de 400 trabalhadores engajados na frente de trabalho aberta pelo governo da Bahia na localidade de Gameleira, situada a apenas 30 quilômetros de Irecê, não recebem pagamento nem alimentação há 21 dias. A informação foi prestada ontem pelo capataz da turma, Bernardino Pereira Miranda, que esclareceu que os alimentos foram distribuídos somente no primeiro dia de trabalho, e que um caminhão-pipa aparece "apenas de vez em quando".

"Na verdade, patrão — afirmou Pereira Miranda, já com a fisionomia bastante desanimada — eu não tenho ideia nem do que estamos fazendo aqui, pois apenas nos mandaram abrir esta picada no meio da caatinga". Mas, desde o primeiro dia de trabalho não aparece, em Gameleira, qualquer funcionário do governo e, portanto, os trabalhadores não têm a quem reclamar.

Os 400 trabalhadores se alistaram nas frentes de trabalho, onde foram informados de que receberiam Cr\$ 189,00 por quinzena de trabalho. Em seguida, foram transportados para o local e receberam ordens para abrir a picada, sem qualquer orientação. "O prefeito passou uma vez por aqui, mas tão rápido, que até parecia que estava fugindo" — relatou o capataz, acrescentando que não pode exigir que os homens trabalhem, pois "ninguém trabalha com fome".

INDIOS SE UNEM

ESP 15-2

Uma grande revolta entre os índios que habitam o interior das selvas da Amazônia maranhense — impacientes com a falta de soluções para o problema das invasões de suas terras — estaria prestes a acontecer? Essa é uma pergunta que está sendo feita com indistinta apreensão por todos aqueles interessados, de uma forma ou de outra, no problema do índio maranhense, face à instigante frequência com que cenas de violência têm se repetido, ultimamente, nas áreas indígenas localizadas no interior do Estado e, principalmente, depois que diversos grupos manifestaram sua disposição de unir-se para expulsar os invasores.

Em novembro do ano passado, os índios do grupo Kanela quiseram ajudar os Guajajaras a atacar o povoado de Marajá, que foi inteiramente destruído. Nos meses seguintes, os mesmos Kanelas foram vistos ao lado dos Guajajaras do posto Bacurizinho, boicotando as tentativas do fazendeiro Yukio Akashi, de se apossar daquelas terras. Agora, essa possibilidade fica bem delineada com a disposição dos Krikati e Guajajaras em ajudar os Timbira contra o fazendeiro Otávio Guimarães de Toledo Junior, que há poucos dias arrasou uma aldeia Timbira, incendiando seis malocas.

20.000 BÓIAS-FRIAS NOS CENTROS URBANOS DO OESTE

ESP 20-1

O número de bóias-frias espalhadas pelos centros urbanos do Oeste paranaense chega hoje a 20 mil, superando em 30 por cento o total de agosto do ano passado, segundo cálculos dos sindicatos da região. A maior parte concentra-se em Cascavel e Medianeira, onde encontra sérias dificuldades para sobreviver. Muitos eram posseiros na própria região e foram expulsos com a chegada

dos legítimos proprietários das terras; outros vieram do Norte, onde a inundação das lavouras pela represa de Capivara e a crescente mecanização do trabalho rural reduziram drasticamente as oportunidades de emprego.

Só na área de Cascavel, mais de 6 mil pessoas ficarão desempregadas em fevereiro, quando se encerram os trabalhos de limpeza nas culturas de soja.

150.000 DESEMPREGADOS NO NORTE

ESP 20-1

Os retirantes da seca — principalmente da Bahia e Minas Gerais — continuam chegando em grande número ao norte do Paraná, calculando-se que já desembarcaram em Londrina e Maringá mais de duas mil pessoas, desde que se iniciou a fuga dos flagelados. Com isso, agrava-se o problema social na região, onde já existem 150 mil pessoas desempregadas depois das geadas de julho.

Esses retirantes, sem nenhum

dinheiro e sem emprego, começam a agrupar-se nos bancos e pátios das estações, às margens de ferrovias e em favelas.

Enquanto os retirantes continuam a chegar em grande escala ao Paraná, os "boias-frias", desempregados com a erradicação do café (consequência das geadas) não param de fazer o mesmo percurso, mas em sentido inverso, no "Paulistinha", em busca de trabalho nas indústrias de São Paulo e nos cafezais de Mato Grosso.

mobral

ESP-31-12-75

ENSINO - 75, DESMISTIFICAÇÃO

Para o ensino, 1975 foi o ano da desmistificação. Mostraram-se as falhas que impedem até hoje a lei de reforma do ensino de sair do papel. Colocou-se a nu o Mobral, antes uma entidade acima de qualquer suspeita, revelando-se seus gastos excessivos com publicidade, a proposital distorção de suas estatísticas, o descontrole de sua expansão. Divulgaram-se dados significativos sobre a fal-

ta de verbas para o ensino, capaz de comprometer os esforços para escolarizar a quase totalidade da população infantil em quatro anos.

Na verdade, a desmistificação foi tanto mais dolorida quanto haviam sido radicais as tentativas, em geral bem sucedidas, de se impedir quaisquer críticas às providências governamentais no setor. O Mobral, a reforma do ensino, apresentavam-se como algo próximo dos proje-

los-impacto, não faltando quem invocasse contra seus críticos o anátema que pesa contra os que ameaçam a segurança nacional. As principais medidas tomadas no campo do ensino assemelhavam-se, assim, a uma Transamazônica. Em todos os sentidos.

A iniciativa de se constituir uma comissão parlamentar de inquérito no Senado, para investigar o Mobral — justamente o que possibilitaria a apuração das distorções no seu trabalho — foi assim condenada pelo senador Eurico Rezende, vice-líder do governo, em termos de segurança nacional. O que não impediu a liderança da Arena de indicá-lo para a CPI, cuja validade o senador continuou a contestar.

A expansão do ensino superior também mostrou sua verdadeira face: seis centenas dos fracos cursos que serviram para engrossar estatísticas estão hoje em situação irregular.

O mesmo se dera sempre com a reforma do ensino, quase tão incensada quanto o Mobral e igualmente apontada como algo próximo à salvação da Pátria. Mostrando-a como a solução para todos os males do combalido ensino brasileiro, seus defensores não hesitavam em jamais admitir qualquer crítica — mesmo quando lhes lembravam que, quatro anos após determinada pela lei 5.692, a reforma não é aplicada em ponto algum do País. Para isso, escudavam-se sempre na afirmativa de que, de acordo com o texto da própria lei, sua implantação seria gradativa.

Foi precisamente a deficiência desse argumento que se mostrou em 1975. Curiosa aberração jurídica, a lei 5.692 é efetivamente uma norma legal que não tem aplicação imediata, devendo ser executada quando possível. Diversos estudos e seminários feitos no decorrer do ano provaram que, quanto aos principais elementos da reforma, como a profissionalização do 2.º grau, essa possibilidade é longínqua demais para que possa ser levada a sério.

O próprio Ministério da Educação acabou por reconhecer, senão expressamente, ao menos de forma tácita, que a reforma é inviável, nos termos em que se colocou. E o próprio ministro Ney Braga empreendeu um trabalho de revisão da reforma, terminando por atingir os pontos principais da lei.

Como o principal objetivo da reforma é a profissionalização do ensino de 2.º grau, os currículos definidos pelo Conselho Federal de Educação para esse nível continham uma substancial carga horária de disciplinas técnicas, práticas, visando integrar ao mercado de trabalho a totalidade dos graduados do colegial. De início, essa posição foi criticada apenas em nome de doutrinas. Hoje, porém, as acusações mudaram de tom. Passou-se a mostrar que a profissionalização exigia laboratórios, oficinas, equipamentos, sob pena de tornar-se uma grosseira farsa — aliás, já estaria se tornando uma farsa, pois as poucas escolas que formalmente aplicam a lei apenas mudaram os nomes de certas disciplinas.

Assim, a pedido do MEC, o Conselho Federal de Educação aprovou um novo parecer regulamentando o assunto — e reformulando completamente as normas anteriores. Em vez da profissionalização rígida que se pretendia instituir, as escolas passarão a ministrar habilitações básicas, de acordo com novos currículos. E esses currículos, ao serem preparados alguns meses após aprovado o parecer, tornaram clara a orientação adotada: eles reduzem muito as disciplinas efetivamente técnicas que, além do mais, deveriam ser ministradas de modo a exigir poucos equipamentos e laboratórios. A habilitação básica em agricultura pode, nesses termos, "ser ministrada até em um vaso", como diz um membro do Conselho Federal de Educação.

Assim, hoje não mais se fala em profissionalização. Esses debates conduziram, porém, a um outro problema. Por que a reforma do ensino não foi aplicada na rede oficial? A resposta é óbvia: porque não se concederam recursos

para isso. As discussões sobre o Mobral, sobre o pagamento de professores, sobre a expansão do ensino fundamental também levaram a essa conclusão. E um comentário da diretora do Departamento de Ensino Fundamental do MEC mostraria a gravidade da situação: em 1975, três milhões de crianças na faixa de atendimento escolar obrigatório não tiveram onde estudar e esse número passará a seis milhões no ano que entra. Com isso, disse ela, se não houver um reforço de verbas, dificilmente poderão ser atingidas as metas fixadas pelo PND para 1979.

O Estado gosta quantias razoáveis com o ensino — alguns deles com dotações que ultrapassam 20 por cento de seus orçamentos. O governo federal, entretanto, tem reduzido o percentual orçamentário da Educação, hoje pouco superior a quatro por cento. Defensores da política oficial alegaram que o ensino dispõe hoje de verbas vinculadas, não orçamentárias, como o salário-educação. A isso retrucou-se que essas verbas não são suficientes para equilibrar as perdas graduais. A discussão permanece aberta. Mas há uma certeza: o ensino precisa de mais recursos, pois os que recebe, atualmente são insuficientes até mesmo para o estrito cumprimento dos planos nacionais.

O caso mais espetacular da desmistificação geral, porém, foi o do Mobral. Fechada durante anos sobre si mesma — pois jamais permitiu que alguma outra entidade a estudasse — a organização se beneficiava de um clima de euforia. Crítica-la era um crime de lesa-pátria. Contestá-la, uma monstruosidade. Um discurso feito em setembro, por ocasião de seu aniversário, desencadeou o processo inverso, acelerado com a formação de uma comissão parlamentar de inquérito no Senado.

Inicialmente, a CPI visava investigar a expansão do movimento que, para justificar as verbas que recebia, passara a desenvolver uma série de trabalhos que pouco ou nada têm a ver com a alfabetização. Surgiram o Mobral Infante-Juvenil, o Mobral Sanitário, as Mobraltecas. O próprio movimento admitia a extensão dessa ampliação.

Discutiu-se, porém, a conveniência da expansão. Assim, mostrou-se em primeiro lugar que a alfabetização de menores pelo Mobral é, antes de mais nada, inconstitucional. Sua aceitação pelo governo caracteriza o que se chamou de **escapismo**: adotar uma meia-solução, mais barata, para fugir à obrigatoriedade constitucional da escolarização dos 7 aos 14 anos.

Para tudo isso, além do mais, o Mobral precisará expandir sua rede, dando origem a uma série de novos problemas. Sem um sistema eficiente de controle, as irregularidades multiplicaram-se. A CPI registrou muitos casos de **clases-fantasmas**, de dados falsificados, de pagamentos irregulares.

A manipulação de estatísticas adquiriu, à medida que os depoimentos à CPI se sucediam, aspectos ainda mais graves. Altos funcionários e ex-funcionários do Mobral reconheceram que as estatísticas divulgadas pelo movimento eram deliberadamente distorcidas, com finalidades publicitárias.

Para completar esse quadro, a CPI apurou também uma série de irregularidades nas contas do Movimento Brasileiro de Alfabetização. Suas compras não seguiam qualquer licitação, sendo feitas sempre ao mesmo grupo de editoras. E verificou-se ainda que a compra de material, incluindo aí as despesas com publicidade, representam a maior parte das despesas do órgão. Enquanto seus monitores são mal pagos — além de receberem salários segundo uma fórmula errônea, proporcional ao número de alunos formados — as empresas fornecedoras e um limitado número de altos funcionários beneficiam-se com a estrutura dos gastos do movimento.

Embora a CPI não tenha encerrado seus trabalhos, a bancada arenista terminou por forçar o término dos depoimentos. Seu relatório terá muitos pontos favoráveis ao movimento. Mas os dados revelados foram o suficiente para a queda de mais um ídolo de pés de barro.

GOTA D'AGUA
TEATRO CASA GRANDE cultura

O artigo reproduzido abaixo foi tirado de um número especial do jornal "luta democrática" distribuído na peça "Gôta d'Água

O DEPOIMENTO DOS AUTORES

Seria impossível levantar o mundo de intenções que *Gota d'Água* contém — nossas, do Ratto, do elenco, de Dory e Luciano. O que não nos impede de ir pro inferno — ao contrário, ajuda. Podemos, entretanto, esquematicamente, esboçar as preocupações fundamentais que a nossa peça procura refletir. A primeira e mais importante de todas se refere a uma face da sociedade brasileira que ganhou relevo nos últimos anos: a experiência capitalista que se vem implantando aqui — radical, violentamente predatória, impiedosamente seletiva — adquiriu um trágico dinamismo. O santo que produziu o milagre é conhecido por todas as pessoas de boa fé e bom nível de informação: a brutal concentração da riqueza elevou, ao paroxismo, a capacidade de consumo de bens duráveis de uma parte da população, enquanto a maioria ficou no ora e veja. Forçar a acumulação de capital através da drenagem de renda das classes subalternas não é novidade nenhuma. Novidade é o grau, nunca ousado antes, de transferência de renda, de baixo pra cima. Alguns economistas identificados com a fase anterior afirmam que a saída era previsível, mas, de tão radical, impensável, dado o grau de pauperismo em que já vivia a maioria da população. No futuro, quando se puder medir o nível de desgaste a que foram submetidas as classes subalternas, nós vamos descobrir que a revolução industrial inglesa foi um movimento filantrópico comparado com o que se fez para acumular o capital do milagre. O certo é que, à falta de alternativa melhor, a experiência foi posta em prática e se "consolidou". É indiscutível que o autoritarismo foi condição necessária à implantação de um modelo de organização social tão radicalmente antipopular. A autoridade rigidamente centralizada permitiu que se pusesse em prática o elenco de medidas (política salarial, monetária, tributária, etc) que modernizaram, a feição capitalista, uma parte da sociedade brasileira, enquanto intensificava o processo de empobrecimento da parte maior. Mas isso não explica tudo. Achar que o autoritarismo foi o único instrumento da imobilização imposta às classes subalternas, no Brasil, nos últimos anos, equivale a dizer que as forças políticas no poder coagularam as relações entre as classes sociais, que todas as forças sociais ficaram paradas, contra a vontade, assistindo as classes dominantes fazerem seu carnaval, sozinhas. E isso não é verdade.

Há algo de diabólico

No movimento que redondou num avanço tão grande dos interesses das classes dominantes sobre os das classes subalternas, as camadas médias têm desempenhado um papel fundamental. Elas, ao lado do autoritarismo, e de forma mais profunda, têm legitimado o milagre. Seria ingênuo, a partir daí, fazer qualquer julgamento moral da classe média brasileira. Se a raiz desse problema fosse moral, viver não dava trabalho nenhum. A verdade é que o capitalismo caboclo atribuiu uma função, no tecido produtivo, aos setores mais qualificados das camadas médias. Não apenas como compradores, beneficiários de *desvasto* consumista, mas, sobretudo, como *agentes* da atividade econômica. Em outras palavras, o capitalismo caboclo começou a ser capaz de cooptar os melhores quadros que a sociedade vai formando. E isso, de certa forma, é inédito no Brasil.

Este sempre foi um país dependente. A nossa história tem sido, também, a história dos conflitos entre as diversas matrizes e os interesses legítimos, nacionais, que se foram criando aqui. Ao longo dessa história, sem-

imprensa

editorial do jornal BRASIL MULHER nº2

censura

BRASIL MULHER

Dezembro de 1975. Aqui termina o Ano Internacional da Mulher que, embora findo, não deve delimitar o empenho de homens e mulheres em prol da emancipação feminina e a daqueles que se encontram mutilados por qualquer forma de discriminação.

Fogos de artifício e propostas concretamente libertadoras surgiram nas conferências, simpósios, entrevistas, reuniões privadas ou públicas no Brasil e no exterior. A nossa sociedade, saturada pelas contradições que cria, promoveu este Ano com a finalidade de "dar à mulher uma oportunidade" para debater seus problemas, apoiadas por todos os governos — capitalistas ou não. Através de milhares de palavras lançadas diretamente ou através dos meios de comunicação, um grito foi dado: e ao que propõe inclusive uma mudança de mentalidade, juntamos o nosso.

O Brasil Mulher situa-se entre as que assumem a posição atualmente incômoda de discutir, informar, debater idéias e tenta em seu número 1 e último deste Ano Internacional da Mulher, apesar da modesta tiragem de 5.000 exemplares — contribuir para elevar o nível cultural e de informação das mulheres que nos lêem.

Nem sempre teremos, como já nos indicou o número 0, a felicidade de atingir com nosso material editorial, a todas as classes sociais despertando o interesse indiscriminadamente. A tradição da informação dirigida às mulheres é articulada por homens e mulheres para a coisificação feminina como sujeito e como objeto e a esse condicionamento a maioria das leitoras de revistas femininas já se habituou.

No momento em que nos propomos levar avante as próprias palavras do Presidente Echeverría ao abrir a Conferência do México "não há liberdade para a mulher enquanto não houver liberdade para o ser humano", as barreiras aparecem e se agigantam. Os primeiros solavancos se fazem sentir e não nos causam surpresa. De outro lado, porém, o número Zero esgotou-se e corre de mão e mão, entre aqueles que se identificam com os nossos propósitos, numa resposta ao nosso editorial Nosso número 1 foi editado apesar das dificuldades e se depender apenas de homens e mulheres democratas será editado o número 2.

Desejamos arduamente que outras iniciativas se somem à nossa, da mesma maneira como estamos somando iniciativas anteriores, para que o Ano Internacional da Mulher não seja apenas uma data a mais nos calendários comemorativos oficiais, mas que seus propósitos se estendam até que reivindicar não se faça mais necessário.

Joana Lopes

Psicotécnico
ameaça
censores

JB-19-3-76

Brasília — Vinte e um censores e oito fiscais de Censura do Departamento de Polícia Federal poderão ser demitidos dos cargos, por terem sido reprovados no exame psicotécnico aplicado pela Academia Nacional de Polícia em outubro do ano passado, com vistas à inclusão no Plano de Classificação de Cargos.

Os censores reprovados continuam exercendo suas atividades normais, examinando filmes, peças teatrais, revistas, telenovelas e letras musicais. Entre eles se encontram alguns dos que sugeriram à Divisão de Censura a proibição da novela *Roque Santeiro*, que uma emissora de televisão pretendeu apresentar no ano passado, além de dezenas de filmes, letras musicais, peças de teatro e outros espetáculos considerados nocivos.

ENVELOPES CENSURADOS

JB-10-2-76

A Empresa de Correios e Telégrafos deve cuidar de descobrir uma fórmula pela qual o destinatário de uma carta que a recebe com todas as evidências de que foi violada, receba prontas explicações.

Estão ocorrendo casos nos quais a recolagem dos envelopes é feita com excessivo primarismo. Como o Cor-

reio não faz qualquer anotação no envelope, o destinatário pode supor, com razão, que o curioso a abriu no Brasil.

Isso porque os casos de violação, sintomaticamente, ocorrem quase sempre com correspondência vinda do exterior.

CARTAS
EXTRAVIADAS

JB-25-1-76

"Há tempo fizemos amizade com um casal belga, que com muita saudade resolveu, em 1963, voltar para Bruxelas.

Em julho de 1975, eles estiveram no Brasil, nos visitaram e contaram que têm um outro filho e faz muito nos escreveram para comunicar a novidade. A carta não chegou.

Quando eles regressaram, em agosto do ano passado, combinamos que nos escreveríamos, mas com cartas registradas. Ainda assim, uma carta que eles disseram que escreveriam logo ao chegar não veio e o cartão de Natal, sempre enviado, também não chegou.

Existe alguma coisa de errado entre os correios do Brasil e da Bélgica. E é preciso resolver a divergência, porque correspondência jornalística pode ser violada, muito menos extravaziada.

Jornal pede a Falcão fim
da censura

ESP-31-2-76

Brasília — O jornal Movimento enviou carta ao Ministro da Justiça, Sr Armando Falcão, pedindo a revogação da censura prévia às suas edições e a outros jornais do país e o fim da proibição de opi-

niões sobre os contratos de risco.

A carta, assinada pelo jornalista Raimundo Rodrigues Pereira, diz que há quatro meses diversos jornais brasileiros não podem fazer qualquer referência aos contratos de risco.

Jornal «MAIS UM»
é censurado

ESP-8-1-76

A Ex Editora Ltda. foi informada oficialmente pela Polícia Federal de que o jornal "Mais Um" passará a ser submetido a censura prévia, em Brasília, já a partir do número 2, o que levou seus responsáveis a adiarem o lançamento dessa edição, previsto para hoje, para o final do mês. Extraoficialmente, a editora já fora informada da medida no dia 31. Com a paralisação forçada, informam os editores, o "Mais Um" será reformulado e passa-

rà a ser semanal. A publicação do "Ex" continua suspensa.

Com a necessidade de encaminhar todas as matérias e anúncios a Brasília, a edição do jornal cruzará cerca de mais 10 mil cruzeiros por mês. Depois de impresso, o "Mais Um" ainda deve ser enviado (três exemplares) à Superintendência do Departamento de Polícia Federal de São Paulo, para conferência e liberação, "se for o caso".

35 matérias
censuradas

ESP-17-2-76

A Censura vetou e reteve em Brasília, para onde foram enviadas quarta-feira, 35 matérias que deveriam ser publicadas na edição que circulou ontem do semanário "Movimento". O total vetado é de 194 laudas, das quais 29 eram constituídas por pequenas notícias recolhidas de jornais da semana, mais 23 desenhos e charges e 12 fotos, boa parte delas também já publicada na imprensa diária.

42 MATÉRIAS
CENSURADAS

ESP-21-2-76

O número 172 do semanário Opinião, nas bancas desde ontem, teve 42 matérias integralmente vetadas pela censura. Foram cortadas, ainda, sete chamadas de capa e 13 ilustrações, sem contar os 15 artigos parcialmente mutilados. O grande número de matérias censuradas em Opinião só foi superado nas duas edições anteriores: no número 171, a censura vetou 52 artigos e no 170, 48.

anistia

MFPA responde a provocador

Apesar da Anistia se tornar dia a dia uma necessidade imperiosa em nosso país, nem todos comungam do mesmo pensamento, nem todos têm na solidariedade humana, na democracia, o seu dia a dia, a sua preocupação. Um exemplo disso, encontra-se no "Diário de Notícias", de Porto Alegre, na Coluna da Revolução de C. M. Assis:

"Depois de uma grande promoção para a venda ao povo brasileiro do "Projeto Anistia", projeto gerado e concebido pelo arcebispo de São Paulo de nome ARNS, o qual sofreu um rotundo fracasso..."

Por caminhos tortuosos e obscuros C.M. Assis em seus princípios anti-democráticos, tentou, em sua coluna, difamar homens como D. Paulo Evaristo Arns, o clero, políticos e o povo brasileiro argumentando, entre outras coisas, que "Anistia é para que Francisco Julião Volte ao Brasil, para reorganizar os agricultores sem terra, que invadiam fazendas, que destruíam a produção agrícola do Rio Grande em "passado não muito remoto", coisas que ele teme como quem teme a própria história do Brasil.

Mas como a história não é feita de homens apenas como C.M. Assis, as mulheres da Comissão Gaucha do Movimento Feminino pela Anistia, no Rio Grande do Sul, prontamente responderam ao "grande pensador" em carta aberta publicada pelo mesmo jornal no dia 8 de outubro, onde ressaltam o apelo do Cardeal Arcebispo de São Paulo — Dom Evaristo Arns de uma "anistia ampla e generosa para os presos políticos de nossa terra como uma atitude de justiça e exatidão, atitude dos verdadeiros cristãos de todos os tempos, atitude que converte, arrebatou, comove, ilumina"

NA GUIANA CAMPANHA CONTRA TORTURAS NO BRASIL

Georgetown - O Partido Progressista Popular da Guiana segue em sua campanha contra as torturas de prisioneiros políticos no Brasil, informaram fontes seguras. Neste sentido também sabe-se que muitas cartas foram enviadas ao Papa e ao presidente Geisel.

Brasil mulher nº2

"COMO SE A LIBERDADE DE UM POVO QUE AMA A LIBERDADE PUDESSE SER A LIBERDADE DE UM POVO QUE AMA A ESCRAVIDÃO"

Assim prossegue a Carta Aberta: "A Anistia visa a pacificação da família brasileira. Desejamos unir o povo brasileiro para que todos juntos possamos resolver os problemas que nos afligem."

"Não cremos ser medida patriótica utilizar a ameaça do comunismo para defender governos de exceção, governos onde a autoridade se desautoriza, desautorando o cidadão, governos onde possam executar os jovens sem direito à defesa, julgados por Tribunais Militares.

"Desejamos lembrar a V.Sa., que a Anistia é um ato de grandeza que nunca esteve ausente de nossa História: que o Rio Grande, depois de dilatar as fronteiras da pátria, conquistou suas liberdades civis e nunca aceitou a liberdade fracionada — como se a liberdade, que é um bem, fosse um mal, como se a liberdade, que é uma garantia, fosse um perigo, como se a liberdade de um povo que ama a liberdade pudesse, acaso, ser liberdade de um povo capaz de amar a escravidão.

"A luta pela Anistia — sr. C.M. Assis — não é de guerra, é de paz; não é de desordem, é de ordem; não é de violência, é de persuasão; não é de ódio é de amor — de amor ao direito, à paz, à grandeza de nosso país, à felicidade de nosso povo".

semana dos direitos humanos

Na comemoração dos 27 anos da Declaração dos Direitos Humanos, promovida por diversas entidades do país, o Movimento Feminino pela Anistia se fez presente.

Nas mãos do Movimento, foi depositada a responsabilidade de abrir a Semana dos Direitos Humanos, promovida por 14 Centros Acadêmicos da USP, Comissão de Justiça e Paz e Frente do Trabalho, que se realizou de 10 a 15 de novembro, em São Paulo.

No dia 19 de novembro, em Ribeirão Preto, a Anistia foi um dos temas. Terezinha Zerbini, coordenadora nacional do Movimento, abriu os debates juntamente com madre Cristina, psicóloga e professora do "Sedes Sapientiae" e o escritor e jornalista João Antonio.

Em Belo Horizonte, no dia 25 de novembro, os debates sobre a Semana dos Direitos Humanos foram também abertos pelo Movimento Feminino pela Anistia e pelo deputado Aírton Soares do MDB de São Paulo.

CRIADO COMITÊ NA BÉLGICA

Com a publicação de uma carta-manifesto e a realização de uma conferência de imprensa, foi criado no mês de fevereiro o Comitê Belga pela Anistia no Brasil. Composto por várias personalidades belgas, o Comitê promoveu no começo de março um ato público com projeção de filmes brasileiros e um debate sobre a Violação dos Direitos do Homem no Brasil.

O Comitê da Holanda (Brazilië Comité Voor Amnestie - Postbus 11420 - Amsterdam) preparou um boletim com informações sobre a realidade brasileira e fez circular - para recolher assinaturas - uma carta à ser enviada ao Brasil

igreja

trechos da 3ª PASTORAL DA TERRA

DIAL-22-1-76

DO ARCEBISPO DE JOÃO PESSOA, MONSENHOR JOSÉ MARIA PIRES

(...) Nosso irmão-Frei-Hermano-José (...) foi novamente intimado pelas autoridades da Segurança Nacional, a apresentar-se no 1º Grupo de Engenharia Militar. Acusam-no de "pregar a violência levando o povo a fazer greve, de ser comunista e subversivo como o Arcebispo - da Paraíba". Advertiram-no de que não continuasse o seu trabalho com os camponeses. Ameaçaram processá-lo e expulsá-lo do país.

(...) Posso assegurar-lhes que o Frei Hermano José beneficia do apoio total da Diocese e da Ordem dos Franciscanos, à qual ele pertence. Seus superiores enviaram uma carta ao Cmte. do 1º Grupo de Engenharia Militar, na qual declaram que "o trabalho do Frei Hermano José nas paróquias de Alhambra e Taquara é um trabalho essencialmente sacerdotal" e expressam "a solidariedade da comunidade franciscana representada pelo Conselho De liberativo da província, com o nosso confrade Frei Hermano José Cuerten, frente às acusações injustas de que é objeto".

(...) Mas, que faz o Frei Hermano José para ser tratado de comunista e convocado à Segurança Nacional? Ele prega o Evangelho. Ensina que Jesus Cristo não veio só para salvar as almas. Ele veio salvar o homem - todo. O reino de Deus não está só na vida futura. Deve começar aqui e hoje, pela justiça para todos, pela alimentação suficiente para todos, pela terra que permita a todos trabalharem. Ele prega que não se pode utilizar

uma terra para o plantio da cana, do bambú ou pasto, quando há muita gente vivendo nesta mesma terra e que a necessita para semear o milho, o feijão, a mandioca, para alimentar as suas famílias. Ele diz que é um grave pecado expulsar o homem da terra que habita há dez, vinte ou 30 anos. Aconselha aos camponeses unirem-se, irem ao sindicato e à federação, procurarem defender seus direitos dentro da lei. Celebra missa, administra os sacramentos e reza com o povo. Também faz visitas para que as pessoas sintam que a Igreja está perto delas. Eis o que ele faz. É isto comunismo e subversão?

(...) As autoridades ameaçaram o Frei Hermano José de processá-lo e expulsá-lo do país. Uma tal ameaça teria sido proferida se ele houvesse defendido os proprietários, se houvesse visitado aos ricos e comido com eles? Por que somente os defensores dos oprimidos - são tratados de subversivos e comunistas? Se nossos acusadores (...) perguntassem aos camponeses: "Qual a vossa maior necessidade?", a resposta seria a mesma em toda a parte: "Terra para trabalhar".

(...) Hoje, os missionários que se colocam ao lado dos humilhados são tratados de comunistas e ameaçados de expulsão. Enquanto isso, os que exploram o país e o individualizam através dos mecanismos iníquos das multinacionais, permanecem impunes. (...)

João Pessoa, 12 de dezembro de 1975

PÚLPITO ENQUADRADO NA SEGURANÇA

ESP-1-1-76

De acordo com informações que circulam em Brasília, há uma certa preocupação, entre os dirigentes da Igreja, diante da recente decisão do Supremo Tribunal, que considerou o pulpito das Igrejas um "instrumento de comunicação social" passível de propiciar delitos de guerra psicológica adversa.

Esse entendimento, firmado por uma diferença mínima de votos na última sessão do Tribunal, resultou na condenação do padre Hélio Soares do Amaral, autor do discutido sermão da Matriz de Altinópolis, no dia 7 de setembro de 1969. A propósito da passagem bíblica da viúva de Naim, o sacerdote fez evocações julgadas perigosas à harmonia entre governantes e governados.

A guerra psicológica adversa, como está definida no parágrafo 2.º do artigo 3.º da Lei de Segurança Nacional, "é o emprego da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos polí-

tico, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamento de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais".

Segundo ainda o inciso I do artigo 45, é crime contra a segurança nacional fazer propaganda subversiva "utilizando-se de quaisquer meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres".

Equívoco

Para o cardeal Vicente Sheherer, arcebispo de Porto Alegre, está havendo "uma colocação equivocada" no julgamento da ação sacerdotal, porque ninguém pode "limitar a Igreja do Cristo a uma atitude contemplativa". Ele fez essa declaração

em resposta à crítica do brigadeiro Carlos Alberto Huet, presidente do Superior Tribunal Militar, sobre as visitas de católicos a presídios e penitenciárias.

Três dias após, em mensagem subscrita por 31 sacerdotes, a Conferência Nacional dos Bispos classificava publicamente de injusta a expulsão do padre Francisco Jentel do território brasileiro. O documento, sob a forma de circular, não se limitou a qualificar de precipitado o ato governamental: mais do que isso, fez a defesa de Jentel, afirmando que ele passou mais de 20 anos em Mato Grosso, "em comunhão com índios e posseiros oprimidos da região".

Embora não tenha sido interposto nenhum recurso judicial contra o decreto de expulsão (porque o ato é da competência exclusiva do presidente da República, conforme dispõe o Estatuto do Estrangeiro), as autori-

dades eclesásticas estão dispostas a debater, publicamente, toda e qualquer ação policial que resultar no enquadramento de sacerdotes — nacionais ou estrangeiros — na Lei de Segurança Nacional.

Os dirigentes da Igreja entendem, a exemplo do que se reiterou em João Pessoa, no dia 27, por ocasião da ordenação episcopal de d. Marcelo Pinto Carvalheira, que o rigor dos órgãos de segurança está propiciando uma "interpretação distorcida da atividade evangelizadora dos padres e freiras, em face do mundo moderno". Entretanto, a expulsão de Jentel não sensibilizou tanto os bispos quanto à decisão do Supremo Tribunal no caso do padre Hélio Soares do Amaral.

A expulsão do padre Francisco Jentel foi a única sanção diretamente aplicada pelo Executivo, contra membros da Igreja.

Cardeal lamenta exceção

ESP 28-1-76

"Nós gostaríamos de que não houvesse mais nenhuma legislação de exceção". Foi a resposta do cardeal Paulo Evaristo Arns, ontem, no Palácio dos Bandeirantes, ao analisar as relações Igreja-Estado, depois de uma visita ao governador Paulo Egydio. O arcebispo demonstrou ainda estar otimista com relação à conduta do novo comandante do II Exército, general Dilermando Gomes Monteiro.

O cardeal observou, contudo, que nunca houve qualquer incidente entre ele e o general Ednardo d'Ávila Mello que provocasse o esfriamento nas relações da arquidiocese com o Exército. Mas acrescentou: "O que aconteceu é que os acidentes se multiplicaram e, nem bem acontecia um, já se esperava para acontecer outro".

Explicando seu otimismo com relação ao general Dilermando Gomes Monteiro, salien-

tou d. Evaristo: "Tenho até certeza, pelos seus pronunciamentos, de que se procurarão solucionar os problemas dentro da lei porque o que vocês, jornalistas, reproduziram de seus pronunciamentos é aquilo que a Igreja vem proclamando há muito tempo".

O cardeal esclareceu que não há nenhum encontro programado com o comandante do II Exército. "Mas isso — ressaltou — se dará naturalmente".

MISSA PARA ESP OS PRESOS 30-1-76

O cardeal Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Salvador, celebrou na manhã de ontem missa de fim de ano para os presos comuns da penitenciária Lemos Brito. Os presos políticos, no entanto, que "por uma questão de regulamentação" deveriam ser visitados pelo cardeal separadamente, tiveram a visita "adiada para outra oportunidade, por absoluta falta de tempo", segundo explicou o próprio dom Avelar.

estudantes

PROIBIDO CONGRESSO NACIONAL

ESP-4-2-76

O ministro Ney Braga disse ontem em Brasília que não se realizará o Congresso Nacional de Estudantes, que foi reivindicado junto ao presidente Geisel em sua última viagem a Belém, no Pará, "porque a legislação não permite esse tipo de encontro". Ney Braga assegurou que está disposto a atender todos os estudantes que pretendam falar com ele, que deseja este ano conversar longamente com todos os presidentes de diretórios estudantis e que os estudantes podem se reunir dentro de sua universidade e também fazer encontros por áreas, como ocorreu com os alunos de Ciências Agrárias. Mas um Congresso Nacional é impossível, além de desnecessário, na opinião do ministro.

JUBILAMENTO: A LUTA CONTINUA

ESP-12-2-76

Os estudantes da Universidade Federal da Bahia receberam, "com um sentimento de vitória", a notícia divulgada ontem pela reitoria de que apenas os 70 alunos atingidos pelo decreto 464, do Conselho Federal de Educação, serão jubilados, este ano. Eles ressaltam, entretanto, o fato de terem realizado, no ano passado, um movimento contra o jubramento e suas causas, lembrando que estas "permanecem intactas".

Lembram ainda os estudantes da UFBA que o movimento realiza não pode ser considerado totalmente vitorioso, pois, ao contrário de suas pretensões, permanece ainda a ameaça do jubramento para os que não integralizarem o currículo no tempo máximo fixado pelo CFE, segundo o decreto 464.

Mesmo incompleta, entretanto, a vitória está sendo considerada significativa pela maioria

dos estudantes e dos diretórios estudantis, nas diversas faculdades e institutos da UFBA. "Finalmente comentam eles, o jubramento ameaçava cerca de 900 alunos e acabou atingindo apenas 70".

MEDICINA: GREVE DOS RESIDENTES

ESP-21-2-76

O diretor do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação, professor Edson Machado de Souza, disse, ontem, que o MEC e a Fundação Hospitalar do Distrito Federal continuarão a executar durante este ano o programa de remuneração dos estudantes de Medicina que estagiam nos hospitais de Brasília, na base de 853 cruzeiros por mês para os alunos carentes de recursos, que são a grande maioria. Os próprios estudantes — um total de 210 — porém, não estão de acordo com essa remuneração e desde ontem estão em greve, dizendo que só voltarão a trabalhar se as autoridades aceitarem sua reivindicação: querem ganhar dois salários mínimos por mês e ter contrato de trabalho.

MEC: REUNIÕES SECRETAS

ESP-18-2-76

O Ministério da Educação promoverá hoje e amanhã encontros com reitores e decanos de assuntos estudantis das universidades estaduais, municipais e particulares de todo o País, para com eles tratar dos mesmos problemas que discutiu nos últimos dias 4 e 5 com os reitores e decanos das universidades federais: o relacionamento entre os estudantes e os dirigentes universitários, as organizações estudantis e as atividades que elas desenvolvem.

Essa reunião é tão sigilosa quanto a primeira e será realizada no mesmo local, de difícil acesso — a escola de Administração Fazendaria, distante 25 quilômetros do centro da cidade.

O PETRÓLEO É NOSSO - ARTIGO DO JORNAL "CORREIO DE VIÇOSA" (CASA DE LEBES PUBLICATIONS) PELA SRA. ESTUDANTES DA FEA, GV E MAUA

HISTÓRIAS DE ESTUDANTES

O PETRÓLEO É NOSSO

Hoje nos anunciam os "contratos de risco". Em 54, debates na rua, cartazes na rua, povo na rua garantiam o monopólio do petróleo.

"A União Nacional dos Estudantes, cumprindo diretrizes de seu décimo Congresso, chama a atenção dos jovens de todas as idades, brasileiros que desejam ardentemente a grandeza, o bem estar e o progresso de nosso povo e de nossa pátria para a luta mais árdua e mais importante que se vai travar: a liberdade econômica do Brasil.

Neste instante, quando já foi possível construir Volta Redonda e conservá-la em nossas mãos, e quando contingências do mundo permitiriam o aparcimento do nosso petróleo, urge que a mocidade, coerente com sua honrosa tradição, tome a liderança no sentido de defender os interesses nacionais. Sob a bandeira da U.N.E., longe das intransigências dos partidos políticos, tenham eles os nomes que tiveram, o povo brasileiro ganhará a batalha do petróleo que, se explorado convenientemente, significará a vitória sobre o nosso atraso, um futuro mais promissor e a morte da miséria e da subnutrição em larga escala."

Inteligente. Conscientizar, discutir e defender. Três fases que acabaram determinando uma mobilização tão ampla que jamais foi alcançada em outras épocas. Se houve uma lei neste país que realmente expressasse a vontade popular, esta foi a lei 2.064, em 1953, criando a PETROBRAS. Dia e noite, giz na mão, retirado das salas de aula, estudantes escreviam em bondes, muros, paredes, janelas, lugares de grande circulação, pequenos dizeres: "Petróleo", "Petróleo Brasileiro", "Petróleo para o Brasil". Era o início. As frases não variavam. Não eram para variar. O problema era aquele, simples e objetivo, não havia o que variar. (A arma branca, o giz)

Debates na rua, cartazes na rua, povo na rua. A Rua era o centro. A opinião e a consciência pública o objetivo. Espetar o alfinete no Gigante Adormecido.

Técnicos e estudiosos são ouvidos. Horta Barbosa, Juarez Távora, Lobo Carneiro, Américo Wainick e outros. Juarez foi o primeiro. Propunha

uma solução mista através da associação do capital estrangeiro com o nacional. Mas empresas de refino e transporte de petróleo, a predominância deveria ser do capital nacional. Para as empresas de exploração não haveria restrição de espécie alguma, porém "dadas a importância econômica, e significação como fator de segurança nacional da riqueza petrolífera — é mister não permitir que o capital estrangeiro nela investido pretenda transformar-se em senhor do empreendimento, mas se contente com a situação de simples auxiliar, ainda que considerado indispensável".

Perdeu. Juarez Távora era o porta voz do ante-projeto de Vargas. Herdeu para a tese que serviu ao povo, porém para o nacionalismo. A UNE optara pela posição do General Horta Barbosa.

Horta Barbosa fora radicalmente contrário a qualquer participação dos trustes petrolíferos estrangeiros na exploração de nosso petróleo, admitindo nesta indústria a colaboração de capitais privados, tanto nacionais como estrangeiros somente através de créditos ou empréstimos a juros fixos. Indicava como solução o monopólio estatal. Pregava que a "pesquisa, lavra e refino" constituiriam "a parte de um todo, cuja posse asseguraria poder econômico e poder político. O Petróleo é bem de uso coletivo, criador de riqueza. Não é admissível conferir a terceiros o exercício de uma atividade que se confunde com a própria soberania nacional. Só o Estado tem qualidade para explorá-lo, em nome e no interesse dos mais altos ideais de um povo".

Terceira fase. A UNE cria a Comissão Estudantil de Defesa do Petróleo, formada não só por estudantes, mas também por homens públicos que comungavam da mesma luta. Escolheu como presidente honorário desta comissão o ex-presidente Arthur Bernardes, que havia lutado contra a Itabira Iron, associada à U.S. Steel. Desta comissão, criada em março de 48, se originaria o Centro de Estudos e de Defesa do Petróleo em abril do mesmo ano. Os estudantes haviam deflagrado um processo, e para depois conseguir a autonomia de movimento de massa, era necessário ampliá-lo.

Dai a transformação em apenas um mês da Comissão Estudantil em um Centro de Estudos e Defesa, aberto à participação popular, convocando "todos os cidadãos, entidades ou comissões" que desejassem "inscrever nesta cruzada patriótica". Poderiam fazê-lo "na sede provisória do Centro, a avenida Rio Branco, 123, 1º andar".

A explosão. Junho, dia 1º: uma terça-feira às 18.00 horas. O pontapé, o acontecimento, o deflagrar irreversível. Promovido pela UNE e pelo Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, com o apoio do Clube Militar na praia do Russel (Rio), realizou-se o primeiro comício em defesa da exploração de nosso petróleo pelo Estado, e nele, a repulsa pelo Ante-Projeto do Estatuto do Petróleo, enviado por Vargas ao Congresso. O primeiro a falar neste dia foi o ex-presidente Arthur Bernardes, colocando bem claro que o Brasil tem petróleo e precisa explorá-lo para o desenvolvimento

COBRA DE VIDRO

É o povo puro que o cobra de vidro é uma espécie de lagarta que quando se corta em dois, três mil pedacinhos, facilmente se refaz. UMA PUBLICAÇÃO DOS CENTROS ACADÊMICOS DA FEA, GV E MAUA

Na primeira noite eles se aproximam e colhem uma flor de nosso jardim. E não dizemos nada. Na segunda noite, já não se escondem: pisam as flores, matam nosso cão, e não dizemos nada. Até que um dia o mais frágil deles entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a lua e, conhecendo nosso medo, arranca-nos a voz da garganta. E porque não dissemos nada, já não podemos dizer nada.

Um desenho com Malickowski, Eduardo Alves Costa.

O grande comício de hoje na Praia do Russel

Em defesa da exploração do petróleo pelo Estado - Grande número de estudantes inscrites para ocupar a tribuna popular.

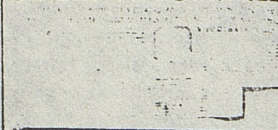
Diário Carioca, 30/9/47, Rio

Folheamos um álbum de fotografias. Fotos de 1947. O álbum nos levou a um tempo muito diferente dos de agora. Início da campanha do "Petróleo é Nosso". Palavra de ordem lançada pela União Nacional dos Estudantes. O poder de influência. O poder de mobilizar.

A redemocratização em setembro de 48. Um ano após, nas comemorações do primeiro aniversário da frágil democracia, a UNE começa a lutar efetivamente pela nacionalidade do petróleo. Por ocasião da instalação de seu 10º Congresso, a UNE aprovava uma declaração de princípios onde, entre outras determinações, afirmava seu "firme propósito de defender a indústria nacional e as riquezas naturais do nosso sub-solo, particularmente das jazidas petrolíferas, que devem ser exclusivamente exploradas por empresas brasileiras e no interesse exclusivo do Brasil".

Lançava então em setembro de 1947 uma campanha de mobilização e conscientização. Campanha dividida em três fases: Campanha estratégica e brilhante.

DEBATE PÚBLICO DA LEI DO PETRÓLEO



Vanguarda, 14/2/48, Rio

A primeira: "tornar pública a importância do petróleo e a necessidade inadiável de iniciar a sua exploração".

A segunda: em seguida, "promover a discussão ampla sobre o maneira de se fazer esta exploração, debatendo publicamente as várias teses sobre o assunto".

A terceira: finalmente, "lançar e defender o ponto de vista da UNE, a esta altura, já formado sobre bases sólidas".

rápido e eficiente de nosso progresso material. Devemos explorar o petróleo por nossa conta e para nossa grandeza nacional, ou confiá-lo a estrangeiros que nenhum interesse tem pela sorte do Brasil? Essa é a grande questão que cabe ao povo brasileiro decidir. E digo povo porque estou certo de que seus representantes no Congresso, assim como o Exmo. Sr. Presidente da República, jamais se colocaram contra a vontade da maioria do povo brasileiro, do qual somos simples mandatários".

O povo reunido naquela praia enviou através do Centro e da UNE telegrama à Câmara dos Deputados "manifestando a sua mais formal repulsa ao Estatuto de Petróleo e sua veemente aprovação à tese da exploração petrolífera pelo Estado", ressaltando que recursos mais que suficientes para tanto estavam consignados no plano Salte.

Um comício? Fácil? Não. Durante todo o dia 1º de junho, diversas perucas com alto-falantes percorria as ruas do Rio, incitando o povo a boicotar o comício, a nele não comparecer. Era a primeira vez que se tocara em público no problema do petróleo tão amplamente. O próprio Monteiro Lobato, que tanto havia sofrido pela luta a favor do petróleo e viria a morrer neste mesmo ano, aconselhava os "meninos" a abandonarem a luta. Os "meninos" respeitaram e homenagearam Lobato, mas não desistiram.

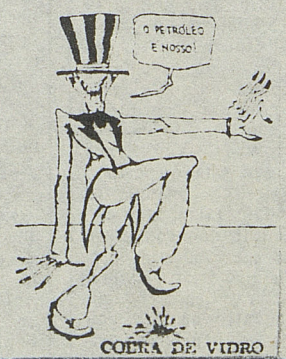
A polícia os intimidava. Foi só a UNE partir para a luta franca e aberta dos interesses nacionais, que seus líderes se viram acusados de "comunistas". Deputados interessados no encobrimento do petróleo eram os mais veementes. A reação atacava firme. Ação, reação. Bastava iniciar para te pixarem, te acusarem, te prenderem. Só que querer prender um presidente da UNE era querer comprar briga com toda a população do Rio de Janeiro. A esta altura, os estudantes já eram apoiados por boa parte da ala nacionalista do Clube Militar, por quase todos os partidos políticos, pelos sindicatos e entidades de classe. Delegado nenhum falava armado com o presidente da UNE. O Ministro da Educação os recebia a qualquer hora. A qualquer hora o presidente da UNE era chamado para libertar estudantes presos em delegacias. Ele entrava e ninguém tocava.

O presidente era a imagem de uma classe que havia se mostrado mais comprometida com a história do que qualquer partido. Nos momentos críticos, era só interromper o tráfego dos bondes, ônibus e carros em frente a sede da UNE, que a cidade inteira vinha a saber o que era. Vinha o prefeito, senadores, deputados, algumas vezes o próprio presidente da República, que acabava jogando o problema para o coitado do ministro da educação.

Somente assim dava pra entender o poder de influência. A sede do governo era na segurança cidade do país, na área de maior concentração urbana, perto dos grandes centros de estudo, e portanto muito mais sujeita a pressões.

Tivemos eleições em 50 e criamos em 55. Colto do deputado ou candidato a presidência que dissesse ser contra o monopólio da exploração do petróleo pelo Brasil. O próprio Getúlio Vargas perdera o controle da situação. A UDN, o partido mais conservador, era obrigado a apresentar propostas mais arrojadas que as do próprio governo para poder garantir alguns votos nas próximas eleições.

E aí foi fácil. O Congresso aprovou. Getúlio sancionou a lei criada e exigida pelo povo. Cumprira-se a profecia de Arthur Bernardes. E de tantos outros. O Petróleo era nosso.



publicações consultadas para este número

jornal	O ESTADO DE S. PAULO	revista	Visão
jornal	JORNAL DO BRASIL	revista	BANAS
jornal	TRIBUNA DA IMPRENSA	revista	EXAME
jornal	Opinião	revista	DIRIGENTE INDUSTRIAL
jornal	MOVIMENTO	revista	DIRIGENTE RURAL
boletim	DIAL	revista	Conjuntura Econômica
revista	VEJA	publicações latino-americanas	

ASSINATURAS	- 6 meses :	US	6
	1 ano :	US	12
DE APOIO	- 6 meses :	US	10
	1 ano :	US	20
	por avião mais	US	3
	numeros atrasados	US	2

ENDEREÇO
conjuntura brasileira
c/o michel thery
29, rue meslay
paris 75 003 - france
